



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO COTIDIANO DE TRABALHADORAS  
COMERCIÁRIAS DA ZONA SUL DE NATAL-RN

Monique Pfeifer Rodrigues da Silva

NATAL

2020

Monique Pfeifer Rodrigues da Silva

SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO COTIDIANO DE TRABALHADORAS  
COMERCIÁRIAS DA ZONA SUL DE NATAL-RN

Dissertação elaborada sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

NATAL

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Silva, Monique Pfeifer Rodrigues da.

Sufrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras  
comerciárias da Zona Sul de Natal-RN / Monique Pfeifer Rodrigues  
da Silva. - Natal, 2020.

135f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e  
Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira.

1. Cidades - Dissertação. 2. Trabalhadoras - Dissertação. 3.  
Interseccionalidade - Dissertação. 4. Sofrimento ético-político -  
Dissertação. 5. Narrativas - Dissertação. I. Pereira, Maria  
Teresa Lisboa Nobre. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.6



*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

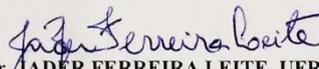
ATA Nº 358

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, no Auditório E, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi instalada a Comissão Examinadora responsável pela avaliação da dissertação de mestrado: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO COTIDIANO DE TRABALHADORAS COMERCÍARIAS DA ZONA SUL DE NATAL-RN apresentada pela mestranda MONIQUE PFEIFER RODRIGUES DA SILVA ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA. A Comissão Examinadora foi presidida pela professora orientadora MARIA TERESA LISBOA NOBRE PEREIRA e contou com a participação do professor doutor JADER FERREIRA LEITE, na qualidade de examinador interno e da professora doutora SANDRA RAQUEL SANTOS DE OLIVEIRA (por meio virtual), na qualidade de examinadora externa à instituição. A sessão teve a duração de três horas e meia e a mestranda foi considerada:

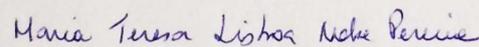
aprovada  
 reprovada

**Dr. SANDRA RAQUEL SANTOS DE OLIVEIRA, UFS**

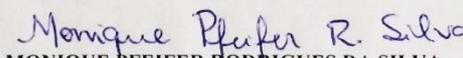
Examinador Externo à Instituição

  
**Dr. JADER FERREIRA LEITE, UFRN**

Examinador Interno

  
**Dra. MARIA TERESA LISBOA NOBRE PEREIRA, UFRN**

Presidente

  
**MONIQUE PFEIFER RODRIGUES DA SILVA**

Mestranda

*Quanto suor e sangue constroem novos Brasis?  
8.000 dias na Terra e ainda não encontrei razão  
Nem todo sorriso é feliz, nem todo choro é triste  
Nem toda saudade é má, nem toda fé persiste  
Já faz um tempo que eu não oro  
Todo dia eu choro  
E o silêncio do lado bom não garante que ele num existe  
Não acreditaram em quem somos, creditaram onde estamos  
Temos de vencer e por isso que lutamos  
Muitos se esquecem, mas nem tudo se releva  
Porque a vida que nós tem é a vida que nos leva  
Ao caos  
Adaptemo-nos, a paz tão relativa já não mais inspira-nos  
Aqui em baixo, quase não há luz em como somos  
De fato, o mundo é um lugar que nunca fomos*

SANT, 2016

*Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande*

Conceição Evaristo, 2017

*E tudo o que nela vive e mesmo escondendo-se se descobre; tudo o que nela vibra e dela faz parte, mesmo quando recusado pelos olhares dos bem-nascidos; tudo o que ela deixa marca: o suor e o trabalho, o desespero e a lágrima, a tragédia e o sangue.*

*mesmo que ninguém saiba ou queira saber: uma negra velha e um contador de histórias, uma nordestina e uma escritora, em algum lugar se encontram na cidade. Esses encontros e palavras, ignorados por seus protagonistas, reafirmam a força da desordem viva e oculta, que ordem alguma, alheia a ela, pode sufocar. Uma cidade que se pretende definida e disposta segundo as linhas e o compasso da ciência e do poder, revela, na precariedade do cotidiano, a teimosia das existências que a racionalidade capitalista preferiria ignorar ou negar. A tenacidade com que voltam a aparecer desagrada à ordem burguesa que deve manter organizado o espaço público.*

Sylvia Mello, 1999

## **Agradecimentos**

A todos os companheiros que movem o mundo e conhecem a verdadeira solidariedade. A classe trabalhadora. Gostaria de começar pela que temos em nosso departamento: Rosa, Jane, Seu Francisco, Lizianne, Bruno, Régina, Eliane, Dalvaneide, Livramento, Alcilea. A esses, toda a minha emoção pelas dúvidas sanadas, conversas na recepção, respeito às minhas lágrimas e toda a tiração de onda nos bancos do laboratório.

A minha família. Em especial, minha mãe, Estela. Mulher de muitas palavras, gentilezas e honestidade. Chegou aos 50 anos mais linda, saudável e livre do que nunca. Leu todos os livros que comprei com a bolsa do mestrado e agora se encontra num caminho de descobertas e luz. No fim dos tempos, eu não poderia ter alegria melhor que a de vê-la florescendo. As pessoas do Olho D'água. Ao meu irmão e ao meu pai, minha primeira figura de sindicalismo.

Ao POPRua, Plural, APAF, Policiais Antifascistas e Movimento Indígena do RN por me mostrarem que podemos mais e que o Rio Grande do Norte é terra de gente boa. Pessoas que emocionam, me fazem continuar amando neste mar de samarco que tem sido o Brasil.

A todos os colegas do PPGPsi-UFRN que fazem da sua trajetória na academia só mais um âmbito da vida em busca pela mudança. Por uma verdade que nos leve ao melhor dos mundos que podemos construir. A turma Marielle Franco, Carol Vidal, Esequiel, Felipe Cazeiro. À trajetória compartilhada com as Ruraletes e o Grupo de Pesquisa Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência. Aos leitores de qualificação que não sabem o tanto que me acolheram em período angustiante de escrever, ao colocarem suas avaliações e sugestões do modo como colocaram. Ao Batom, ao Coven, e à mobilização Psicologia pela Democracia.

A Victor Hugo, por tudo! Com você eu fiz o maior número de consultorias e karaokês de divas que uma amizade nascida do trabalho pode entregar. A Carol Ferreira por sua própria

existência sincera: *Uma correria só de olhar no olho reconhece a outra.* A Alexia por ser uma amiga gentil, desde a graduação, um ponto de coerência pra quem eu sempre posso olhar. A Carol doce-de-leite pela honestidade que sempre nos pega de surpresa e a gaiatice que tantas vezes nos deu mediação pra rir nos anos duros que assolam o Brasil. A Felipe por ser uma surpresa, aquela que eu não esperava amar e odiar, pelas piadas quando a falta de coragem que sufoca a sala precisa ser ridicularizada, pelos livros que emprestou a Deus e o mundo, pela militância e por me fazer enxergar que o que cada um sente não é só problema de um, mas também coisa pra todo o mundo lidar. A Welison, o romeiro que veio fazer AT com a gente daqui de Natal, mostrando que há sempre um jeito: *Também sou teu povo!*

Aos grupos de bolsista e pesquisadores que encontrei nas redes sociais e em eventos acadêmicos pelos chistes, confissões e dicas.

A Teresa, pela paciência, pelas leituras encantadoras, pelas constantes análises de implicação e por um fazer do seu cotidiano um lecionar inesquecível como a professora-aliada desde a graduação.

Aos meus amigos Ynayê, Rafa, André, Pedro, Rodrigo, Gabriel e Tiago. Em vocês encontrei aceitação. A Amanda e Aurora pela mais nova e insubstituível fase de levezas que é andar ao lado de uma linda bebê nos seus primeiros passos no mundo.

As mulheres negras e indígenas que conheci pelo caminho, as que reencontrei e reconheci a luta tardiamente, as que não encontrei, mas recordei e pude apurar mais precisamente como resistiram apesar de tantas opressões. As mulheres poderosas do SUS e da Educação que encontrei no RN, em especial Goretti e Do Carmo.

Ao Partido Comunista Brasileiro, que guardou lugar pra mim na luta. Foi no ato após assassinato de Marielle Franco que nossos caminhos se encontraram. Em especial aos meus camaradas do Minervino de Oliveira Potiguar, porque juntos construímos pontes e apoios para

uma sociedade melhor além dos nossos narizes. Das formações políticas à Redinha, vocês me abraçam e me afiam contra esse sistema.

Aos professores-amigos incríveis: Grunge, Francisco Carlos, Maria Luiza Galvão, Luísa Dalla, Jáder Leite, Candida Dantas, Ana Karenina, Ana Karina, Magda Dimenstein, Pedro Bendassolli e à melhor supervisora de todas, Suely. Por todas as provocações e apostas. Curiosamente (ou não), realizei no IFRN um trabalho de conclusão de curso, na minha primeira formação, em que falava sobre a cidade de Natal, seu meio ambiente, suas dunas e usos dos espaços e hoje estou aqui, ressignificando todo esse período, porque antes estudar sempre foi mais uma obrigação como meio de vida, e os saberes e injustiças que me confrontava geravam mais impaciência do que esperança. Hoje eu posso refletir sobre o que trilhei e sei que ainda é exceção a oportunidade de se aproximar e se afastar tantas vezes da própria realidade e, especialmente, em como se pode falar da própria cidade, do próprio lugar. Esta é uma felicidade na minha existência.

Por isso também agradeço aos movimentos sociais, servidores e apoiadores dos anos em que a educação federal brasileira foi da melhor qualidade, me permitindo acreditar que eu tinha oportunidade de tentar projetos além do “não vive, sobrevive”. No mestrado eu tive mais tempo, estrutura e chance de gostar de estudar e gostar de conhecer. Fui bolsista CAPES, subsídio que me permitiu continuar estudando, e por isso também agradeço imensamente os que escolhem a docência como campo de disputa por um país cada vez menos privatizado e privativo.

Pela vida das mulheres, pela agricultura familiar, pela água, pelas florestas, pelo SUS, com os povos originários, com a juventude negra e contra a sociedade de classes.

## Sumário

Resumo .....	xi
Abstract.....	xiii
Introdução.....	15
<b>1. Cidade, cotidiano e sofrimento ético-político .....</b>	<b>23</b>
<b>2. Interseccionalidade e subalternização de trabalhadoras brasileiras .....</b>	<b>38</b>
<b>3. Desenho metodológico .....</b>	<b>51</b>
3.1 Observações de campo, diários e análise de implicação .....	53
3.2 Participantes da pesquisa .....	63
3.3 Instrumento de pesquisa .....	65
3.4 Etapas de investigação.....	70
3.5 Considerações da Ética em pesquisa com seres humanos .....	75
<b>4. Dados da pesquisa: caracterização das participantes e narrativas .....</b>	<b>77</b>
4.1 Eles gostam das morenas.....	78
4.2 Pelos sorrisos de Josy .....	83
4.3 Novata na cidade grande.....	87
4.4 Insubmissas respostas de Jó.....	90
<b>5. Análises de dados.....</b>	<b>95</b>
5.1 Questões relacionadas ao trabalho.....	95
5.2 Questões de poder, gênero, raça e classe.....	98
5.3 Os usos e percepções sobre a circulação e convivência nos/entre bairros .....	100
5.4 Como se expressam os afetos que configuram o sofrimento ético-político .....	104
5.5 Os modos de enfrentamento .....	107
<b>6. Considerações finais .....</b>	<b>111</b>
<b>Referências .....</b>	<b>115</b>
Apêndices	

## **Resumo**

A Zona Sul natalense urbaniza-se no ordenamento voltado ao turismo, serviços e construção civil, em que são produzidas narrativas hegemônicas e modos de ocupação da cidade atrativas aos investimentos externos e apelo ao consumo, com segregação espacial e reprodução de opressões. Para as mulheres brasileiras, principalmente negras e pobres, a circulação nos espaços evoca desafios materiais e simbólicos. Essas injustiças, resultantes de processos exclusão social/inclusão perversa do sistema capitalista, podem ser experimentadas como dor, atingindo grupos subalternos. Esta pesquisa se propôs a investigar como se expressa o sofrimento ético-político e os modos de resistência no cotidiano de trabalhadoras em estabelecimentos comerciais na Zona Sul de Natal-RN. Observações de campo, diários de pesquisa e análise de implicação constituíram a fase inicial do estudo, que utilizou como instrumento um roteiro de entrevista narrativa com questionário sociodemográfico. Foram produzidas narrativas a partir de entrevistas com 04 mulheres, com experiência de balconista nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio. A análise de narrativas foi organizada em cinco eixos temáticos. No cotidiano das balconistas, se expressou a produção de sofrimento ético-político a partir das disparidades de gênero, raça, classe e territoriais nos encontros entre trabalhadoras periféricas e clientes de classes abastadas. As mulheres sentem medo, tristeza, indignação e desmotivação diante da discriminação sexual e racial; assédios; precarização do trabalho e dos obstáculos na migração entre bairros, agravados pelos arranjos interseccionais. Estratégias coletivas e atitudes desassujeitadoras são modos de enfrentamento comuns, embora o atendimento ao cliente esteja em primazia no funcionamento dos estabelecimentos. A reprodução de lugares subalternos em que a freguesia posiciona as balconistas revela as heranças coloniais de subordinação, exploração e objetificação sexual sobre as mulheres pobres e racializadas. As narrativas de experiências historicamente invisibilizadas expressam as

contradições de uma urbanização excludente e intolerante e apontam a necessidade de perspectivas interseccionais para criticá-la.

**Palavras-chave:** Cidades; Trabalhadoras; Interseccionalidade; Sofrimento ético-político; Narrativas.

## **Abstract**

Natal's Administrative South Zone was urbanized in the order to conceive tourism, commercial services and civil construction, about which hegemonic narratives and forms of occupation of the city are produced to attract foreign investments and appeal to consumption, with spatial segregation and reproduction of oppression. For Brazilian women, especially black and poor, their circulation in spaces evokes material and symbolic challenges. These injustices, resulting from the processes of social exclusion/perverse inclusion on the capitalist system, can be experienced as pain, affecting subaltern groups. This research aimed to investigate how the ethical-political suffering, as much as the forms of resistance, are expressed in the everyday life of female workers in commercial establishments in the South Zone of Natal-RN. Field observations, research journals and analysis of implication constituted the initial phase of the study, which used a narrative interview script with a socio-demographic questionnaire as instrument. Narratives were produced after the interviews with 04 women with experience as attendant in the neighborhoods of Ponta Negra and Capim Macio. The narratives were analyzed through five thematic axes. In their everyday lives, the production of ethical-political suffering was expressed based on gender, race, class and territorial disparities in the meetings between peripheral workers and clients of wealthy classes. These women feel fear, sadness, indignation and demotivation in face of sexual and racial discrimination; harassments; precarious work and obstacles to migrate between neighborhoods, aggravated by intersectional arrangements. Collective strategies and unsubmitive attitudes are common ways of resistance, although customer service is the priority in the establishments' operation. The reproduction of subordinate places on which the costumers places these workers reveals the colonial inheritances of subordination, exploitation and sexual objectification over the poor and racialized women. The narratives of historically invisible experiences express the

contradictions of an excluding and intolerant urbanization and point out the need for intersectional perspectives to criticize it.

**Key-words:** Cities; Female workers; Intersectionality; Ethical-political suffering; Narratives.

## **Introdução**

O interesse por investigar o tema do sofrimento na experiência de mulheres foi instigado ao longo de toda minha trajetória – a partir dos meus lugares nas relações com família, cidade, universidade e contextos de trabalho – e antecedido pelas histórias de mãe, tias, pai, primas; empregadas, babás, lavadeiras, agricultores, aquelas do êxodo rural por uma vida menos pior e das dores de quem não foi “bem-nascido”. Foi, ainda, despontado pelas reflexões da formação em Psicologia, curso em que pude articular tantos saberes e modos de criticar o mundo com as minhas vivências e na escuta com os outros. Mais especificamente para este projeto, por uma particular experiência de trabalho fui acoçada a dizer das relações de poder na vida das mulheres nos espaços que sustentam no cotidiano.

Por três meses, fui balconista numa loja de conveniência localizada na Zona Sul de Natal, Rio Grande do Norte, região vizinha ao lugar onde cresci, o bairro cartão-postal da cidade: Ponta Negra. Estava para concluir a graduação e, apesar da curta duração, as cenas e condições desse trabalho arremataram para mim a necessidade de discutir gênero, raça e desigualdades entre classes sociais nas cidades do Brasil para se transformar quaisquer que fossem as realidades invisíveis e os macro panoramas epidemiológicos sobre saúde mental – ou sobre sofrimento e, ainda, sobre ética e dignidade. Embora os temas já me interessassem, foi a partir deste cargo que pude estranhar, “de dentro”, as distinções que um “lugar” sem prestígio social – geralmente atrelado aos trabalhos intelectuais que conseguia como bolsista ou autônoma – tem sobre as formas de negociar que os sujeitos fazem no cotidiano.

Se antes também já me feria presenciar alguma trabalhadora ser chamada aos gritos ou desnudada com os olhares em plenos expediente a cada vez que eu ia comprar pão perto de casa ou fazer a feira num supermercado, agora, vestida a caráter do atendimento, repudiava todo o

desrespeito que tentava me subjugar e desviava minha função das obrigações operacionais – como pesar 100 gramas de presunto ou fechar uma compra – para a obrigação subentendida e imoral de suportar as cantadas e os pedidos rudes dos clientes. Localizada perto de importantes avenidas do consumo e da paisagem litorânea, o estabelecimento atendia principalmente uma freguesia de classe média, de turistas, de pessoas brancas com maior nível de escolaridade, para a qual eu tinha a impressão de que a subserviência era o horizonte quando dizia respeito sobre como tratar certas pessoas, as que estavam de algum modo – ou de todos? – para servir.

Desta experiência, eu destaco como uma tentativa de assalto, ocorrida no momento em que eu operava o caixa, antes das 7h da manhã, foi momento de refletir e sentir as dores de uma exposição aos desafios que a realidade social pode avassalar de modo mais cru os corpos subalternos<sup>1</sup>. Por um lado, a ameaça a mão armada e um cliente baleado para socorrer eram traumas comuns ao que a violência generalizada em Natal havia estabelecido como rotina em 2016 – período em que se complicavam questões da segurança pública na cidade e no estado – e, por outro, a desumanização com o subordinado, com aquilo que ele pode sentir, com aquilo que deve aturar. Esse talvez tenha sido o mais difícil de extrair da situação, aumentado o choque diante do inaceitável: ainda que houvesse sangue no chão do estabelecimento e polícia para acionar, lágrimas, pânico, muitos clientes – que chegavam depois do som do disparo – estavam estressados com a falta de “meninas pra servir o pão”, poucos minutos depois do ato.

Ficamos amedrontadas. A colega com quem dividia o turno já vivenciara situações assim no trabalho inúmeras vezes, mas a nossa dor e vulnerabilidade não eram contempladas pelos consumidores, que até estralavam os dedos e batiam palma pra chamar nossa atenção de volta ao serviço. Alguns se superavam de modo sadicamente bizarro, voltando à loja naquele

---

<sup>1</sup> A questão da “subalternidade” será melhor apresentada neste trabalho, mas vale ressaltar que seu emprego aqui não objetiva reforçar a inscrição de sujeitos em moldes cristalizados de subjetivação. Em referência à perspectiva decolonial, trata mais dos percalços em nomear e ter reconhecidos problemas e questões advindos das especificidades de grupos sociais minoritários quando suas experiências não compõem discussões e narrativas hegemônicas. (Oliveira & Pereira, 2015).

mesmo dia para “brincar” conosco sobre o acontecido, rindo e gesticulando armas com as mãos. “Assalto”! E riam, esperando que nós, balconistas, ríssemos também.

Nos dias menos atípicos, a disparidade classista, os preconceitos linguísticos e a objetificação nos acompanhavam. Não raros eram os casos em que éramos agredidas também por outras mulheres que, de *status* socioeconômico diferente, e na posição de “clientes” – ou aquele/a que tem sempre razão – se irritavam facilmente, pediam ou reclamavam por demandas incompatíveis às nossas funções prescritas. Uma das minhas curiosidades era perceber como se confundiam ali as trabalhadoras atrás do caixa e do balcão com as heranças da mentalidade patriarcal, escravista e colonial.

As nossas respostas, recusas ou abstenções em contrapartida a esses modos de tratamento poderiam ser recebidas com retaliação. Se éramos alvo de algum “elogio” ou nos perguntavam algo banal, não se consolidava uma conversa, pois não havia lugar para manifestar uma vontade ou sentimento próprios, isto é, se nos posicionássemos com contrariedade ou com outro ponto de vista. Se estávamos ali, naquele bairro, era para agradá-los. Se não ríamos depois das cantadas, por exemplo, perguntavam se estávamos estressadas. Às vezes, havia tentativas de punição, exercidas exatamente por aqueles que passavam dos limites e, frustrados, pensavam um modo de prejudicar a estabilidade de nossa função na empresa através de alguma reclamação mentirosa aos nossos superiores: “As meninas desse turno estão me passando o troco errado, não volto mais aqui!”.

Certamente, não eram depreciativas todas as relações que tínhamos no bairro. Havia outros trabalhadores, que eram empregados nos condomínios residenciais e comércios próximos, além dos ambulantes, que também vinham comprar, conversar e sorrir conosco. No estabelecimento havia também potência entre nós, balconistas, que construíamos movimentos de enfrentamento e um espaço franco para desabafos, ensinamentos, gambiarras, risos, formas de proteger o serviço feito pelas outras. Havia cooperação nas tarefas, que se constituíam pelas

histórias compartilhadas, pelo respeito às diferenças e principalmente pelas causas comuns que vivíamos como mulheres. Conselhos para contornar as “marcações” dos clientes mais conhecidos por chatices e alertas sobre assédios daqueles mais “inconvenientes”. Assim nos encontrávamos e era produzida alegria.

Ao compartilhar minhas indignações do trabalho com pessoas próximas e constatar que a relação com aquela clientela remetia à posição de um constante “não direito”, não me sentia amparada, pois eram comuns as “justificativas” simplistas, que esgotavam essa reprodução ao fato de aquela ser uma função de mão de obra não qualificada. Intrigava-me ainda mais quando conhecidos se espantavam porque *eu, Monique, estudante de psicologia, havia passado por isso*. Mas aí me perguntava: *há qualquer pessoa que “merece” estar nessa posição?*

A maioria das minhas colegas residia em bairros relativamente distantes, assim como muitas outras companheiras de outros estabelecimentos do entorno que se deslocavam de bairros periféricos para trabalhar na Zona Sul. Não concluíram o segundo grau e trilhavam ali a trajetória profissional possível, ocupando sempre cargos de função e desvalor semelhante a experiências de trabalho pregressas. Casadas, precisavam agilizar em casa o máximo de tarefas nas horas [nada] vagas para o dia seguinte poderem se dedicar ao expediente no emprego. O dia, portanto, começava de madrugada para a maioria delas.

Majoritariamente, este fluxo de mulheres, que costuma vir das regiões Norte e Oeste da cidade (mais populosas e mais pobres em Natal), atende aos postos de emprego assalariado, com baixa qualificação para as atividades. Pegavam muitos transportes ao longo do dia e geralmente conheciam no bairro um número significativo de vizinhas e vizinhos que compartilham dessa lida e de outras relações de intimidade/familiaridade. Rumo ao trabalho, já na Zona Sul, era preciso passar ao lado de terrenos baldios – aqueles reservados à especulação imobiliária –, antes de chegar às apelativas panificadoras e lanchonetes. A pressa para não ficar sozinha nas paradas; os riscos em ser pedestre numa cidade voltada para os carros e o turismo;

o receio de ser vítima “fácil” para a violência urbana, principalmente a sexual, nas ruas desertas ou nas calçadas, enquanto o estabelecimento não abria ou o ônibus não passava; o medo de perder o salário pago em espécie; fingir que não ouviu nenhuma das constantes cantadas ao longo do caminho em via pública ou durante o expediente.

É importante dizer que, pelas oportunidades viabilizadas pelo acesso à educação formal, não necessitei prolongar o vínculo como atendente. Fazer parte do ambiente universitário também desenhou diferenças na construção de uma crítica sobre esta realidade, pois me forneceu outras referências, não como saberes superiores, mas que foram potentes nas minhas possibilidades de autonomia, considerando a persistente condição feminina entre a situação dessas mulheres impossibilitadas, por exemplo, de dar continuidade ao ciclo básico de estudos, e eu, perto de me graduar e sem filhos. Por outro lado, outras importantes constituições de minha trajetória impulsionaram o desejo de tocar essa pesquisa, porque antes de ter sido assalariada e graduada em psicologia, sou mulher, negra, de origem popular. Também sou a primeira formada em ensino superior público da família e sou herdeira de quem passou por processos semelhantes de subalternização.

Aumentava, depois deste emprego e junto às reflexões de estágio final de curso em Psicologia, a minha curiosidade sobre o cotidiano de grupos minoritários e seus impactos nas subjetividades, principalmente por notar que até seus sofrimentos eram silenciados. Portanto, é no encontro de vivências interpessoais com reflexões teóricas que se dão minhas aproximações com os temas das desigualdades e da alteridade para analisar o sofrimento de mulheres brasileiras. Ao me reencontrar com a perspectiva ético-política, conceituada por Bader Sawaia (1999), identifiquei nessa vivência de afetações dessas relações despotencializadoras, de atitudes injustas, cultivadas pela ausência de reparação histórica e conservação de desigualdades, que nos atingiam, mulheres e balconistas, intima e coletivamente, na lida com as exigências de sustento financeiro, em que era necessário, como esforço extra, buscar forma

de proteção do corpo enquanto mulheres, especialmente diante dos abusos exercidos por quem não estava submetida à mesma combinação de dificuldades sociais que nós suportávamos.

Pensar como se repetem essas situações para as mulheres trabalhadoras, por exemplo, na Zona Sul natalense, é questionar as representações do lugar para o comércio sofisticado, o turismo paradisíaco e a moradia de abastados. Como poderíamos, nesta dissertação de mestrado, falar de um outro cotidiano na cidade, diferente do lazer que poucos desfrutam, ou ainda, nas fissuras que produzem esse lazer? A que custo o bom atendimento é vendido aos “privilegiados” nos bairros nobres de Natal? Um significativo número de estudos vêm crescendo no âmbito de explicitar as dificuldades e resistências das mulheres e as relações estabelecidas nas esferas do trabalho, da família e do público. Seja pela invisibilidade, pela sobrecarga, pela hipersexualização ou pela exclusão, as brasileiras vivenciam um percurso de subalternidades histórico, que marca as condições materiais e simbólicas de sobrevivência e dos modos que se relacionam nos diversos espaços (Rago, 2004; Schlindwein, 2013; Biroli, 2018).

É a partir das experiências sobre o trabalho dessas mulheres no atendimento em ambientes elitizados e voltados para o apelo ao consumo e turismo, que situo meu problema de pesquisa. Neste recorte, considero que se expressam fortemente as diferenças de gênero, classe, raça e território entre essas mulheres e demais sujeitos que circulam nesses espaços e compõem a clientela que atendem. Por conseguinte, considero a proposição de que essas disparidades, que atravessam as relações de poder, podem configurar dinâmicas entre as quais se reproduzem humilhações e violências direcionadas às trabalhadoras comerciárias, configurando um cotidiano doloroso, pela ótica do sofrimento ético-político.

Como se produz o sofrimento ético-político para essas mulheres, a partir das narrativas que podem construir na experiência urbana que têm, enquanto trabalhadoras, nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio de Natal-RN? Daí, as relações trabalhistas, o machismo, o racismo

e as discriminações de classe e de território passam a ser importantes dimensões de análise que acolhem o sofrimento de um ponto de vista crítico, indispensáveis ao manejo mais compromissado eticamente acerca do que se fala e do que se faz com as manifestações do adoecimento psíquico na atualidade.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar como se expressa o sofrimento ético-político e os modos de resistência no cotidiano de mulheres trabalhadoras de estabelecimentos comerciais de conveniência e alimentação na Zona Sul de Natal-RN. E, como objetivos específicos: delinear caracterização sociodemográfica das participantes para subsidiar uma discussão interseccional; conhecer narrativas de trabalhadoras comerciárias do setor de conveniências na Zona Sul quanto a sua trajetória no emprego e o cotidiano de trabalho; analisar as categorias do sofrimento ético político – sendo vergonha, falta de reconhecimento, humilhação as classicamente elencadas na literatura – e os modos de enfrentamento nas relações de atendimento ao público na experiência dessas mulheres nos bairros em que trabalham.

A relevância deste estudo se justifica na importância de mulheres, trabalhadoras, periféricas e majoritariamente negras contarem suas histórias nos mais diversos espaços. Considerar os diferentes pontos de enunciação, que foram historicamente silenciados, se faz pertinente à crítica, por exemplo, de como se articulam de modo mais problemático, no capitalismo, as questões de gênero, raça e classe (Nogueira, 2017). Existem, portanto, particularidades “denunciadas” pelos pontos de vista das “margens”, não percebidas e/ou não consideradas pelas tradicionais formas de se projetar e escrever sobre as relações e os espaços, e importantes para as lutas sociais. Neste sentido, pretendo contribuir também para o campo de estudos sobre cidades e o urbano, pensando a diversidade e as exclusão a partir das questões de gênero.

Para compor essa dissertação, o texto que segue foi organizado em seis seções. É iniciado com dois capítulos teóricos: o primeiro, *Cidade, cotidiano e sofrimento ético-político*,

para discutir as contribuições das ciências humanas e sociais para pensar a cidade como produção social e as afetações nela vividas, apresentando também aspectos da urbanização brasileira e natalense, e o segundo, *Interseccionalidade e subalternização de trabalhadoras brasileiras*, para refletir as contribuições de um olhar interseccional e decolonial na problematização de identidades e desigualdades na condição não homogênea das mulheres nos espaços e relações. Em seguida, o capítulo de *Desenho Metodológico* do estudo, no qual são desenvolvidos os processos de Análise de Implicação, Observação Participante e Diários de Pesquisa na construção do projeto de pesquisa e detalhados os percursos e critérios para as etapas, instrumentos e sujeitos que compõem a investigação. Em seguida, o capítulo de *Dados da pesquisa: caracterização das participantes e narrativas*, que apresenta a caracterização das participantes e as narrativas de suas experiências. A *Análises de dados* dá prosseguimento ao trabalho, em que são discutidos cinco eixos de análise transversais às narrativas, sob o esforço de produzir também uma discussão interseccional na configuração do cenário em que se dão as afetações na experiência urbana vivida pelas participantes, e é seguida pela última seção, de *Considerações Finais*.

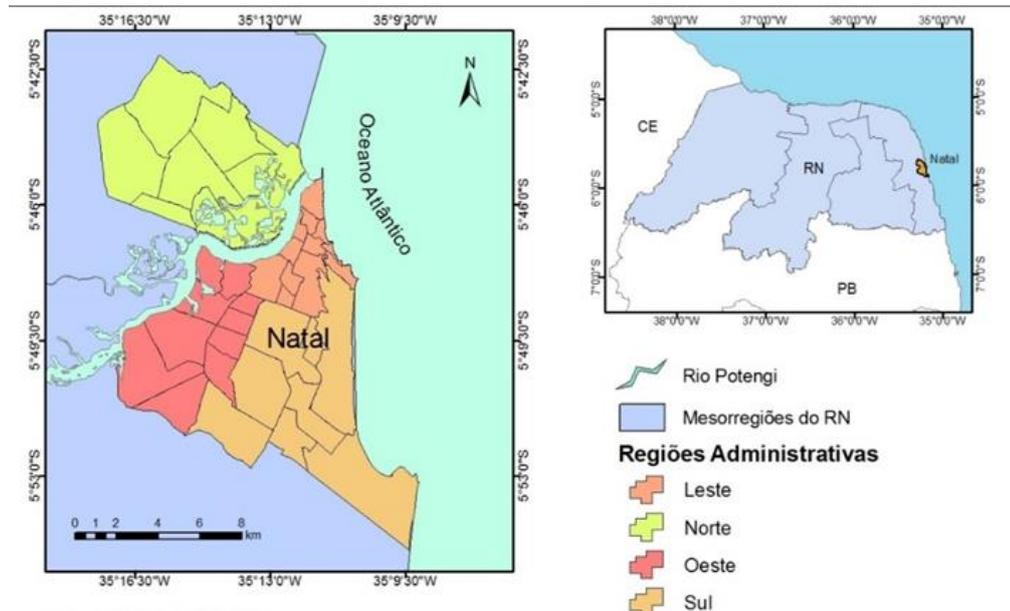
## **1. Cidade, cotidiano e sofrimento ético-político**

Pensar sobre as cidades é sempre conceber a configuração de aspectos simbólicos e materiais que se costuram nas formas de modificar o espaço e nos modos de vivê-lo. A noção de Lefebvre sobre uma produção social do espaço fornece um recuo para pensar as transformações de cada lugar, de como as ruas foram projetadas até os códigos compartilhados entre sujeitos, locais e passantes, para ali se relacionar. Assim, a cidade, o bairro, os parques, os ônibus não se esgotam em suas “caraterísticas físicas”, nem somente como objetos culturais, mas são produtos de modificação sobre “os dados sensíveis, a matéria e as energias” (Lefebvre, 2013, p. 124).

Os estudos neste campo têm se ampliado e ganhado notoriedade pelas problemáticas relativas ao direito à cidade, momento de ebulição para questionar as funções dos espaços, para quem se destinam ou quem acaba sendo excluído. Desastres ambientais, desapropriações com atravessamentos étnico-raciais, acessibilidade, violências e formas de resistência são temáticas que suscitam o desafio em efetivação de políticas que considerem obstáculos e especificidades dos sujeitos na possibilidade de ocupar (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe - CEPAL, 2011). A urbanização, mais especificamente, é ponto de interesse para refletir que estratégias e projetos agiram e ainda atuam na produção de cidades que, no sistema capitalista, vão crescer com contradições, evocando o entendimento de uma interação mais orgânica entre elementos éticos e econômicos nos modos como a cidade se relaciona com a diversidade e o diferente (Santos, 2007; Harvey, 2013).

Natal é uma cidade litorânea do estado do Rio Grande do Norte, Brasil, que compõe, com outros catorze (14) municípios, uma região metropolitana povoada por aproximadamente 1.596.103 habitantes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, 2018),

dos quais quase 90% é de residentes urbanos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010). Sua ocupação inicia-se próxima às margens do Rio Potengi e só se expande mais expressivamente sob projeto de urbanização modernizador no século XX. Atualmente, Natal é dividida em quatro (04) zonas, ou regiões administrativas (Figura 1).



*Figura 1.* Mapa de localização da cidade de Natal-RN e suas zonas administrativas.  
Fonte: elaborado por Barros, disponível Em Barros, *J et al* (2013).

Lembrada pelos cartões-postais turísticos e dinâmica urbana pacata, nos últimos anos a capital vem se destacando quanto ao aumento de índices de violência, inclusive a nível nacional – considerando o visível aumento de mortes violentas e conflitos entre facções no território potiguar (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2019)<sup>2</sup>. Nas primeiras semanas de 2020, pouco antes da apresentação desta pesquisa, a cidade (re)vivencia situação crítica de sua questão urbana: enquanto o Hotel Internacional Reis Magos (Zona Leste), defendido pelos movimentos sociais e comunidades do entorno como monumento histórico, começa a ser

<sup>2</sup> O Rio Grande do Norte foi o estado no Brasil que, por exemplo, mais se destacou na taxa de homicídio entre jovens e apresentou os maiores índices de violência letal contra mulheres e homicídios de negros em 2017. Trata-se não somente dos agravos enfrentados no Norte e Nordeste no país diante da expansão e disputa por domínio territorial para tráfico de drogas entre facções criminosas, mas também da continuidade dos históricos processos de genocídio da população negra e pobre e da violência de gênero.

demolido por decisão da Prefeitura, inúmeras ruas e residências de vários bairros da cidade sofrem de alagamentos e desmoronamentos que, ano após ano, deixam ilhados e ameaçados quem aqui vive<sup>3</sup> – e evidenciam que os esforços e celeridade do “planejamento” existem e estão devidamente direcionados a priorizar a circulação de capital.

O prédio do Hotel Reis Magos, que ficava à beira-mar da Praia do Meio, constitui parte da memória da cidade e especialmente daqueles que vivem no entorno. Guardam-se histórias e costumes criados há décadas desde sua construção e seu reconhecimento com valor arquitetônico – símbolo do modernismo na capital – e de mobilização coletiva apontavam a necessidade de revitalização desde que voltada ao desenvolvimento urbano e social sustentável (Trigueiro *et. al*, 2014; DOCOMOMO BRASIL, 2019). Afim de “abrir espaço” para as grandes construções, a não-preservação do hotel tem sido uma política da gestão local, aliada aos grandes grupos de setores imobiliários, e alvo de protestos há muitos anos. O velho jogo de uma inoperância proposital sobre aquilo que é público, que provoca uma aparente inutilidade irremediável, até que a iniciativa privada apareça como uma boa – ou única – solução. Tanto é assim que o laudo técnico, que atestava a suposta inviabilidade de restauração do prédio, nunca foi publicizado<sup>4</sup>, revelando a desonestidade do processo.

Desativado em 1995, o hotel foi o grande símbolo do turismo para o estado potiguar mas, agora é definitivamente destruído sob o discurso de “modernização”<sup>5</sup>, que vem mais como dissimulação para o apagamento histórico e a segregação financeira-espacial. Em favor da “modernização” também se pronunciou, por exemplo, o prefeito Álvaro Dias, que defende o

---

<sup>3</sup> Tribuna do Norte. (jan. 2020). Defesa Civil atende 60 ocorrências em Natal e reforça efetivo devido às chuvas em Natal. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/defesa-civil-atende-60-ocorrencias-e-refora-a-efetivo-devido-a-s-chuvas-em-natal/469162>>.

<sup>4</sup> Apartamento 702. (mar. 2015). 12 motivos que explicam por que é inaceitável demolir o Hotel Reis Magos. <<https://apartamento702.com.br/12-motivos-que-explicam-por-que-e-inaceitavel-demolir-o-hotel-reis-magos/>>.

<sup>5</sup> Pinheiro, J. (jan. 2020). Projeto para área do Hotel Reis Magos depende do novo Plano Diretor. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/projeto-para-a-rea-do-hotel-reis-magos-depender-do-novo-plano-diretor/469125>>.

aumento do gabarito da orla marítima, uma tragédia que se faz próxima, assegurada pelos avanços que o novo Plano Diretor tem demonstrado. A prefeitura, desde o início, mostrou sua preferência a uma radical privatização deste trecho da cidade, ignorando sérios problemas como adensamento populacional e agravamento da exclusão econômica de comunidades pobres que vivem próximo das praias há muitas décadas<sup>6</sup>.

Embora não se situe na Zona Sul – que é o assoalho desta pesquisa –, destaco este caso para comentar como a questão da cidade vai irradiar para inúmeros elementos que, desde as histórias de vidas, passando pelas necessidades de sustentabilidade ambiental até os movimentos históricos e econômicos que determinam e influenciam as condições de vida do povo, se articulam em modo de disputa, manifesta as tensões dos processos de dominação próprios do sistema capitalista (Faria e Diniz, 2018).

Uma curiosidade histórica da urbanização da cidade remonta esse processo de desvalorização material e simbólica que se coloca a certas partes das cidades. Trata-se da denominação popular “Cidade das Lágrimas”, no início do século XX, atribuída pejorativamente às ocupações irregulares que já se davam nas imediações do que hoje são os bairros de Tirol e Petrópolis. À época, o urbano se restringia ao que hoje compõem a Cidade Alta e Ribeira e o projeto de modernização – que demarcaria o estado potiguar de modo distinto na transição para o período de República –, foi impulsionado pela oligarquia Albuquerque-Maranhão, pretendia avançar sobre o espaço, a ser chamado de “Cidade Nova” (Siqueira, 2014).

A transformação da região, que possuía marcas rurais (tantos pelas chácaras de posse das elites como pelos casebres das comunidades pobres), se deu de modo violento, com derrubadas de imóveis. Até hoje, observa-se os contrastes desta região na cidade, em que os

---

<sup>6</sup> Sanson, C. (out. 2019). Proposta de verticalização da orla de Natal atende aos interesses do mercado imobiliário. Entrevista especial com Ion de Andrade. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593563-proposta-de-verticalizacao-da-orla-de-natal-atende-aos-interesses-do-mercado-imobiliario-entrevista-especial-com-ion-de-andrade>>.

bairros nobres originados de “Cidade Nova” se apresentam com longas e largas ruas, características do estilo italiano responsável pelo projeto, mas estão cercados de favelas e ocupações ribeirinhas, como são nos bairros Passo da Pátria e Praia do Meio, onde atualmente se especula a abertura radical para edificações verticalizadas.

Este momento inflamado de embates, que coloca em questão o bem-estar da população, relaciona-se à própria dinâmica de urbanização de grande parte da orla de Natal (mais propriamente das Zonas Sul e Leste), que precisa ser compreendida, tanto em suas modificações arquitetônicas como nos modos de trânsito e ocupação, a partir do *boom* imobiliário e a efervescência do turismo. Há uma parcialidade na implementação de padrões de urbanização importados que se reproduziu em muitas cidades brasileiras, nas quais categorias como viabilidade, sustentabilidade ambiental e regularidade são expedidas de acordo com a parte da cidade que expande: “A ilegalidade é funcional, permite as relações clientelistas, políticas arcaicas, um mercado imobiliário restrito e especulativo, com aplicação arbitrária da lei. Para uns, a ocupação é considerada ilegal, para outros, irregular” (Lauriano, 2015, p. 156).

A configuração dos espaços no Brasil, especificamente, têm no seu percurso um importante processo de marginalizações para o desenvolvimento de atividades e relações voltadas às vendas e investimentos do capital. O geógrafo Milton Santos fala da criação de sítios sociais, pela seletividade com que se criam lugares mais atrativos, acessíveis e valorizáveis. Herdeira de uma modernização dolorosa, a urbanização brasileira se volta como território fecundo às corporações, “isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas” (Santos, 2009, p.105). É produzido um modelo espacial de pobreza, por outro lado, que torna as cidades espraiadas e alarga a periferização dos mais pobres. Para os que moram mais longe, custa muito mais caro acessar serviços e se deslocar, sendo inviável se

manter longe do centro, pois é foco de muito trabalho, que nessa dinâmica acaba sendo fortalecido.

Natal, assim como outras capitais do Nordeste, teve, pelos menos nos últimos 30 anos, seu processo voltado a criar espaços de consumo: serviços, turismo e comércio (Araújo, 2009). Bezerra, Correa, Mendonça e Clementino (2013) apontam os investimentos de capital estrangeiro e a instalação de empresas imobiliárias de outras regiões do Brasil como movimentações sobre o espaço potiguar relacionadas às tendências da economia mundial, seguidos do aumento nos preços de terrenos, expansão da construção civil (e do crédito imobiliário) e verticalização da paisagem. Destaca-se nesta produção do espaço o aproveitamento de uma geomorfologia costeira, sendo a condição climática<sup>7</sup> e uma diversidade de ecossistemas (principalmente do conjunto de dunas, mangues, praias, rios, falésias) usadas na composição de paisagens tropicais (Lefebvre, 2006). Essas imagens passam a integrar grandemente as representações do território natalense para o exterior:

É praticamente impossível pensar na Cidade do Natal sem associar as praias, dunas e a culinária local como pontos atrativos para o lugar. Ainda que as ruas da Cidade Alta, Ribeira e Rocas guardem muito das origens da capital potiguar, o turismo se baseou, fortemente, nas belezas naturais. É indiscutível o potencial turístico da cidade, comprovado pelas altas taxas de ocupações da rede hoteleira, entre 2013 e 2015, chegando a níveis de mais de 70% nos meses de “alta estação” (SEMURB, 2016, p. 216).

Entretanto, ao circular pela cidade, percebe-se diferentes faces de uma mesma “Natal-cidade-do-sol”. As Zonas Oeste e Norte da cidade, que correspondem às regiões administrativas com maior parte da população (respectivamente 27,17% e 37,77%) e menores rendimentos mensais (respectivamente 0,92 e 0,99 salários mínimos) contrastam com o aspecto luxuoso e

---

<sup>7</sup> Por muito tempo a cidade foi chamada de “Noiva do Sol”. Nas paradas de ônibus das principais avenidas da cidade é possível ler que Natal tem 300 dias de sol por ano.

“tradicional” das Zonas Leste e Sul que, juntas, apresentam melhores indicadores de qualidade de vida e concentram grandes centros de consumo, lazer e educação.

A Zona Norte da cidade, por exemplo, também é de ocupação recente, mas difere da Zona Sul em sua gênese pelos projetos que atendem a interesses de classes distintos. Seu território foi parte de outro município até 1953. É a “outra metade” de Natal – pois para chegar nela, partindo das outras regiões do município, é necessário atravessar o Rio Potengi – e torna-se mais intensamente ocupada depois das políticas de incentivo habitacional da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB-RN), financiada pelo Banco Nacional de Habitação, na década de 1970. Este projeto representava uma alternativa à habitação dos mais pobres, enquanto na parte Sul seguia o estabelecimento de imóveis para as classes médias (Queiroz, 2010). Além dos terrenos a baixo custo, a região passa a se expandir pela implantação dos parques industriais nas proximidades<sup>8</sup> e, futuramente, pela expansão do setor terciário, em atendimento às demandas também da própria população, que se torna a maior das zonas administrativas da capital.

A Zona Sul, onde se situam os bairros de Ponta Negra e Capim Macio, apresenta a menor densidade demográfica, o maior valor do rendimento médio mensal (3,45 salários mínimos), o maior consumo de energia elétrica (especialmente quanto aos usos público, comercial e residencial) e de água entre as zonas da cidade (com uso comercial e residencial) (SEMURB, 2016). Os bairros de Ponta Negra e Capim Macio vão se destacar por um alto custo de vida e nos serviços ofertados. Capim Macio desenvolve-se na década de 1970 após, principalmente, a construção da pista Natal-Parnamirim (município onde era localizado o

---

<sup>8</sup> Principalmente o município de Extremoz-RN, que faz limite com parte da Zona Norte. Os parques empregam, até hoje, um grande quantitativo de cidadãos da região metropolitana em empresas nacionais, tais como Vicunha, Guararapes e Ambev.

antigo aeroporto da região) e, ainda, com a construção do conjunto habitacional Mirassol, próximo do campus universitário central da UFRN (SEMURB, 2012).

Já Ponta Negra apresentou rápidas transformações em função do turismo. Deixando de ser uma área com ocupação restrita às casas de pescadores ainda em meados de 1970, a construção da Via Costeira<sup>9</sup> (uma via expressa que tem como bairros limítrofes Ponta Negra, na Zona Sul, e Areia Preta, na Zona Leste e cujo trajeto contorna um pedaço de Mata Atlântica hoje preservado enquanto Unidade de Conservação Parque das Dunas) mudaria profundamente a função de morar e circular na região, com os propósitos de ocupação das dunas, visando rentabilidade financeira em diversas atividades. Lopes Júnior (2000) avalia a Via Costeira como principal marco da urbanização turística em Natal: “Ela não é apenas o lugar onde estão instalados os melhores hotéis da cidade, mas um dos principais referentes para a construção imagética de Natal” (Lopes Júnior, 2000, p. 40).

Dos anos 1980 a 2000, aumenta o número de estabelecimentos situados em Ponta Negra, como “bares, hotéis, lanchonetes, restaurantes, pousadas e empresas do setor de turismo” (Maciel e Lima, 2014, p. 137), acompanhando o progresso da projeção turística empreitada na parceria entre poder público e investimentos externos, ao passo que também intensificava o afastamento de moradores pobres da Vila de Pescadores. A partir dos anos 1990, Ponta Negra tem função central como espaço turístico da cidade e, nos anos 2000, se expande também na questão imobiliária, principalmente na primeira década do século XXI, dada a alta especulação

---

<sup>9</sup> Os impactos da Via Costeira exemplificam bem a permissividade que o poder público, com parcerias privadas, pode apresentar diante dos avanços de monopólios de empreendimentos sobre os recursos naturais e espaços “comuns”. Além disso, a segregação entre ricos e pobres é um efeito na dinâmica de tráfego e lazer na região. Os hotéis de luxo estão construídos ao longo de 8,5 km de praias: “A permanente presença de seguranças privados próximos aos hotéis, a falta de mobiliários urbanos, como também a precariedade do único meio de transporte coletivo disponível até a Via Costeira, apresentam-se com algumas das causas pelos quais os natalenses, principalmente os não-proprietários de veículos particulares, não usam essas praias como local de lazer. Em virtude da presença dos hotéis de luxo, as praias ao longo de toda Via Costeira expressam certa conotação de “área restrita”, o que desmotiva a presença da população local e possibilita aos hóspedes dos empreendimentos hoteleiros a “exclusividade” das praias” (Cunha & Silva, 2011, pp. 38-39).

e estabilidade dos índices de busca por habitação no município, mesmo após a ruptura da bolha estadunidense (Bezerra, Correa, Mendonça & Clementino, 2013).

Aí, atuam na construção de narrativas desde as produções historiográficas até as agências de turismo, sem esquecer do poder público e das parcerias privadas. O não confronto com a alteridade ou com outros "incômodos" ao "hóspede", que é atraído para o prazer, é o que constitui a paisagem do bem-estar e, dentre outros elementos, a questão do turismo tornou-se fundamental na reprodução de exclusão neste contexto. Alverga (2011) problematiza o turismo e seus impactos no ordenamento da cidade, na produção de subjetividades e do não encontro com as diferenças. A urbanização recente de Natal, precedida de um curto período de industrialização, guinou à atividade comercial devido ao processo em que oligarquias locais e grupos estrangeiros se articularam para a padronização e divulgação de um espaço voltado ao exterior, ao "olhar do turista-consumidor-investidor".

Além de resgatar este processo de urbanização, é importante acompanhar também como há formas de se viver e se representar os espaços e as relações que nele se dão e como os próprios projetos de modernização e as formas de representar os lugares se influenciam mutuamente. O bairro de Ponta Negra (Figura 2) apresenta-se repartido entre os Conjuntos Ponta Negra, Alagamar, Serrambi e Natal Sul – com maior presença de condomínios – e a Vila de Ponta Negra, ou Vila dos Pescadores, o marco de ocupação do bairro (SEMURB, 2008). Antes de chegar à região mais comunitária, a Vila, o itinerário das linhas de ônibus mostra a sequência do comércio, das residências de classe média, dos estabelecimentos voltados ao turismo até os altos e luxuosos prédios residenciais (Almeida, 2015).



*Figura 2:* Vista sobre a região dos conjuntos Alagamar e Vila de Ponta Negra, no bairro de Ponta Negra  
Fonte: elaborada pela autora

A população da Vila, pela sua confluência entre tradições culturais, diversidade comercial e turismo, é composta principalmente de trabalhadores, e mais recentemente, com considerável número de estrangeiros fazendo residência, um ar cosmopolita e globalizado que pode ser observado em determinadas regiões praianas (Silva, 2019b). Para alguns, esta composição é motivo de preocupação “pois essa mesma "mistura" seria tributária dos grandes problemas detectados no lugar: o tráfico de drogas, a exploração sexual e perda das tradições locais” (Almeida, 2015, p. 91). Sendo Natal um dos principais destinos de turismo sexual no mundo, e a Vila como território de destaque nesta dinâmica, inclusive com a reprodução de exploração sexual<sup>10</sup>, os modos de vida no conjunto são profundamente influenciados pelas relações com turistas e suscitam construções problemáticas de uma identidade hipersensualizada da representação brasileira.

---

<sup>10</sup> Novaes, T. (dez. 2016). Natal: noiva do sol, amante da prostituição. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-noiva-do-sol-amante-da-prostituicao/238278>>.

A urbanização, como processo desigual, está sempre a manipular as diversidades que, dentro do contexto capitalista de relações, são convertidas em desigualdades. A alteridade, difícil de sustentar neste meio, se choca com conflitos de identidade e de classes, a ponto de ser a competitividade um elemento preponderante na circulação na cidade. O “outro” deve estar a certa distância, pois deve ser, no mínimo, enfrentado, banido, diferenciado. Este movimento vai operar não só nas atitudes individuais dos sujeitos em interação, como também em inúmeras iniciativas de governo sobre a produção do espaço brasileiro (Véras, 2012). Experiências de despejo, gentrificação<sup>11</sup> e o esforço de apagamento das referências culturais e resistências no território produzidas principalmente por grupos minoritários refletiram nas *urbes* significados, formas de uso e relações sociais específicas (Dalcastagnè, 2014).

Neste sentido, a socióloga Irllys Barreira (2013) se debruçou sobre como as cidades eram expostas ao exterior, se fazendo polos de atração, especialmente pelo turismo. Pensando-as como narrativas e, por isso mesmo, como representações inacabadas e que não refletem uma totalidade, a autora aposta no intercâmbio de experiências pelas diferentes formas de mobilidade dos atores que circulam nelas para a difusão de discursos, imagens, rituais de uso dos espaços e seus contextos históricos. Trata-se de refletir como as diferentes versões de uma cidade estão em disputa. Como podem representar seus espaços e influenciar e serem influenciados pelas relações entre nativos, trabalhadores e visitantes. Um confronto pra emergir os entre-lugares a cidade real x cidade imaginada.

---

<sup>11</sup> O conceito foi criado por Ruth Glass na década de 1960 mas já aglomera uma variedade de pesquisas sobre desvalorização, revitalização, migração e ocupação de classes sociais nas cidades, referindo-se, no geral, a uma “substituição de uma população de menor renda, por classes de maior renda” (Reina & Comarú, 2015, p. 423). A participação do Estado neste processo pode ir da incompetência ao ativo fomento de expansão privada sobre propriedade e gestão dos espaços: projetos urbanos “inacabados” que forçam populações a partir, a compra de lotes no entorno de uma comunidade e a instalação de bens e serviços com alto custo para atração de um público consumidor com maior poder aquisitivo são alguns dos mecanismos observados em experiências de gentrificação em várias cidades do mundo e estão atreladas a como racismo e classismo se aliam nos interesses de movimentar a mão de obra necessária e fazer circular o capital (Nóbraga e Daflon, 2013).

Com o exposto, o tema da cidade evidencia também que os processos de ocupação dos lugares estão intimamente ligados às subjetivações, construções de identidades e modos fluídos de modificar ou conservar costumes nos espaços. A cidade, como lugar de encontro, vai confrontar interesses, carregar marcas históricas e se reproduzir em passos que caminham numa outra temporalidade, a cotidiana, que privilegia de certo modo também as dinâmicas em dimensões locais, onde cada um lança mão de suas táticas e estratégias para sobreviver nela. Portanto, além de projetos institucionais nitidamente alinhados a políticas separatistas que agem sobre as ruas, transportes, equipamentos e arquitetura em geral, negociam-se entre os sujeitos imagens, sentidos e afetos sobre que olhares se têm sobre o outro nos diversos espaços da cidade (Véras, 2012).

Valorizando as “margens” e seguindo pelas “minudências da vida social”, considerar o cotidiano é pensar a produção da existência social por aquilo que se reproduz, mas também pelo que se escapa (Lefebvre, 1991; Pais, Lacerda e Oliveira, 2017). Como via de análise, o cotidiano é oportuno na superação de tradicionais modelos e perspectivas sobre a cidade, uma vez que se abrem possibilidades para se aprofundar nos elementos e pontos de vista mais distintos dentre as grandes categorias e constatações históricas.

O sabor das coisas comuns impregna as lembranças do cotidiano, que é, ao mesmo tempo, revelador das mudanças sociais e instrumento dessas mudanças. Não é um processo automático. Aprendizados sociais lentamente se incorporam aos gestos que se repetem, códigos de conduta soam interiorizados, ao mesmo tempo que tantas coisas que parecem corriqueiras explodem como grandes paixões: o esporte, o Carnaval, as novelas, as crenças políticas ou religiosas. E esses rituais, verdadeira dramaturgia do dia a dia, vão organizando a nossa vida social (Priore, 2019, p. 10).

Na perspectiva de Michel de Certeau sobre o cotidiano, é possível pensar como se perpetuam e se enfrentam as relações de desigualdade entre os sujeitos na cidade, principalmente daqueles que são sempre “um outro” em comparação ao sujeito neutro, universal e hegemônico que cria e para quem se cria a cidade (Ferraço, Soares & Alves, 2017).

Em seu fluxo desordenado, Natal vem reproduzindo problemas como a periferização da pobreza (Santos, 2009); uma (i)mobilidade cara, insegura e inacessível; a permanência de edificações vulneráveis em territórios periféricos e a intolerância por toda a expressão que perfura os retratos comerciais desejados – sobretudo as contrariedades reveladas pelas “vidas precárias” em seus usos da cidade, através de favelas, ambulantes, população em situação de rua (Alverga, 2011; Butler, 2018). Como podem se dar as experiências urbanas de quem não é turista ou morador da zona sul em tal cidade? Bem seccionada pelas classes, aqui as zonas administrativas parecem desempenhar, cada uma, funções definidas acerca de quem mora onde, quem trabalha com o quê e de quem pode desfrutar o quê.

Aqui, a perspectiva de considerar a interação de várias desigualdades (de raça, de classe e de gênero) é imprescindível para pensar no cotidiano desses “outros” e que planos simbólicos se reproduzem em Natal acerca dessas problemáticas da urbanização brasileira. É com centralidade no território que a população negra, por exemplo, experimenta esse acúmulo de prejuízos econômicos e afetivos: seus ancestrais foram arrancados de seu lugar, escravizados e fugidos, ao mesmo tempo em que também culturalmente foram afetados pela recusa do posicionamento sujeitado na nova terra para a qual são trazidos; para, posteriormente, seguirem sofrendo de criminalização e expropriações, sem reparação concreta efetiva que os retire dos piores índices de condições de vida nos espaços urbanos e rurais. Para Gonçalves Filho (1998), esses são importantes elementos para a compreensão de como as cidades afetam os trabalhadores que convivem com situações de exclusão, subordinação e exploração.

É no cotidiano e com o outro que os efeitos da estigmatização, das dificuldades econômicas, das ameaças se sedimentam e se metamorfoseiam nas experiências desses sujeitos, a partir de como suas identidades se posicionam, produtos e produtores da vida social (Spink, 2008). Considerando os encontros num cotidiano da cidade desigual e despersonalizada, em

que a solidariedade não compõem o espaço público e a urgência por dinheiro persegue as minorias para a barganha de direitos básicos, de bens e de circulação, cabe lembrar que os afetos, embora potência que constitui o humano, podem se cristalizar ou perdurar os efeitos tristes, ou afetações desses encontros que tentam circunscrever o sujeito à servidão (Gonçalves Filho, 1998; Sawaia & Magiolino, 2016).

Ao cunhar o conceito de sofrimento ético-político, Bader Sawaia elenca as sensações de humilhação, vergonha e falta de reconhecimento como exemplos de afetações de alguma exclusão/inclusão perversa a ser transformada (Sawaia, Albuquerque & Busarello, 2018):

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (Sawaia, 1999, p. 97).

Considerando a construção de uma subcidadania no Brasil, em que a produção do espaço tornou violenta a esfera pública para as mulheres e reservou o desemprego e as ocupações irregulares aos descendentes mais próximos dos povos escravizados (Souza, 2018), não é de se espantar que, até hoje, vivenciem um acúmulo de desigualdades na sua experiência urbana, tornando-os mais vulneráveis ao desprestígio social e às violências do Estado dentro da grande categoria que é a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a necessidade de refletir a dor coletiva a partir da reflexão política implica diretamente nos modos como se acolhem os sintomas cada vez mais individualizados e medicalizados, embora “epidêmicos” totalmente isentos de qualquer reflexão ética e de abertura ao cuidado e à transformação (Paiva, Oliveira & Valença, 2018).

A perspectiva de estudo sobre o sofrimento como produção demarcadamente social implica experiências coletivas, uma vez que admitem-se como operantes marcas para uma

condição subalterna a certos grupos, afetados por causas externas que impactam na sua potência de agir (Lordon, 2015). Os “desvalorizados” podem experimentar um sofrimento relativo aos sentidos compartilhados sobre si nas relações a partir dos preconceitos de classe, o racismo, o sexismo, o capacitismo, a discriminação quanto a sexualidade, credo religioso, lugar de moradia (Brito, 2005).

No cuidado de não reproduzir uma “competição” entre opressões acerca do que sofrem os grupos minoritários, é fundamental destacar que, no Brasil, as mulheres negras expressam hoje, com mais destaque nos estudos, a articulação dos questionamentos subalternos sobre um *lugar* no emprego, no bairro, nos relacionamentos. Nas cidades, são as que mais sofrem enquanto residentes dos trechos desassistidos ou com maior problemas de infraestruturas; as mais vulneráveis às formas de violências de gênero, como assédio; são as que mais trabalham (e recebem os menores salários), além de serem, também, a maioria entre chefes de famílias monoparentais pobres (IPEA, 2018; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019; Marcondes, 2019).

No esforço de pensar os elementos que podem compor um cenário de subalternização das mulheres – e as pistas que podem dar sobre um sofrimento ético-político vivenciado nesses contextos de cotidianos urbanos – o capítulo seguinte reunirá algumas problematizações a partir das contribuições da Interseccionalidade e da subalternidade.

## 2. Interseccionalidade e subalternização de trabalhadoras brasileiras

Quando se reflete sobre a questão urbana e mulheres, compreende-se como o direito à cidade é diretamente ligado a uma série de marcadores socioeconômicos. Caminhar até um ponto de ônibus; deixar e buscar parentes na escola; escolher um assento no transporte coletivo; manifestar uma opinião contrária numa reunião; ir a uma consulta na psicóloga; definir a roupa mais adequada para ir ao trabalho; frequentar um bar ou casa de show em outro bairro: essas tarefas, rotineiras e necessárias, não são planejadas nem cumpridas igualmente por todos os sujeitos no modelo econômico em que vivemos atualmente.

O urbano, vivido através dessas distinções, convoca uma multiplicidade de direitos sobre os quais a intersectorialidade do Estado (saúde, iluminação pública, educação, segurança, etc.) “deveria”<sup>12</sup> garantir, corroborando para a noção de que o debate sobre cidades é também ideológico (e não puramente solucionável com o aprimoramento de tecnologias), pois ao projetá-la, ordenam-se no espaço as limitações e privilégios dos sistemas operantes na sociedade (Santos, 2007). Na realidade brasileira, o direito de ir e vir das mulheres é minado por diversos mecanismos resultantes da segregação, da violência e da insustentabilidade ambiental do desenvolvimento urbano em curso, sendo principalmente as negras e pobres que vão trilhar por resistências a ocupação nos espaços, criando laços solidários e muitas vezes pela marginalidade a sustentação de sua existência (Íñiguez-Rueda e Oliveira, 2017; Pinheiro, 2017).

---

<sup>12</sup> A fragmentação e a precarização de muitos órgãos públicos expressam as contradições do Estado, em que a garantia de direitos não é plena. Ao passo que são conquistas de lutas históricas, algumas decisões da esfera pública também são frutos de negociações pertinentes às elites, que se colocam antagônicas aos interesses do povo. O fato de os cidadãos possuírem formalmente um direito a ser provido pelo Estado não anula seu funcionamento violento, nem seu papel no andamento de pautas neoliberais (Mascaro, 2017) e é também com essa dinâmica de disputas em mente que devemos criticar as inoperâncias no campo dos serviços básicos à dignidade humana.

A articulação dos eixos gênero, raça e classe é, então, central no entendimento sobre os modos de vida que são viabilizados e considerados aceitáveis ou não em cada contexto. A proeminência de uma “visão” hegemônica (de representatividade masculina e portadora também dos desejos de exploração e racialização do outro) sobre a formatação dos lugares e a imbricada manutenção de ideais constitutivos do binarismo “homem-público” e “mulher-privado” devem ser lembrados como fundantes no norteamo de violações aos corpos e projetos das mulheres nos diversos espaços. Parte de um projeto de dominação europeu, o uso de contradições impostas às relações e produções dos espaços foi fortemente problematizado pelos estudos decoloniais, que oferecem uma crítica epistemológica às investigações sociais.

Embora não sejam inéditos os esforços para articular o impacto que o racismo e as desigualdades de gênero e classe têm, juntos, na realidade dos sujeitos, pode-se dizer que é recente o empenho dessas categorias como eixos de destaque nos estudos em Psicologia. Uma maior aproximação e aprendizado com os movimentos sociais contribuiu para o processo de abertura às diferenças dentro do que se pode teorizar acerca de um “sujeito” humano, principalmente no sentido de questionar a imparcialidade dos saberes a partir de referenciais geopolítico, histórico e cultural de quem os escreve e porquê escrevem há tanto tempo (Mayorga, 2014). A reivindicação dos diferentes grupos, organizados a partir de suas identidades, vem para nomear problemáticas, contribuir para (re)contar a história e apontar necessidades e relações específicas da injustiça social:

(...) movimentos de natureza popular, de inspiração ecológica, de princípios religiosos, movimentos de luta por reconhecimento das identidades de gênero, étnicas, por educação, moradia e pelos direitos humanos surgem e se articulam para combater a tentativa desterritorializante e massificadora do projeto neoliberal sobre as mais variadas partes do planeta (Leite & Dimenstein, 2010, p. 272).

Portanto, parece fundamental o uso de narrativas para disputar a circulação no mundo. Por um lado, porque trata-se de um movimento de superação dos silenciamentos que alguns

grupos sofrem historicamente, não podem recontar sua história nem estão presentes (ou pelo menos não de modo justo) na “oficial”, como expressão mesma dos modos de dominação que se colocam como colonialidades (Quijano, 2005). Por outro lado, porque evidenciam especificidades dentro de grupos que, apesar de minoritários, também contam com diferenças internas, as quais, na produção de conhecimento, não devem ser homogeneizadas (Nogueira, 2017).

Trata-se das novas artimanhas de manutenção do imperialismo pelo sistema capitalista, que vão trabalhar fortemente a partir do manejo de identidades e outras formas pulverizadas de exercício do poder, envolvendo muitos atores e atrizes na reconfiguração dos eixos de poder-dominância-opressão (Mayorga, 2014). Daí, a necessidade de pensar que há desigualdade além das categorias binárias, sendo importantes os conceitos de subalternidade e interseccionalidade – que serão discutidos neste capítulo – para a desconstrução de produções que ignoram a diversidade em suas representações.

Nesta dissertação, o trabalho a partir das experiências de balconistas, que são mulheres de classe, cor e território “marginais” – considerando a hierarquização imposta por um conjunto hegemônico na construção de estereótipos, estigmas e sujeitos de direito – demanda cuidado no olhar e na escrita. A posição da autora; os modos de abordar os sujeitos durante a investigação; a bibliografia que abarca a teorização acerca de quem seriam essas mulheres. Esses são pontos cruciais na construção de conhecimento se considerarmos o saber como modo de exercício de poder. Ao se debruçar sobre as narrativas de sujeitos localizados na “periferia” do mundo, os estudos decoloniais constituem campo importante para auxiliar a vista pelas fissuras das cidades e as particularidades entre as experiências das mulheres.

Historicamente, a (i)legitimidade social atribuída à presença das mulheres brasileiras nos espaços, dentro e fora do lar, foi variando de acordo com as necessidades e mudanças ocorridas principalmente na esfera do trabalho (Matos & Borelli, 2012). A identificação de

“mulher” atrelava-se ainda ao seu resguardo no seio familiar, virtude que era comprometida para as que ousavam ocupar e trabalhar fora deste âmbito. Neste sentido, indignas e/ou imorais, a cultura de culpabilização da vítima após violências de gênero que lhes acometiam eram “justificadas” – e ainda são – sob o pretexto da transgressão do lugar (Lemos, Harkot e Santoro, 2017; Valente, 2018).

Tanto persistem essas visões conservadoras que, apesar do importante avanço e visibilidade que as mulheres têm conquistado a frente de movimentos sociais, ainda é incipiente a procura de opiniões de mulheres para elaboração de políticas urbanas (Gonzaga, 2011). A figura feminina no “eixo Sul” do mundo representará, para a teórica indiana Gayatri Spivak (2010), a preeminência das sombras que se podem colocar sobre o sujeito subalterno. Em seu artigo *Pode o subalterno falar?*, publicado originalmente em 1985, a feminista pós-colonial abordará a impossibilidade de que as necessidades e saberes de um grupo subalterno possam ser imparcialmente traduzidas por teóricos – apontando a frequente não coincidência entre aqueles que agem e aquele que “falam por”.

A impossibilidade de falar, dentro dessa linguagem moldada em sistema de dominação, é também uma dificuldade de ser ouvido. Assim, essa leitura da subalternidade vai inspirar a criticidade à hegemonia, valorizando que pontos de partida também sejam ocupados pelas visões dos subalternos, sendo todo o trabalho com essas narrativas uma tentativa de coautoria, em que se escuta o outro e se pensa e se falar teoricamente a partir dele e com ele (Bernardino-Costa, 2015). Portanto, é importante pensar as dificuldades impostas pela subordinação do feminino, nesta pesquisa, considerando também a realidade brasileira, como herdeira de uma colonização.

No Brasil, a receptividade da mão de obra feminina em determinados nichos como modo de ocupar os espaços para além do privado, se modulava quando necessárias reestruturações produtivas, em que a “flexibilidade” da participação das mulheres em múltiplas tarefas, por

pouca remuneração, era a saída necessária à sobrevivência do capitalismo. Ainda hoje, esse processo repagina a composição de uma forma de precariado, conforme avalia Guy Standing (2013). Mesmo que fora de casa, ainda assim as mulheres eram majoritariamente funcionárias em serviços domésticos, burocráticos, tarefas no setor terciário, para os quais ainda considerava-se influente a conservação de uma feminilidade, muitas vezes associada à aparência, à gentileza e submissão. Predominantemente de vínculo informal, a jornada era extensiva e as condições eram insalubres, contrastando qualquer propaganda de uma suposta “fragilidade mulheril” a ser protegida pela sociedade.

Certamente, a gradativa consolidação da presença de mulheres na empregabilidade fora do doméstico não veio somente de concessões da reprodução do capital. As militantes pelas causas das mulheres, em processo de reivindicação à ampliação do que poderiam realizar diante das normatizações de gênero de cada sociedade, fizeram uso de uma “gramática de poder” para, cada vez mais, se fazerem sujeitos de direitos e ressignificar as construções de si enquanto mulheres (Silva & Rodriguez, 2019).

Mas nunca é demais ressaltar que, primeiro: as mulheres sempre trabalharam (Perrot, 2005); e, segundo: que a possibilidade, ou não, de estar em alguns espaços – ou de ser reconhecida como sujeito, e não objeto, de certos ambientes – não foi e ainda não é uma experiência homogênea a todas as mulheres. Assim, é necessário um movimento como ampliação da luta dentro do movimento feminista, trazido pelo protagonismo de mulheres “periféricas” (negras, LGBTQs, indígenas), compreendendo que as desigualdades, inter cruzadas, produzem modos e possibilidades diferentes para que cada sujeito – com seu gênero, racialização e classe – se insiram nos debates políticos, fazendo, assim, ser percebida a continuidade de injustiças e a necessidade de avançar mais.

O movimento feminista negro – com uma forte articulação de teóricas negras norte-americanas – destaca-se pelo incremento das demandas das mulheres na medida em que

redefiniu, com as cargas históricas que seus corpos carregavam, outras dimensões da opressão, também sinalizando às ativistas brancas a necessidade de rever pautas, oportunidades e possibilidade de fala dentro da militância e o reconhecimento de realidades históricas, mas nunca lembradas (Weschenfelder & Fabris, 2019). Agora, não se trazia só o gênero como sistema único, pois elas, as mulheres não-brancas, não eram referenciadas simplesmente como o “outro” do homem, mas um “outro do outro”, pela invisibilidade que sofriam quanto a exploração de mão de obra e violências sexuais em comparação a outras mulheres (Ribeiro, 2017).

O forte discurso “*Não sou eu uma mulher?*”, de Sojourner Truth<sup>13</sup>, explicita como os ideias de delicadeza, a etiqueta do corpo e a impossibilidade de trabalhar “fora de casa”, por exemplo, nunca foram questão de escolha para as mulheres descendentes de outras mulheres raptadas, escravizadas, abusadas e abandonadas, mas que, ainda assim, eram mulheres. Sobre essas, não se exerciam só a desqualificação do “segundo sexo”, como também a objetificação do racismo e da classe social.

No caso das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras brasileiras, considerando as transformações a partir do século XX, observa-se um agravamento no nível de violências e rebaixamento simbólico que sofriam, refletindo o “não-lugar” das mulheres, principalmente negras e pobres, na organização de relações sociais, que delimitavam mais especificamente os espaços da cidade em que deveriam trabalhar (Marques, 2017). Margareth Rago resgata a perspectiva das elites acerca das atividades mais braçais, como doceiras, lavadeiras, costureiras, “antes realizado em sua maior parte por escravos, era associado à incapacidade pessoal para

---

<sup>13</sup> Sojourner Truth foi uma mulher negra conhecida pela sua honrosa participação na Convenção de Mulheres em Ohio, Estados Unidos da América (1851). Em resposta aos ataques de propagadores da supremacia branca, além do antagonismo masculino que se fez explícito à realização do evento, Sojourner foi a única participante a se levantar contra as ofensas e falácias acerca da fraqueza feminina, embora também tenha demarcado que, enquanto mulher negra, observava a exclusão de suas experiências de exploração do entendimento sobre “ser mulher” (Davis, 2018).

desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral” (2001, p. 589). Aquelas que estavam nas fábricas já enfrentavam forte reprodução de violência moral e sexual, além de serem punidas por se opor às “humilhações” e “investidas sexuais” de seus superiores.

O trabalho doméstico, como elo entre os modos hodiernos de organização da sociedade brasileira e sociedade colonial, sintetiza na vivência da mulher negra e empregada doméstica no Brasil a desvalorização e subordinação cultivados desde então: a precariedade do estoque de mão de obra não qualificada, a disposição ilimitada dos corpos negros para garantir o conforto das famílias e o alívio sexual dos senhores/patrões (Gonçalves Filho, 1998; Carneiro, 2015). A *mulata sensual* ou a Tia Anastácia (Figura 3) são narrativas que negociam as relações de muitas mulheres até hoje no espaço brasileiro.



Figura 3: Registro de estatua em estabelecimento de alimentação na orla de Ponta Negra  
Fonte: elaborada pela autora

No episódio “A cidade africana” da série “A cidade no Brasil” (Ferraz, 2019), são enfatizadas as raízes do urbano brasileiro na escravidão de africanos. Nele, a arquiteta Ermínia

Maricato relembra que eram os negros os responsáveis por operar o esgotamento de dejetos, o abastecimento de água e de combustíveis e que, até hoje, é a força de trabalho de nossas cidades, que se torna impossível pensar o urbano brasileiro hoje sem pensar a herança da escravidão.

Enquanto trabalha na cidade do Rio de Janeiro, a personagem Muane<sup>14</sup> narra a modernização da cidade, à medida que anda pelas ruas. Refletindo seu lugar de mulher e escrava, observa ao mesmo tempo as transformações nas dinâmicas sociais, como a alteração da estrutura familiar, dos costumes nos espaços público e privado e o recrudescimento do racismo, que aos poucos vai constituindo nas ruas processos de apagamento da população negra em função dos projetos urbanos europeus trazidos por aqueles sábios que desconheciam os caminhos e sentidos que ela estabelecera naquela região:

Os negros lentamente foram emudecendo; já que não vendiam tanto seus acassás, acarajés, doces e frutas; as músicas de suas vendas foram trocadas pelo barulho das moedas (...) trocar, vender, comprar eram as palavras que Muane ouvia, fazendo-a sentir que pouco a pouco sua tina iria sumir (Baptista, 1999, p. 58).

As trabalhadoras negras sofriam discriminação de homens e de mulheres com outras identidades de classe e de raça. Não eram cidadãs e estavam muito mais no âmbito público, sendo a maioria das vendedoras de doces, empregadas domésticas e prostitutas (Rago, 2001; Cerqueira, 2017). O nível de violência que sofriam nestes cotidianos não se alterava radical pela “abertura do mercado” à mulher, uma vez que herdavam, nas únicas possibilidades de se sustentar precariamente “a herança colonial escravista, a mistificação da sexualidade das negras e mulatas no imaginário social, o mito da democracia racial brasileira, mascarando as violentas e dissimuladas formas de discriminação contra elas” (Rago, 2004, p. 40).

---

<sup>14</sup> Protagonista, cujos olhos guiam o conto “A cidade dos sábios”, em livro homônimo de Luís Antônio Baptista (1999).

Para Davis (2016), a situação sempre se apresentou diferente, uma vez que mulheres negras proporcionalmente sempre trabalharam mais fora de casa e em situações degradantes.

Enquanto escravas, sofriam de forma diferente dos homens as punições dos senhores:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 19).

Neste ponto, vale a pena ressaltar a importância de como a construção ideológica de um “outro” também é um modo de explicar o racismo, que vai ter seu sentido redefinido a partir das condições históricas e territoriais em que for utilizado mas, basicamente, representará uma tentativa de diferenciação entre sujeitos, com a invenção de justificativas religiosas, fenotípicas, culturais, que busquem classificar e inferiorizar um outro grupo, já que em termos biológicos, a raça não é uma distinção, mas sim o que agrupa os humanos (Almeida, 2018).

Pensando os efeitos éticos no entendimento comum sobre o que é ser “humano”, o filósofo e advogado Silvio Luiz de Almeida destaca a relevância do conceito de raça na modernidade, em que a disseminação de um conceito universal e sofisticado de sujeito carregava a imposição de um projeto nada neutro e bastante identitário – uma vez que, implicitamente, estavam em jogo a normatividade de um gênero, uma classe social e uma raça enquanto “puros” ou “pontos de partida” do pensamento e do progresso.

Na realidade brasileira, o período eugenista e a despolitização do cotidiano racista – que tiveram importantes fundamentos nas produções científicas da época – constituíram um difícil cenário de mobilização antirracista (Oliveira, 2000) para o país, a partir de discursos dissimulados acerca da inexistência das desigualdades e do embaçamento no processo de autoidentificação enquanto parte de um grupo minoritário, já que, aqui, um conjunto de nomes foram empurrados aos “mestiços” para aproximá-los de uma branquitude, quando fosse

conveniente somente para naturalizar a ilusão de que os não-brancos do Brasil não adoecem, nem morrem, nem são depreciados por racismo.

O “malandro”, o “incapaz”, o “preguiçoso” foram narrativas sustentadas durante período de “embranquecimento” da mão de obra para “justificar” o emprego de italianos em postos e condições de trabalhos precários, afastando e retardando a inserção dos negros no mercado de trabalho pós-abolição (Silva e Carvalho, 2010; Maringoni, 2011). O “mestiço”, por outro lado, foi outra narrativa criada em prol do apaziguamento de conflitos raciais e sociais, em que a miscigenação brasileira seria atestado de democracia racial – e não de violência sexual e reprodução de hierarquias sociais fortes.

Nestas reflexões, o corpo negro, pobre e feminino entra para a construção de nação, em que a mulher negra compõe tanto a família tradicional – mesmo sem, de fato, fazer parte dela –, como também o objeto de desejo erótico nas interações heterossexuais (Bernardino-Costa, 2015). A interseccionalidade, categoria proposta pela norte americana Kimberly Crenshaw, parece lente inevitável para pensar as condições de subalternidade no Brasil. Como um “encontro de avenidas” em que o corpo da mulher negra é atravessado de sistemas de discriminação e violências, a perspectiva interseccional é

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

No Rio Grande do Norte, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (2014) apontava as mulheres como maioria entre respondentes que não possuíam fonte de renda, maioria entre parcela não economicamente ativa e maioria também entre trabalhadores cuja remuneração era de ½ salário mínimo. As mulheres potiguares possuem mais vínculos

estatutários que os homens e são maioria atuante nos setores de saúde e serviços sociais e educação, e minoria com nos setores de produção e extrativismo. Nos serviços domésticos, de comércio e terciários, apresentam-se em percentual equilibrado ou ligeiramente menor comparadas aos homens.

Esses dados não somente apontam a precária empregabilidade, mas também ajudam a pensar as múltiplas jornadas de atividades combinadas, reforçadas pelos papéis de gênero que, limitando o acesso a estudos e cargos mais valorizados de trabalho, leva muitas a recorrerem o “empreendedorismo”, não necessariamente como escolha de carreira consistente, mas muito mais pela possibilidade ajustável a já conhecida “conciliação” e “flexibilidade” de múltiplas jornadas da mulher. Além disso, buscam estabilidade em cargo público, para que possam suprir necessidade e demandas da vida, como igualdade salarial e licença maternidade sem perseguição ou demissão (Macedo et. al, 2018).

Nas contribuições de Helena Hirata (Hirata & Keargot, 2007; Hirata, 2010) se compreendem processos de divisão de tarefas, no qual é reservado às mulheres, majoritariamente àquelas de cor e de classes sociais marginalizadas, parcela massiva de cargos vulneráveis, de menor valor social e tradicionalmente “feminilizados” – como diaristas, setor de saúde, educação, prestação de serviços e no comércio – em comparação à empregabilidade de homens, acentuando-se na crise econômica também o desemprego e a precarização.

No setor do comércio, mais especificamente, observa-se uma notável empregabilidade de mulheres, que Souto (2015) associa ao fato de constituir um segmento de baixa remuneração. Diniz (2014) reforça a ideia sobre os papéis sociais do gênero feminino como determinantes nesse fenômeno, principalmente pela associação aos estereótipos culturalmente atribuídos como “sensibilidade, resignação e cuidado no trato com os/as clientes” (p. 124), explorados pelo mercado através de modos de produção da aparência feminina, reforçando a objetificação das mulheres.

Quanto mais vulneráveis esses contextos socioeconômicos, mais silenciadas parecem as realidades dessas mulheres, que vivem processos de subalternização pelas opressões patriarcal e colonial e, ainda, pela cultura de privilégios que se instituiu a depender de relações étnico-raciais, de classe, de orientação sexual (Rosa, Medeiros e Valadão Júnior (2012), Nesse contexto, a (re)produção das diversas violências, inclusive as de caráter simbólico – marcadas, por exemplo, pela humilhação, a vergonha –, são também realidades vinculadas aos trabalhos desvalorizados (Caniato, 2008; Miura & Sawaia, 2013), mas que se espelham na relação com a família e dispositivos do Estado (Padilha, 2014).

Mas, tal como elucidam Oliveira & Pereira (2015), o apontamento de condições subalternas e de obstáculos interseccionalizados não pretende reforçar polaridades cristalizadas entre dominador/dominado, embora seja nestes binômios que se possa parecer mais fácil observar o exercício de poder. Ao considerar as resistências como constitutivas do poder, o olhar sobre as relações, especialmente as que se dão em dimensão local, ampliam-se para além das formas jurídicas e dos agentes mais tradicionais que “comandam”. A noção de poder como “ação sobre ações” vislumbra a possibilidade que os “comandados” também têm de agir; na realidade, não somente a possibilidade, como também a função de fazê-lo circular, de produzir governabilidade e/ou efeitos de verdade (Foucault, 1979; Ferreirinha & Raitz, 2010).

A resistência, assim, não é imagem invertida do poder exercido. Ela está relacionada a inventividade, sem modelos prévios, que pode ser operada nos mesmos capilares em que se exerce o poder, pois já encontrou várias formas de manifestação. A criação de outros estilos de vida, a conquista de um espaço público para a reinvenção de outras sociabilidades e a recusa do individualismo posto pelas técnicas mais modernas são modos de enfrentamento, na perspectiva foucaultiana (Castelo-Branco, 2001; Canavêz, 2015; ), que se enxerga em diversas experiências da luta das mulheres, desde as organizadas em movimentos e grupos de economia

solidária, que reivindicam outras identidades e modos de produção, até aquelas que constroem fugas silenciosas no campo mais privado.

Sendo assim, ao problematizar as questões de alteridade implicadas nas relações de trabalho e de circulação urbana, neste estudo o entendimento sobre processo de subalternização parece mais interessante se visto como esforços de estereotipização que sujeitos de classes, cores e territórios distintos das trabalhadoras tentam impor às suas definições e modos de vida, sem que essas mulheres, em suas concepções de vida, atitudes, usos do corpo e dos espaços e capacidade de enfrentar adversidades resumam-se a essas limitações colonizadoras (Ribeiro & Prazeres, 2015).

### 3. Desenho metodológico

Esta pesquisa está orientada conforme as considerações de Minayo (1994) acerca do âmbito das ciências humanas e sociais, por tratar da análise do sofrimento ético-político situado num determinado espaço e atravessado por relações de poder específicas, o que implica uma construção histórica e social de relações em torno da principal questão de investigação. Nesse sentido, o estudo afina-se com os paradigmas de pesquisa que se voltam à importância que processos culturais, históricos e políticos exercem na forma como os sujeitos enxergam o mundo (Hays & Singhs, 2012), uma vez que a escolha de conhecer o cotidiano de mulheres trabalhadoras, nordestinas e periféricas delimita posições sociais de grupos específicos nas relações estabelecidas com a cidade e, portanto, formas de vivê-la e contá-la que podem compreender e/ou priorizar dimensões e elementos diferentes dos apontados por outros grupos.

Até chegar à formulação da investigação sobre sofrimento ético-político, se fez necessário esmiuçar melhor meu ponto de partida em relação ao objeto (Lourau, 2004). O projeto original da pesquisa enfocava o assédio como objeto de discussão, efeito do que extraí das minhas observações a partir do lugar de atendente. Mas a fragilidade na formulação de uma questão de pesquisa e as dúvidas acerca de como escolher as melhores ferramentas não se sanavam simplesmente com pesquisas bibliográficas – que costumam ser tarefa recorrente do início do mestrado. Por um lado, a categoria “assédio” era empregada com certo direcionamento nos estudos acadêmicos sobre trabalho – limitando-se muito mais às violências entre patrão, colegas e funcionárias, que se dariam em prol de uma produtividade –, o que não satisfazia a dimensão cotidiana e diversidade de sujeitos que eu buscava problematizar. Por outro, começavam a surgir inseguranças quanto aos critérios de escolha de participantes e,

principalmente, sobre de que modos abordaria essas mulheres para chegar ao assunto do assédio.

Num momento de grande “obstrução” criativa, fui aconselhada pela orientadora a iniciar aproximações com o campo, como etapa estratégica de observação dos espaços e com efeito de recuar um pouco quanto à ansiedade de escrever imediatamente aquilo que me acoitava seguindo um modelo tradicional em que uma formulação teórica necessariamente robusta deve anteceder a construção do objeto para, somente depois, partir para etapas empíricas. O apego a este caminho linear e rígido de produção de conhecimento por vezes pode gerar, como foi no meu caso, dificuldades para assumir outras dimensões do fenômeno, principalmente quando a literatura existente não apresenta arcabouço que comente sobre experiências de alguns grupos ou ainda seja recente a produção dos temas naquela área de saber:

(...) práticas e os discursos instituídos e as relações despotencializadoras que impedem a produção. É entre a estabilização e a caotização que o pensamento se exerce, que as realidades são produzidas, que a transversalidade se engendra burlando os modelos, sempre hierárquicos e classificatórios, que pressupõem obediência e reprodução. (Romagnoli, p. 51, 2014).

Portanto, o enfoque qualitativo e o interesse de produzir, na interação com as participantes da pesquisa, análises sobre os fenômenos de modo a conhecer as particularidades de suas experiências caracterizam as trilhas metodológicas do projeto, onde se assume operante a noção de um *devoir* que perpassa o olhar e o conhecimento do pesquisador sobre o objeto, que tem suas configurações determinadas historicamente, mas que também é dinâmico, singular e se apresenta provisoriamente na investigação. Esta flexibilidade confere outra construção do que é cientificidade e do que é ser objetivo na produção científica. Daí a importância em definir o contexto, as motivações e as afetações que esta relação de inquietação e de busca de respostas no projeto científico atuam na postura e escolhas do intelectual (Creswell, 2010).

Nas pesquisas de objetos sociais, quem pesquisa compartilha da mesma “natureza” daquilo que é pesquisado (Minayo, 1994). É um entendimento outro acerca da relação entre pesquisadora e objeto que, no intuito de superar a pretensa assepsia e burocracia da ciência positivista neutra, assume a análise de outros atravessamentos (Lourau, 2004). O autor observa que “é quase impossível analisar o devir sem tentar descrever em que ele nos analisa” (p.188, 2004). Portanto, neste capítulo, apresentarei primeiramente o trabalho de observação de campo e construção de diários para depois tratar dos critérios de escolha de participantes, os instrumentos de pesquisa, a etapa de produção de dados e as considerações éticas da pesquisa, pois a análise de implicações precedeu e costurou todo o desenho metodológico.

### **3.1 Observações de campo, diários e análise de implicação**

No primeiro ano do cronograma da pesquisa, após um período inicial de revisões bibliográficas, realizei incursões a campo em modelo de visitas a estabelecimentos comerciais, cujo principal objetivo era o de observar e registrar as atividades de que estavam encarregadas trabalhadoras e trabalhadores comerciários na função de atendimento ao cliente. Este primeiro exercício, o de observação participante, foi imprescindível para domar expectativas que desejam predizer o campo em momento tão inicial do estudo. Um olhar “pra dentro, pra fora, pro visto e não visto” (Zanella, 2012, p. 171) e a descrição de informações, impressões e sentidos que fossem possíveis de captar acerca de uma situação:

(...) os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade (Chizzotti, 2006, p.90).

Observar, como processo de conhecimento, é ser atravessado pelos espaços, afetos, vinculações, mas implica também estar ciente que se é participante daquele cenário (Aguiar & Lima, 2012). Nesta análise de si, admite-se que no processo de observação já operam

influências das lentes teóricas, que orientam um método e, portanto, não se capta do mundo dados à toa. Observar não impede o processo de especulação:

A aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do “perito-pesquisador (Paulon, p.23, 2005).

Minha circulação durante o período de observações se deu na condição de consumidora, me deslocando a pé ou por transporte coletivo e os três turnos foram contemplados pelas visitas. Inicialmente, não havia critérios mais específicos quanto a escolha das organizações neste reconhecimento inicial, nem mesmo quanto à geografia da cidade, pois aproveitei para observar também as dinâmicas no centro da cidade (Zona Leste de Natal) e Zona Norte. Durante essa aproximação preliminar, a afinidade com a Análise Institucional foi cara para avaliar o processo de observação e registros de campo, o que não se faz individualmente e teve lugar privilegiado durante as orientações.

As estratégias da perspectiva etnográfica para entrada no campo montaram o arcabouço desta etapa, como trabalho concomitante de construção de diários de campo (Magnani, 1997) para a elaboração dos registros de todas as descrições, afetações, memórias evocadas, bem como expectativas e inferências sobre o que desvelar. Os diários foram escritos em formato de relatos pessoais, buscando fazer surgir o que se “recalca” de um texto científico em sua “redação oficial”: “O registro do trabalho de investigação ganha, dessa forma, função de dispositivo, não propriamente para concluir o trabalho ou apresentar seus resultados finais, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa” (Barros & Passos, 2015, p. 174).

Na caracterização dos espaços, busquei cobrir uma variedade de pessoas e acontecimentos do mesmo contexto, conforme orienta Becker (1993) no enfrentamento de dois principais problemas dos desvios de observação. Um deles é chamado “problema do *bias*”,

enquanto um movimento do pesquisador, quase sempre inadvertido, na tarefa de observação em que acaba por evitar notar o que está “fora” de suas hipóteses explícitas ou implícitas, podendo produzir diversos efeitos para a pesquisa e potencialmente minimizados a partir da elaboração detalhada de relatos sobre todos os eventos observados. O segundo, é a possibilidade de se precisar rever o foco para um problema maior ou um problema “não interessante” à primeira vista no campo, uma guinada possível quando os relatos também são compartilhados entre pares. Portanto, segundo Oliveira (2014), o uso dos diários de campo conta com potencialidade para pesquisas narrativas quantos aos seus aspectos descritivos (nas tentativas e registros que caracterizam pessoas, espaços, diálogos, acontecimentos, rotinas, por exemplo), como também reflexivos (que se debruçam a destacar temas que sobressaltam, pistas metodológicas, questões éticas, inferências do pesquisador, etc.)

René Lourau coloca a importância dos relatos de campo, de sua escrita enquanto *devoir* e a infrutífera separação entre o “pessoal” e a “observação”, pois é enxergando neste entremeio que se pode analisar, principalmente, limitações e lacunas do que se observa e no modo em que se observa. O autor, ao falar dos diários de Malinowski, destaca se tratar de “uma instrumentalidade bem diferente da que se espera da caderneta de campo: uma observação de si mesmo, possibilitada pela observação de um mundo estrangeiro” (Lourau, 2004, p. 282).

As questões de pesquisa foram refinadas a partir da análise de nove (09) registros selecionados de visitas a estabelecimentos comerciais, de observações preliminares do cotidiano de trabalho de quem atende ao cliente (garçons/garçonetes, balconistas, operadores de caixas, vendedores) em *delicatesses*, supermercado e loja, farmácia, panificadoras e restaurantes, entre 13 de julho e 2 de agosto de 2018.

Oito (08) dessas visitas foram ambientadas em dois bairros da Zona Sul de Natal-RN, Ponta Negra e Capim Macio, escolhidos por integrar um espaço de circulação da classe média

(tanto habitante quanto turista) em Natal e serem o destino de deslocamento de muitos trabalhadores periféricos para atuação nos setores do comércio e serviços. Durante o segundo ano da pesquisa, algumas fotografias foram tiradas de pontos dos dois bairros estudados, afim de endossar no corpo do trabalho mais elementos à discussão de ambos, principalmente pensando que a praia, a verticalização e o apelo ao consumo na paisagem pode se beneficiar deste recurso de modo acessório nas descrições que se seguem.

A situação observada num estabelecimento na Zona Norte ocorreu no conjunto Soledade, do bairro Potengi – cuja ocupação, iniciada na década de 1970, deu origem ao conjunto mais antigo da região (SEMURB, 2012). Estava na ocasião visitando amigos, com quem fui lanchar numa panificadora e, mesmo que casualmente, aproveitei para notar as interações no espaço. Apesar de única, esta visita foi profundamente relevante na elaboração de critérios de escolhas teóricas, por evidenciar importantes contrastes entre a configuração dos espaços entre Zona Sul e Zona Norte e, assim, dar destaque à discussão de cidades.

Apesar de conhecer a Zona Norte, essa era minha primeira passagem pelo conjunto Soledade. As discrepâncias observadas no estabelecimento – se comparados aos demais e, ainda, às minhas memórias enquanto trabalhadora – geraram os estranhamentos necessários nesta fase de campo. Como ser turista em minha própria cidade? Como não buscar, na experiência das outras mulheres, as mesmas cenas de humilhação que assisti quando era eu a atendente no balcão? Levantei esses questionamentos a partir do receio de não “enxergar” nada mais além das vivências que ainda se faziam muito inflamadas para mim, enquanto mulher, ou, ainda, não perceber também aquilo que já compunha a experiência local de maneira tão “orgânica” que poderia minimizar ou ignorar. Barreira (2013), em sua investigação sociológica sobre cidades, enfrenta desafios semelhantes em Fortaleza, sua cidade natal. Ao mesmo tempo em que a proximidade permite perceber questões de uma realidade prática vivida por um

determinado grupo, me levando a fazer nela uma pesquisa, o distanciamento às vezes permite analisar melhor o campo e seus códigos, aparentemente tão “comuns”. O relato da observação será descrito mais adiante, ainda neste capítulo.

### **Cenários da Zona Sul**

O trecho composto pelos bairros de Ponta Negra e Capim Macio têm grande oferta de serviços privados e efetiva cobertura dos serviços públicos: não falta água ou energia e há sempre alguma ronda policial próxima dos estabelecimentos de alimentação, entretenimento, praia e farmácias. Aqui, a violência urbana é sentida pelo medo dos assaltos, que cresceram nos últimos anos. Embora tenha sempre residido em Ponta Negra (no Conjunto Ponta Negra, mais precisamente), nunca consegui estabelecer com essa região uma relação de pertencimento comunitário: morar e caminhar há anos pelas mesmas ruas e não saber quem são os vizinhos é um distanciamento “comum” em certas partes deste conjunto.

O conjunto Ponta Negra tem casas grandes e alguns prédios de *kitnets* com poucos andares. Há também muitos terrenos para vender, construir, alugar, especular. Há padarias, salões de beleza, lavas jato, igrejas e praças ecológicas, cada uma com a circulação de grupos diferentes: skatistas, estudantes secundaristas, passeios com cachorros, crianças brincando, jogadores de futebol e religiosos que organizam cultos ao ar livre, ocupam a maior dela, a Praça do Disco.

Próxima dela, a Praça do Gringos, é o famoso Polo Sul de shows organizados pela prefeitura em datas comemorativas, e cotidianamente é um dos pontos da vida noturna no bairro, com a reunião de turistas e jovens, atraídos pelos bares temáticos – de pubs de rock a pizzarias e restaurantes que tocam pagode. É muito próxima da Avenida Engenheiro Roberto Freire, que contorna a orla, imediações em que se concentram os prédios com apartamentos

recém-construídos e mais modernos, além de bares, sorveterias e *delicatesses*, conveniências 24h, farmácias, lojas de roupas, centros de artesanato, *food trucks*, locadoras, hotéis, pontos de venda e pacotes turísticos e pontos de representantes imobiliários. Na direção sul, se encontra a Vila, região periférica do bairro, próxima do Morro do Careca, a duna-cartão-postal da cidade (Figura 4).



*Figura 4:* Morro do Careca visto do calçadão da praia de Ponta Negra  
Fonte: elaborada pela autora

O mar afronta toda a orla com sua imensidão azul e pode-se chegar nele por ruas enlameiradas, onde estão a maioria das pousadas e hotéis que disputam a brisa e a vista da praia. Lá, há quiosques, ambulantes, artistas, artesãos, vendedores de passeios e garçons que competem pela clientela. Na praia, os trabalhadores inventam diferentes *personas* para negociar e servir: seja pelos gestos ritmados e sorridentes ao bater um drink de frutas, seja pelas fantasias e chavões para chamar atenção ao seu carro de som, a sedução pela alegria, relaxamento, prazer e para o consumo (Figura5).



*Figura 5.* Trabalhadores, ofertas de serviços e turistas na Praia de Ponta Negra  
Fonte: elaborada pela autora

Durante o horário de pico, a partir das 18 horas, os residentes da Zona Sul se exercitam no calçadão, enquanto trabalhadores, que devem retornar para outros bairros, esperam nas paradas de ônibus. Esses transportes costumam fazer retorno na Rota do Sol – o trecho ao final de Ponta Negra que dá saída ao litoral sul – e é comum que, na tentativa de conseguir um assento, esses trabalhadores atravessem a avenida para embarcar mais cedo, fazendo um trajeto mais demorado, “dando a volta” em toda a Rua Engenheiro Freire, que segue por Capim Macio até se direcionar às rodovias mais importantes da cidade.

Em Capim Macio, concentram-se universidades particulares, *shopping centers*, supermercados, lojas de móveis e de roupas, unidades bancárias, além dos grandes prédios e condomínios extensos. Neste bairro, o tráfego é sempre mais movimentado, pela proximidade com outros bairros e pela movimentação dos pontos comerciais. Os ônibus, embora aumentem as opções de linhas, não adentram no bairro, deixando um território residencial considerável sem a possibilidade de trajetos, onde assume-se que “todos” (os que moram, não os que trabalham) podem pagar por um automóvel próprio.

## Os estabelecimentos na observação de campo na Zona Sul

Foram visitados panificadoras, *delicatesses*, supermercado e farmácia nos dois bairros da Zona Sul. Na maioria deles, foi minha primeira vez como consumidora. A escolha desses espaços foi orientada para observar como se dão as relações de e para mulheres trabalhadoras no cotidiano de trabalho situado numa rota de turismo e habitação cujos estabelecimentos estão voltados majoritariamente a um público de classe média e elites. Todos os estabelecimentos foram projetados, em maior ou menor grau, para se mostrarem modernos, limpos, decorados, até mesmo aconchegantes. A experiência foi prazerosa, tanto pela gastronomia como pela ambientação dos espaços: limpos e, alguns climatizados, foram arquitetados para receber sol, ventilação e ter vistas para o mar e acesso ao calçadão. A venda de artesanato é ordenada; as panificadoras são grandes, iluminadas e dispõem seus alimentos de modo abundante. As cafeterias e delicatesses, por outro lado, são pequenas e apresentam uma culinária de lanches finos, com custo maior pro consumo.

Cercados de prédios novos e policiamento constante, nota-se como principais fregueses desses espaços as famílias da região e turistas, principalmente estrangeiros. Enquanto o primeiro grupo parece buscar mais os restaurantes e padarias, numa passagem mais pontual e objetiva, os estrangeiros circulam nos itinerários “clássicos” das narrativas turísticas, concentrando-se nos shoppings e feirinha, circulando mais vagarosamente, aproveitando sem pressa as refeições e serviços. Para os dois públicos, há uma maioria de pessoas brancas.

Em contraste, são principalmente jovens, mulheres e negras que os atendem nesses diversos espaços. É rara a presença explícita ou maior interação de supervisores ou proprietários. Outras figuras chamam atenção, como os flanelinhas e pessoas em situação de rua, próximos aos lotados estacionamentos desses comércios. Na esquina de uma grande panificadora que visitei, há um homem sentado, pedindo trocados, perto de um poste onde

deixou seus pertences. Os carros, grandes, conservados, importados, se aglomeram perto dele, procurando uma manobra para estacionar ou sair do ambiente. A cidade não é para pedestres, pelo menos não para os marginalizados ou aqueles que, por motivo de trabalho, andam apressados.

A sobrecarga de tarefas, a aparência cansada, as confusões ao lidar com muitas demandas e o estresse é aparente no rosto de balconistas e garçons. Fazem de tudo: pedidos, limpeza, operação de caixa, manipulação de alimentos. Com a testa franzida e os suspiros, noto como tentam sustentar a cordialidade com os clientes, muitas vezes impacientes. São, além de tudo, em número insuficiente de funcionários contratados para atender a dimensão de oferta e produção proposta pelos espaços. Em pelo menos dois estabelecimentos, nota-se o uso de máquinas ou aparelhos informáticos para agilizar e padronizar os pedidos e compras.

Em meus registros sobre a circulação nestes locais, pude observar as situações de impaciência de alguns clientes com atendentes, seja pela demora em receber alguma refeição, seja para reclamar algum erro do estabelecimento ou até mesmo no momento de pagar a conta.

(...) Na hora de pagar, me dirijo ao caixa, operado pela mesma moça que anotou e serviu nosso pedido. Ela parecia muito estressada e se dividia entre responder dúvidas de outros clientes e atualizar os pedidos do papel para o sistema. Me pediu que aguardasse um pouco e lhe respondi que poderia terminar o que tava fazendo tranquilamente. “Foi tudo de uma vez!”, ela diz, revendo vários papezinhos no balcão, referentes aos pedidos das pessoas que estavam sentadas, aguardando pra comer. Neste momento, chega uma mulher pedindo pra pagar parte de 1 conta, já estendendo a mão com o dinheiro e anunciando impaciente os produtos que queria abater. Essa mulher, da mesa das clientes *enroladas* – e apressadas – não só desconsidera que já estou ali, esperando, como também não quer esperar a moça ficar desocupada para atendê-la. Repete que quer pagar 1 salgado e 1 *coca*. Era minha vez, mas não me meto. Me compadeço, sim, da atendente e vejo até onde vai. Depois que ela emite a via parcial para a cliente, ela paga com R\$10,00 e larga o papel na mesa dizendo que não é obrigada a pagar 10%. A moça fica calada e continua com o rosto tenso. Neste meio tempo, vai recebendo novos pedidos e perguntas (duas pessoas pedem bolo, uma outra senhora vem saber se o pedido dela tá perto de sair – dessa mesma mesa de pedidos longos e cheios de detalhes). Neste momento comento com a caixa: “À noite o movimento é ainda maior, certo?” e ela concorda. Ela termina de me atender (Diário de Campo, julho de 2018).

### **A situação observada em estabelecimento da Zona Norte**

A visita realizada em uma (01) panificadora situada na Zona Norte de Natal destacou-se por elementos de ordenamento e relações e, mesmo se única, mostrou potencial qualitativo para discussão de diferenças na cidade. A presença da polícia armada lanchando na hora do jantar, os preços mais acessíveis, a calçada ocupada por senhores que jogavam juntos e as conversas francas entre atendentes e clientes sobressaltam à ambientação do estabelecimento. Como pontos “comuns” aos outros estabelecimentos observados em outras áreas da cidade, o espaço conservava a farta apresentação de muitos alimentos de panificação ali fabricados e se observava o acúmulo de funções para as balconistas, jovens e negras, que limpavam, atendiam, serviam e preparavam alimentos.

As relações entre os sujeitos naquele espaço, atravessadas por uma questão de classe – em se tratando de um bairro mais popular, cujos laços comunitários de intimidade são mais perceptíveis, bem como da expressão específica da violência, periculosidade e segurança pelos problemas sociais enfrentados determina algumas práticas e relações com figuras do Estado – foram determinantes para definir um enfoque de investigação das relações de poder a partir de um espaço da cidade.

Há, nesta situação, um atendimento ao cliente específico que eu testemunho e, posteriormente, registro como observação curiosa. Trata-se de uma conversa peculiar entre cliente e trabalhadora, que depois de muito observar as estufas, em dúvida sobre que comprar, pergunta à moça que comidas daquele balcão foram produzidos naquele mesmo dia. O famoso “é de hoje?”. Com muita tranquilidade, ela responde “olhe, sinceramente... só esse!”. O balcão estava bem abastecido e, por mais questionável que seja vender produtos com certa (in)validade duvidosa, a franqueza com que se deu aquela conversa me inquietou, pois não pude deixar de

comparar às experiências que testemunhei, tanto como trabalhadora quanto como consumidora Zona Sul cidade.

O homem estava pensativo, desconfiado. Mas não se mostrou chocado com a sinceridade da atendente. “Não vou mentir, né?”, ela disse. Ele perguntou novamente se alguns estavam ali há muitos dias e ela respondeu que nem se lembrava de quando eram. Uma reação tranquilamente inesperada a do freguês, que no final acabou levando dois salgados, me fez refletir sobre como relações mais horizontalizadas são possíveis nestes espaços em que as disparidades socioeconômicas não são tão gritantes, onde atendentes e clientes moram no mesmo lugar, desafiando a lógica dos “clientes” num pedestal em função dos lucros.

Esses contrastes entre Sul e Norte, entre relações mais quentes ou mais frias, de paisagens mais “montadas” ou mais comunitárias, foram fundamentais nas escolhas de perguntas de investigação e critérios de escolha para participantes do meu trabalho de campo posterior. Esta experiência de circular, observar, registrar e analisar facilitou a assimilação entre eixos teóricos e estratégias metodológicas.

### **3.2 Participantes da pesquisa**

Foram entrevistadas quatro (04) mulheres com experiência de trabalho no cargo de balconistas em *delicatesses*, padarias e conveniência, com faixa etária entre 18 e 39 anos<sup>15</sup>. Os critérios de seleção de participantes definidos foram: ser mulher; ter idade igual ou superior aos dezoito anos; ter experiência de trabalho (de pelo menos seis meses) na função de balconista em estabelecimentos comerciais situados nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio, da Zona Sul de Natal, voltados aos serviços de conveniência e alimentação; aceitar participar da pesquisa. A categoria insere-se na classificação “Atendentes de lojas e mercados” (código

---

<sup>15</sup> Uma caracterização é realizada na apresentação dos dados e uma sistematização mais sucinta é apresentada no Apêndice C.

5211-40), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que agrupa uma variedade de atendentes balconistas<sup>16</sup>, os quais, em termos gerais, executam atividades com vistas a auxiliar clientes na escolha de mercadorias do comércio varejista ou atacadista.

A escolha se justifica pelo entendimento de que o trabalho de balconista tem a relação com os consumidores como atividade principal ou central de muitos cotidianos de trabalho, em que podem se revelar o encontro e confronto de diversas contradições de gênero, classe e raça dentro das atividades servis, num determinado espaço da cidade. Esse é um diferencial que pode ser estabelecido, por exemplo, em relação à categoria de vendedoras, cujas demandas, remuneração e exigência de apresentação estética e intelectual modificam as relações com a freguesia.

O critério de experiência nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio vêm na mesma discussão, por esses apresentarem importantes indicadores quanto às condições socioeconômicas de seus residentes, bem como da prevalência de atividades comerciais e de serviços como forte fator de empregabilidade e gastos da região. Seus residentes apresentam alto nível de escolarização e rendimento nominal mensal que superam em dobro a média da capital (1,78 salários mínimos per capita): Capim Macio com 4,71 salários mínimos e Ponta Negra com 3,03. Das atividades empresariais identificadas, os ramos da alimentação, comércio varejista e alojamentos são os principais tipos de empreendimentos (SEMURB, 2012), situados na rota do comércio, dos serviços, do turismo e da conveniência de uma população abastada.

A escolha dessa ambientação como critério tenta vislumbrar não somente uma observação de como as trabalhadoras se deslocam e se situam nesta dinâmica urbana específica da Zona Sul, como também das disparidades sociodemográficas observadas entre atendentes e

---

<sup>16</sup> “Atendente balconista, Atendente de balcão, Atendente de lojas, Atendente de padaria, Atendente de peixaria, Atendente do setor de frios e laticínios, Atendente do setor de hortifruti-granjeiros, Atendente do setor de *rotisserie* (pratos prontos), Atendente do setor de vinhos, Balconista” (Classificação Brasileira de Ocupação, MTE).

clientela enquanto cenário de relações de poder específicas que podem implicar na produção do sofrimento ético-político de modo particular.

Aqui, ressalto como importante contribuição a crítica do feminismo negro quando se fala de opressões, dificuldades e necessidades “da mulher”; melhor dizendo: onde estão os obstáculos e resistências identificados pela experiência das mulheres negras e pobres? Que elementos do sofrimento vividos por essas trabalhadoras podem revelar um nível de articulação mais complexo de discriminação e exploração, a partir da qual se podem demandar e elaborar saídas de luta e emancipação no campo do gênero de modo menos excludente? Esse é um posicionamento que busca enfrentar a histórica invisibilidade interseccional (Nogueira, 2017), e se refere a um problema epistemológico que demanda a ampliação na diversidade de escolha dos sujeitos participantes para investigações dentro de grupos que sofrem de alguma violação ou sistema(s) de subordinação.

Portanto, tratou-se de uma seleção intencional de participantes, que mais possibilitarão compreender as problemáticas levantadas na investigação sobre o campo (Creswell, 2010). Na pesquisa qualitativa, a definição de amostragem se orienta principalmente com o critério que remete à melhor vinculação entre sujeito e problema de pesquisa, no sentido de contribuições mais significativas quanto ao interesse da experiência a ser captada no encontro com o pesquisador (Deslandes et al, 1994). A aproximação para convite de participação na pesquisa a essas mulheres ocorreu principalmente por relações já estabelecidas no campo, a partir das quais foram acionadas “pessoas-chave” (Diniz, 2014), que concordaram em participar do estudo e poderiam funcionar como referências para a identificação de outras participantes.

### **3.3 Instrumento de pesquisa**

Como instrumento de pesquisa no encontro com as participantes, utilizei um roteiro para entrevista narrativa com questionário sociodemográfico (Apêndice A). O questionário

sociodemográfico objetivou a caracterização das condições socioeconômicas das participantes, de seus núcleos familiares e informações básicas sobre sua empregabilidade. Para a entrevista narrativa, foram criadas perguntas organizadas em três eixos (a) trajetória no emprego; (b) cotidiano de trabalho; (c) relações de poder e resistência. Essas questões visavam contemplar a experiência das mulheres de sua trajetória do emprego (com os possíveis atravessamentos de gênero, classe e raça a articular com a categoria do trabalho), o dia a dia no atual cargo, as relações que estabelecem nos e com os bairros e como se expressa a produção de sofrimento ético-político e enfrentamento/resistência neste cotidiano a partir de seus percursos e relações e demais obstáculos que identificaram na experiência como mulheres trabalhadoras.

Era central introduzir à etapa de construção de dados a tentativa de pesquisa com olhar interseccional (Nogueira, 2017), não somente para permitir considerações acerca do campo teórico escolhido neste texto, mas num esforço de condução da entrevista sobre as experiências dessas mulheres em que as relações raciais, de gênero e de classe sejam discutidas de forma mais fluida e complexificada possível, e não de forma “aditiva” ou em “camadas”.

A escolha pela produção de narrativas com inspiração em Walter Benjamin (1994) se justifica no interesse de investigar a partir da experiência das balconistas. Intercambiar experiências, segundo o filósofo, é uma forma de comunicação muito mais ampla, que pode se perpetuar ao longo das tradições orais mais facilmente e, por seu caráter de “inacabamento”, permite ser recontada e exercitada na transmissão de saberes. Contar histórias é tanto uma capacidade como uma necessidade para os humanos.

Narrar implica as trocas e a memória, portanto, ao ouvir o outro e, posteriormente, se contar o que se ouviu, se produzem novas experiências e há uma reconstrução da história. As narrativas podem remeter tanto a uma visão geral de acontecimentos como situá-los de modo específico (Jovchelovitch & Bauer, 2003), sendo o sujeito da narrativa um sujeito que articula

sua experiência ao coletivo e referencia acontecimentos vividos por aquele que narra a partir de seu lugar, tempo e outras circunstâncias do sistema simbólico.

Nesta perspectiva, uma questão importante é conservar as marcas do narrador, que se difere do sujeito falante de outras formas de comunicações que se pretendem informativas ou românticas. Conservar o léxico de um grupo estudado e a linguagem utilizada é central para a produção de narrativas que objetivam estudar cotidianos específicos. Para Dutra (2002), a postura diante da pesquisa com narrativas, portanto, não é de uma escuta e de uma análise “distante”.

As narrativas não impõem ao seu desfecho um saber normativo, nem seus narradores são sujeitos individualizados no mundo, como em outras formas de escrita. Particularmente, há uma noção de rastros discutida por Gagnebin (2016) que considero interessante para esta proposta de estudo. A autora vai explicar que:

De maneira muito próxima, a historiografia crítica de Benjamin procura por rastros deixados pelos ausentes da história oficial (...) à revelia da historiografia em vigor e, também, por rastros de outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos e das obras do passado tal como é transmitida pela tradição em vigor (p.33).

Considerando a “amarração” que o projeto fez entre experiência, sofrimento e cidades, as narrativas são muito bem vindas ao caminho metodológico. Barreira (2013) pensando a unidade de uma cidade como “também junção provisória de pedaços, cenários e movimentos de vida social” (p. 19), ressalta como as diferentes experiências contadas refletem diferentes mobilidades dos atores que circulam e como vão conformando formas de contar a mesma cidade. Neste sentido, quais podem ser os rastros das experiências de mulheres em Natal? Quais podem ser recolhidos com as experiências de trabalhadoras além da representação mantida da cena turística e nobre dos bairros em questão?

Queiroz e Prado (2018) justificam a importância política do uso de metodologias e do raciocínio narrativo na pesquisa, especialmente quando se pensam as questões de poder e, mais especificamente, de gênero, na forma em como são contadas as histórias e que histórias são (ou não) contadas. Os autores retomam a bibliografia de uma perspectiva de epistemologia feminista, como o *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway, para enfatizar o potencial que o saber situado tem para evidenciar relações desiguais de poder e ainda pensar necessidades específicas de um grupo social. É importante ressaltar que não há um objetivo de essencializá-los, ou seja, tornar inquestionável o que é dito a partir dessas vivências, mas muito mais diversificar o campo de conhecimento a partir das muitas experiências e como essas constituíram os sujeitos.

Considero este um importante esforço para pensar a coletividade e as relações éticas entre diferenças pois, neste percurso, as narrativas expressam também uma temporalidade humana (Vieira, 2001). Dentro do debate acerca da produção de conhecimento, o manejo com as narrativas soma-se à visibilidade de diversas formas de existência humana, identidades e significados que não podem ser ignorados, bem como não devem ser cristalizadas nem sectárias, especialmente na ampliação de conceitos dentro do movimento feminista e suas múltiplas demandas (Nogueira, 2017).

Começa a ficar claro porque a narrativa é um veículo tão natural para a psicologia popular. Ela lida (quase que a partir da primeira fala da criança) com o material da ação e da intencionalidade humana. Ela intermedeia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças. Ela torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela reitera as normas da sociedade sem ser didática. Ela pode até mesmo ensinar, conservar a memória, ou alterar o passado” (Bruner, 1997, p. 52).

Além de trilhar um caminho rumo à diversidade, o uso de narrativas também pode ser pensado em sua outra face política, que é a superação da “pobreza de experiência” nas disputas político-ideológicas. Este acometimento à humanidade Walter Benjamin (1994) descreve como

o “apartamento” entre nós e nossos patrimônios, de nossos percursos históricos, de rastros que permitam laços nas criações, e não aniquilações. A reprodução de marcas individualistas e/ou dominantes numa história sobre a existência humana não (re)conhece outras experiências (Gagnebin, 2012). É, possivelmente, nesta grave pobreza que se produzem sérios embaçamentos para as visões de mundo, um mal-estar que ascendeu no Brasil nos últimos anos, materializados por processos eleitorais cheios de ódio e misoginia; um golpe à democracia, seguido de eleições fraudulentas, *fake news* e a institucionalização dos retrocessos.

Na atual conjuntura, essas construções xenofóbicas e falaciosas acentuam e conformam, dentro de um mesmo território, distâncias e paranoias entre sujeitos explorados (Véras, 2012). As classes populares, nas narrativas hegemônicas, ora são força de trabalho, ora são motivo de chacota, nojo. Um dos exemplos mais recentes e polemizados na internet foi o de secundaristas abastados que se fantasiaram de faxineiras, garis, ambulantes para brincar de “O dia que nada der certo”<sup>17</sup>. Numa espécie de “lição de moral” meritocrática endereçada aos seus herdeiros (adolescentes de classe média), as festas à fantasia de instituições privadas de ensino buscavam discutir de modo mais “lúdico” o futuro e as possibilidades de (in)sucesso de jovens prestes a tentar o vestibular. O “lugar” de subalterno e seu desmerecimento foi, além de repudiável, autenticamente reafirmado nestas festas em que, *brincando*, refletiram uma forte perspectiva difundida pelas elites quando se relacionam preconceituosamente com as profissões precarizadas ao entendimento individualista do que significa “não vencer na vida”.

Muitos desses, assim como seus semelhantes, não conseguem elucubrar mais do que a aparência, onde a dissimulação das “vidas que deram certo” sobre as “que não deram” nada

---

<sup>17</sup> Belloni, L. (2017, junho). Alunos fazem festa com tema ‘se nada der certo’ e se fantasiam de faxineiro, ambulante e cozinheiro. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/alunos-fazem-festa-com-tema-se-nada-der-certo-e-se-fantasiam-de-faxineiro-ambulante-e-cozinheiro/>>.

<sup>18</sup> Valente, F. (2017, junho). Dia do “se nada der certo” acende debate sobre meritocracia e privilégio. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/06/dia-do-se-nada-der-certo-acende-debate-sobre-meritocracia-e-privilegio/>>.

mais é que o perfeito funcionamento de um sistema que sucede exatamente produzindo “fracassos” e acredito que jogar novas narrativas na roda seja um dos modos políticos de combate a essa pobreza.

### **3.4 Etapas de investigação**

Durante o primeiro ano, a pesquisa cumpriu as atividades referentes a sua etapa exploratória (Deslandes et al, 1994), que diz respeito tanto aos elementos básicos do projeto, como a formulação de questões e de objetivos e delimitação de participantes. Neste momento, foi bem vinda a concomitância entre levantamento bibliográfico e aproximações com experiência de observação de campo já descrita. Em seguida, com os ajustes da primeira qualificação, o projeto foi submetido ao *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, considerando a explanação do projeto e a discussão de suas questões éticas conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

No primeiro semestre do segundo ano da pesquisa, após deliberação de parecer positivo pela Plataforma Brasil e recomendações da segunda qualificação do projeto, a produção de dados foi iniciada através de entrevistas com as mulheres que concordaram em participar. Como já dito, foram realizadas quatro entrevistas, dentre um conjunto maior de tentativas e contatos com mulheres, ainda empregadas ou não no ramo. A organização de dados se deu em concomitância à realização de entrevistas, bem como o processo de análise também pôde ser iniciado com as primeiras sistematizações de informações.

### **Contato com Participantes e realização de entrevistas**

O contato com as mulheres e a realização de entrevistas ocorreram durante o primeiro e segundo semestres de 2019. Inicialmente, os modos de acionar as mulheres se deu por meios de

comunicação: ligações e conversas por chat, dada inviabilidade de tempo que seria, para a maioria delas, marcar um encontro presencial sem saber minimamente do que se tratava o convite. Os contatos começaram pela rede de ex-colegas e amigas que já foram ou ainda são balconistas. Foram convidadas oito (08) mulheres. Mais outras duas foram indicadas pela rede de participantes, mas no contato com ambas não obtive resposta.

Enfim, houve participação de somente quatro mulheres, um número menor que o planejado. As entrevistas aconteceram em períodos de folga ou horários de almoço, em locais públicos e nas residências das mulheres, conforme ficava mais viável a participação com cada uma e, nestes momentos, eram apresentados, entregues e assinados os termos em duas vias do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e do Termo de autorização para gravação de voz (Apêndice C), como reflexo dos acordos já explicitados desde o primeiro contato. As entrevistas ocorreram em encontros individuais e tiveram duração média de 01 hora cada.

Do conjunto de mulheres com quem conversei sobre a pesquisa, poucas estavam, à época, empregadas como balconistas. A realidade da maioria, desempregadas ou atuando em outras categorias, ou ainda com atividades temporárias, serviu de reajuste para os critérios de seleção de participantes, que foi de “mulheres formalmente empregadas” para “mulheres com experiência no trabalho de balconistas”. Isso porque observamos, minha orientadora e eu, que a aceitação a participar da pesquisa foi um fator mais árduo de contornar do que imaginávamos e que as experiências ouvidas não deveriam ser descartadas como material de análise somente pela inatividade daquele vínculo.

As condições da pesquisa – participar de entrevista e falar sobre o cotidiano no emprego – demandavam das mulheres tempo e segurança para falar do trabalho, assunto que poderia tocar em violações que são conhecidas pelo senso comum, mas não podem se tornar públicas,

aspectos que marco como determinantes na pouca participação. Além disso, nem todas as participantes indicaram outras mulheres como solicitado, ora pela falta de confiança ou afinidade entre colegas, ora porque não mantinham um contato fortalecido de modo a fazer esta ponte.

Para além do receio de ser identificada e assim ser prejudicada no mercado de trabalho, como costuma ocorrer com trabalhadores/as que, sozinhos/as, reclamam ou denunciam os prejuízos que sofrem nas empresas, a múltipla carga de trabalho feminina também se colocou como impedimento para conceder um momento de entrevista. A criação de filhos, a manutenção da limpeza em casa e outras necessidades – como conciliar também estudo e expedientes fora de casa – foram apresentados como atarefamento inadiável pelas mulheres, que tinham algumas poucas horas “livres” no final de semana.

Considerando a “delicadeza” dos assuntos que seriam evocados ou esperados na entrevista – como acúmulo de função no trabalho e a exposição a assédios sexuais no atendimento a clientes –, mantive o contato autônomo e discreto com as trabalhadoras, sem divulgação nas redes sociais ou entrada na “coleta de dados” por meio institucionalizado, o que seria um entrave à anuência de lojas, considerando que o direcionamento da pesquisa poderia estimular clima de desconfiança ou “inquisição” acerca de irregularidades presentes no funcionamento de organizações. Permaneceram, então, neste “arrolamento” de participantes os critérios de gênero, de maioria e da formalidade do vínculo empregatício, estivesse ele ativo ou findado.

Por essa razão, o momento de apresentação da pesquisa e os acordos durante a entrevista eram oportunos para enfatizar os direitos de participantes quanto à ética em pesquisa. Como pesquisadora, apresentava um pouco da minha história para embasar a curiosidade em estudar o tema e da importância em levar adiante esse tipo de produção de conhecimento, principalmente destacando que os avanços no campo dos direitos provêm sempre de lutas e do

desvelamento de situações problemáticas e injustas, em que a produção científica crítica pode contribuir.

### **Organização e análise de dados**

Estas etapas foram realizadas através dos procedimentos de: (a) sistematização dos dados sociodemográfico; (b) transcrição das entrevistas; (c) caracterização das participantes; (d) construção de narrativas de cada participante; (e) análise de narrativas e análise interseccional das condições de vida e trabalho das participantes. As etapas de tabulação e transcrição foram iniciadas ainda no primeiro semestre de 2019, com a efetivação das primeiras entrevistas.

Na sistematização dos dados sociodemográficos, foram sintetizados em tabela (Apêndice C) as informações colhidas com o roteiro de pesquisa e, ainda, adicionadas: Data de entrevista; Como ocorreu o contato para participação; Que elementos se destacam na relação com a cidade e os bairros que aparecem na sua história; Que redes de apoio elenca no dia a dia; Que elementos que sobressaem sua experiência cotidiana nos espaços em que atua/atuou como balconista, Afetações e Modos de enfrentamento.

O processo de transcrição dos arquivos de áudio foi em linguagem mais literal possível, para colaborar numa fidedignidade de narrativas das experiências relatadas, conforme propõe Dutra (2002), de modo que esse trabalho já se encare como um primeiro processo de análise de dados. A caracterização das participantes foi construída a partir das principais informações que resumem dados pessoais, condições de vida e trajetória no mundo do trabalho.

A produção de narrativas se deu, principalmente, com inspiração na produção literária de Conceição Evaristo. Esse estilo de escrita implica também o resgate afetivo dos fatos vivenciados pelas mulheres entrevistadas – muito conveniente ao estudo do sofrimento ético-

político e das resistências – permitindo a quem lê pensar realidades diferentes, especialmente aquelas periféricas (Gomes, 2017). Em sua obra *Insubmissa lágrimas de mulheres*, Conceição Evaristo (2016) reúne casos vividos por mulheres, em que gênero, raça, violência, memória, afeto e resistência fazem parte de cada contação:

Ela havia notado o interesse do moço D'Antanho por mim e sabia o que aquilo significava. Os moços brancos, incentivados pelas famílias, conservam os hábitos ainda do tempo da escravidão. Corriam atrás das mocinhas negras, assim como os donos de escravos tomavam o corpo das mulheres escravas e de suas filhas. Começavam a se fazer homens experimentando os primeiros prazeres no corpo das meninas e das mulheres que trabalhavam em suas casas. Só que o tempo havia mudado. O mais comum agora era a sedução. Entretanto, havia aqueles que tomavam à força o corpo da empregada que trabalhava com eles. Ouvi tudo o que a mamãe dizia e sabia que ela estava com a razão, menos em relação ao Jorge. Ele era diferente de toda a sua família – pensei eu. E era mesmo. (Evaristo, 2016, p.137).

Para a construção de cada uma das quatro narrativas, busquei seguir uma ordem cronológica que partia da apresentação da mulher e dos acontecimentos no âmbito profissional que a levaram à função de balconista na Zona Sul. Este movimento na escrita assemelha-se ao uso de “elementos indexados e não indexados” da proposta de análise de narrativas de Schütze sintetizados por Jovchelovitch & Bauer (2003), na qual as informações de cada entrevista que correspondam a acontecimentos concretos podem produzir “trajetórias individuais” que, ao final das análises separadas, podem seguir para comparação entre as histórias contadas.

Os chamados elementos não indexados dizem respeito às descrições e argumentações do ponto de vista de quem narra sua história: como experienciam os fatos, como dão sentido a esses, que teorias podem criar acerca, produzindo o “auto entendimento do informante (Jovchelovitch & Bauer, 2003, p. 107). Mesmo que as narrativas deste trabalho não tenham seguido à risca este tipo de sistematização, observa-se que alguns eixos do roteiro e temas transversais às entrevistas identificam-se mais com um ou outro elemento. Por exemplo, os modos de resistências e enfrentamentos cotidianos se destacam como elementos não indexados

importantes, pois dão evidência às distintas formas que cada participante conta de compreender e reagir, por exemplo, a situações de violência de gênero ou preconceito de classe. Já no plano de ordenação temporal, a carreira e as relações familiares muitas vezes serão marcos de elementos indexados, mais facilmente relacionados aos aspectos históricos e de relações de gênero, por exemplo.

Para cada uma delas, um modo de resistência captou minha atenção, guiando minha escrita para evidenciar as posturas que assumiram na família, no emprego e na construção de si, referenciando, inevitavelmente a uma reflexão de seus lugares na cidade. Os nomes de cada participante foram escolhidos por elas próprias, que adotaram apelidos para serem registradas, movimento respeitado nas narrativas deste trabalho.

A análise das narrativas se deu com a elaboração de eixos que perpassam todas as histórias. É importante ressaltar que um mesmo parágrafo ou frase veio a constituir simultaneamente mais de uma discussão, pois em muitos trechos da contação, as mulheres tocavam em pontos que articulavam ao mesmo tempo a questão da cidade, do trabalho e do gênero – o que não surpreende, pois estão mesmo todas relacionadas. Os eixos de análise foram: (a) Questões relacionadas ao trabalho; (b) Questões de poder, gênero, raça e classe; (c) Os usos e percepções sobre a circulação e convivência nos/entre bairros; (d) Como se expressam os afetos que configuram o sofrimento ético-político; (e) Os modos de enfrentamento.

### **3.5 Considerações da Ética em pesquisa com seres humanos**

Conforme previsto nas resoluções nº 510/16 e nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a pesquisa foi submetida a avaliação no Conselho de Ética em Pesquisa da UFRN por se tratar de estudo com seres humanos, registrada com o CAAE 07996318.1.0000.5537. Os documentos entregues e assinados pelas participantes foram o Registro de Consentimento Livre

e Esclarecido e o Termo de autorização para gravação de voz, que materializavam as condições já expostas nas conversas informais e formais de apresentação da pesquisa.

Tratou-se de negociar com as mulheres a importância de contribuir para o estudo, demonstrando sensibilidade e escuta para elucidar dúvidas e negociar termos, além de enfatizar os direitos de preservação da individualidade, confidencialidade, possibilidade de desistência e retirada das informações fornecidas em qualquer etapa da pesquisa e ainda a preservação dos registros de material de pesquisa em local e formato seguro por cinco (05) anos. O parecer positivo ao início da pesquisa, deliberado pelo CEP/UFRN, de número 3.301.000, foi emitido em maio de 2019.

Esses dois documentos foram previamente elaborados e anexados à Plataforma Brasil, juntamente com Termo de confidencialidade, Declaração de não início da coleta de dados, Projeto de Pesquisa e Instrumento de coleta. Foi dispensada elaboração de Carta de Anuência, uma vez que o recrutamento das participantes se deu de forma autônoma, isto é: não houve instituição coparticipante nem contato institucional com as empresas em que trabalham ou trabalharam.

#### 4. Dados da pesquisa: caracterização das participantes e narrativas

Gil tem 26 anos, é negra, heterossexual, casada e cristã evangélica. Mora em Mãe Luiza, Zona Leste da cidade, com o esposo e o filho de dois anos de idade. Trabalhou por cinco anos no estabelecimento sobre o qual narra seu cotidiano à pesquisa: uma *delicatessen* em Ponta Negra. Sua escala era diária, com 1 folga por semana. Hoje em dia tem vínculos de trabalhos temporários e está à espera de uma contratação no mesmo supermercado em que faz “bicos”. É usuária do Bolsa Família e possui formação técnica em saúde e sonha com uma graduação na mesma área, apesar de nunca ter atuado. A renda atual é majoritariamente dos proventos seu esposo, que trabalha como *cumin*. Divide com ele as tarefas de casa, assim como os cuidados com o filho, quando esse não pode ficar na creche (localizada na rua de casa) ou com a cunhada.

Josy tem 39 anos, é amarela, heterossexual, casada e cristã católica. Mora no Guarapes (Zona Oeste), com o esposo, dois filhos e sogra. Trabalhou por quase 10 anos como balconista, sendo que seis desses anos foram numa panificadora em Ponta Negra, onde atuava sob regime 12x36h. Atualmente é vendedora num *shopping center*. Tem o ensino médio completo e desejo de se formar em nutrição. A renda da família é a junção dos seus proventos à remuneração da sogra. Ocasionalmente auxilia o esposo, que tem trabalhado como ambulante, a vender bebidas em festas da cidade.

Ana tem 18 anos, é negra, bissexual e solteira. Não professa uma religião específica, mas tem sua fé. Está no seu primeiro emprego formal, com escala diária de trabalho e folgas aos domingos numa conveniência de Capim Macio, há sete meses. Mora sozinha em Ponta Negra, na Zona Sul. Sua rede afetiva mais próxima são seus primos que moram em Natal, mas vieram da sua cidade de origem, Monteiro, na Paraíba. Planeja estudar pra ser nutricionista e avalia cursar primeiramente o técnico em nutrição.

Jó tem 31 anos, é parda, heterossexual, “amancebada” e cristã católica. Mora no Guarapes (Zona Oeste) com o esposo e o filho. Tem uma experiência de, ao todo, cinco anos como balconista em panificadoras em Capim Macio e Ponta Negra. A renda fixa da família é seu salário; o esposo tem trabalhado como motorista de *Uber* e Jó não sabe informar qual seria a média dos proventos que a atividade gera no mês. Conta com a ajuda da mãe e com vaga em Centro Municipal de Educação Infantil do bairro para cuidar do filho. Gostaria de se especializar na área de confeitaria.

#### **4.1 Eles gostam das morenas**

Conforme havia combinado por telefone, Gil aceitou participar da pesquisa e me disse que a manhã da quarta-feira seria um período tranquilo pra termos nossa conversa. Ao sair de casa, peguei carona até 1/3 do caminho com colega da universidade e parei para imprimir os termos e roteiro de pesquisa. Peguei o 33a na Av. Salgado Filho e avisei por *Whatsapp* que estaria chegando logo. O motorista me alertou em qual parada deveria descer e por um tempo lá esperei. Nunca havia entrado em Mãe Luiza, uma comunidade por cima das dunas, entre os bairros de Areia Preta, Ponta Negra e Petrópolis e a Via Costeira, rodovia próxima à residência de Gil.

Depois de um tempo agoniada com o desencontro, decido olhar no *Google Maps* e vou caminhando até a casa dela. Encontro-a na rua, acenando. Ela mora num primeiro andar e subo com ela. O imóvel é da família do seu esposo. Ele é cumin e está com Gil desde a adolescência. Ela me pergunta se já morei por ali e eu respondo negativamente; ela se justifica dizendo me achar muito parecida com outra menina que mora perto. Eu retruco que nunca se sabe onde podemos ter e encontrar primos e primas, espalhados pelo mundo.

A casa está silenciosa e arrumada, o que me leva a pensar que estaremos sozinhas nesta manhã, pois ela não parece apressada com nenhuma tarefa que toda casa demanda. Ficamos apenas na sala, onde deixo minha mochila e pergunto se meu amigo deu mais informações sobre a pesquisa. Ela diz que o avisou sobre não estar mais trabalhando e perguntou se daria certo participar nessa condição. Conto que o ideal era ouvir as experiências de atendentes naquela região da cidade. Ela relembra que foi menor aprendiz no *McDonalds*, onde trabalhou por um ano. Diz que era muito boba na época, o trabalho era uma alegria por representar seus primeiros salários, com os quais comprava coisas de desejo pessoal (já que não precisava gastá-lo com coisas de casa porque essas eram supridas pelos pais, que também davam conta das tarefas domésticas, limpeza e preparação de refeições).

Antes de darmos continuidade à conversa, decidi me apresentar formalmente, como formada em psicologia e interessada em estudar o dia a dia e o trabalho de atendentes. Conteí da minha experiência como balconista no final da graduação, como aquilo acossou em mim novas e velhas indignações sobre preconceitos, decisões injustas e humilhações vividas por mulheres em alguns cargos de trabalho. Neste momento, Gil chega a mudar a expressão, como se aquilo não fosse suficiente. “Só mulheres?”. Digo a ela que entendo que também os homens sofrem, que eu também observara mudanças de tratamento, por exemplo, para quando a/o atendente era homossexual, e ela concorda. Porém, como o tempo do mestrado não seria tão longo, expliquei que me interessava mais pensar e argumentar sobre a situação das mulheres, o que já ia me dar bastante trabalho.

Gil morou a vida toda em Mãe Luiza, onde conheceu seu companheiro, com quem divide os cuidados da casa e do filho pequeno, que acordaria um tempo depois da nossa conversa para disputar a atenção da mãe comigo. Faz questão de ressaltar como o companheiro é proativo nas tarefas domésticas, o que se explica pela precoce idade em que teve de

desenvolver autonomia depois de conflitos familiares. Nos últimos meses, era a renda do esposo que garantia o sustento da família. Gil estava aguardando uma contratação definitiva numa rede de supermercados, embora já tivesse uma formação técnica na área da saúde, para a qual nunca conseguiu trabalho.

Tinha dezoito anos de idade quando começou no seu trabalho de balconista. Ainda morava com seus pais e não era mãe. Se deslocava até a *delicatessen* com muita facilidade, porque rapidamente descia de casa para embarcar numa linha de ônibus lotada que contornava as dunas na Via Costeira. Descia na avenida principal de Ponta Negra, onde ficava a loja, já perto da orla. Gostava do bairro, porque lá também ia se divertir nos restaurantes de frutos do mar e casas de show para dançar forró com o namorado. Vivia praticamente de sobreaviso, cobrindo qualquer falta de colegas e contornando muitos perrengues, além de fazer todas as suas obrigações de atendimento e limpeza.

Tanto fez pelo estabelecimento que, por um tempo, ocupou o cargo de coordenadora, embora na carteira a contratação continuasse a mesma. Conta com orgulho das mudanças que conseguiu levar a frente para facilitar a vida dos demais balconistas, principalmente nos momentos em que se punha a negociar as escalas de folgas ou intervinha em situações injustas. Convivia bem com os fornecedores – que sempre eram pessoas compreensivas sobre os apereios da loja –, tinha uma relação franca com a dona e de amizade com alguns clientes. Aqueles que vinham turistar em Natal recebiam com alegria as dicas das trabalhadoras sobre como aproveitar a cidade.

Com os clientes locais, nem sempre era fácil o acolhimento, seja pelos grandes egos que atendiam – os famosos e subcelebridades da cidade –, pelas freguesas implicantes ou pelos clientes que já chegavam cheios de “cabimento”. Com esses, vinha a raiva e a vontade de ir embora. *“Eita!! Sonhei com você ontem! Foi um sonho tão bom! Pense num sonho bom!”*,

*tinha um que chegava gritando no balcão. Petulantemente chamando-a de morena, alguns homens alisavam seu braço e pediam seu telefone enquanto ela atendia às mesas. Até fora do trabalho, alguns tentavam avançar, como foi o caso do cliente que conseguiu seu número de celular e ligou num dia de folga, sem querer se identificar: “Se você é meu admirador, não posso fazer nada. Sou casada e muito bem casada e agora eu vou desligar!”. Eu era muito dura, Gil complementa. Em seguida paramos, surpresas, para nos questionar por que uma mulher, depois de resistir pra ter seu espaço respeitado, ainda pode ser considerada a parte “dura” da história?*

Gil também se afetava pela dignidade dos colegas e fez questão de contar como era possível que os homens também sofressem com discriminação. Certa vez, ela intercedeu por um rapaz gay, que trabalhava atendendo no mesmo turno e estava sofrendo marcações de alguns clientes. Uma mesa que reunia somente homens. Riam e faziam gestos obscenos com a mão, solicitando que o rapaz fosse atendê-los, para assim se estenderem na chacota. Gil ficou triste, mas se colocou de modo firme: *Eles circulavam um dedo na palma da mão aberta... como que dissesse que ele era queima-rosca. “Chame ele lá”, um dos clientes me disse, e eu respondi “No momento quem está aqui para atender vocês sou eu, ele está atendendo outra mesa. Infelizmente o pedido de vocês vai ter que ser comigo”*. A mesa se prostrou calada com o desvio e um deles comentou *“Vish, essa daí é braba”*. Ser direta no que pensa e saber do respeito que merecia acompanhavam Gil por toda sua vida. Também em casa, nas relações com a família e até para acertar as condições da nossa entrevista, era com muita honestidade que colocava os seus termos: *Eu nunca gostei de deixar um lugar sem dizer nada...*

A sua rotina acabava contemplando também a espera das humilhações de algumas consumidoras, que pareciam incluir no seu café da manhã um ritual de gritos aos atendentes. *Havia uma que fazia sempre a mesma confusão. Pedia várias comidas, mas na hora do caixa, queria um valor mais barato do que como foi fazendo o pedido. Ela dizia: “Vocês são o quê?*

*Uns idiotas, é?! Eu quero pagar esse preço que tá aqui!*”. Apesar de não ter medo de responder, para esses momentos, eram os laços entre a equipe que podiam deixar menor algum atrito, afinal, a regra é fazer o que o cliente pede. Esses sempre deveriam ser atendidos, então era o lucro da loja que não podia sofrer nenhum prejuízo.

Para Gil, as pessoas agiam desse modo por frustração. *Às vezes com dinheiro – porque querem mostrar o que não podem ser e fazem questão de pagar abaixo dos valores que eram vendidos na loja –, outras porque “não têm uma mulher pra se satisfazer”*. Sabia que ter o esposo na mesma empresa lhe garantia sofrer um pouco menos de assédio, mas já entendia que, ali, não seria respeitada como a filha de um homem importante da cidade, uma mulher que estaria “no mesmo nível” que os seus clientes não seria tratada assim por eles. A má fama do bairro, pela forte atividade de prostituição, talvez fosse um dos motivos que fazia da *delicatesse* um espaço de tantos abusos e flertes. As mulheres de sua cor eram muito admiradas e, quanto mais escuras, mais chamavam atenção dos gringos, com quem algumas até namoravam e ganhavam presentes. *Eles gostavam das morenas...*

Gil sentia-se reconhecida, mas, se fosse hoje, *não se doaria tanto*, principalmente após um acidente que sofreu na volta para casa, depois de quebrar mais um galho para a empresa ao fechar a loja a noite, fora de seu expediente. Precisou de muitos meses de recuperação e, com o ocorrido, decidiu migrar do catolicismo à igreja neopentecostal, por não ter se sido cuidada pelos antigos irmãos. *Hoje pensaria logo nele, o meu filho vem em primeiro lugar.*

Hoje, depois dos bicos que conseguiu em quiosques, Gil não vivencia essas mesmas chateações, que antes se davam num lugar de proposta “confortável”, para que esses clientes pudessem reunir amigos e colegas e estarem rodeados de sofisticação. *Ponta Negra é aquela coisa... é um lugar, como você falou... ‘elitado’*”.

## 4.2 Pelos sorrisos de Josy

Conheço Josy de minhas idas à panificadora perto de casa, em Ponta Negra. Era uma das moças mais gente fina do lugar e, mesmo depois de sua saída, não perdemos o contato, graças às redes sociais. Pensei nela quando imaginei mulheres do campo com abertura para contar sua história e lembrava que hoje era vendedora. Decidi enviar algumas mensagens pelo *chat* e, por telefone, pude explicar melhor minha proposta de pesquisa, em que sua participação seria de grande ajuda. Pela minha flexibilidade de horários e locais para entrevistá-la, acordamos de nos encontrar durante o horário de almoço de seu trabalho atual, num *shopping* na Zona Sul da cidade. Cheguei um pouco cedo e passei pela loja, onde ainda estava trabalhando, há poucos minutos de ser liberada. Explicou um pouco de como funcionavam sua carga horária ali e o funcionamento da equipe, enquanto não havia clientes para se apresentar e se mostrar à disposição, com o mesmo acolhimento de sempre.

Hoje, com quase 40 anos de idade, é vendedora numa loja de sapatos femininos e, embora o cargo nas vendas fosse inicialmente uma feliz oportunidade em sua carreira, alguns anos precisando bater metas lhe renderam ansiedade e desânimo com a atividade. A pressão na linha tênue entre garantir uma “liberdade de escolhas” aos clientes, sem deixar de convencê-los a comprar a levou, assim como a muitas colegas, a buscar ajuda médica e psicológica. Gostaria de estudar pra ser nutricionista mas, sendo mãe de dois e com o esposo na incerta ocupação de ambulante, tem postergado seus planos e permanecido nesta função com medo do desemprego e por um mínimo de estabilidade para a família. Mora com os três e a sogra no bairro do Guarapes.

O primeiro trabalho de Josy também foi com vendas, numa corretora de imóveis, e durou pouco, dadas as incessantes “declarações românticas” de seu chefe. Foi pelo começo dos seus 20 anos que conseguiu seu primeiro emprego, como balconista no próprio bairro onde sempre

viveu. Da igreja e boa moça, era quase certeza ser aprovada na entrevista da panificadora. Dali, conseguiu emprego em outra loja e, para ela, migrava todos os dias de um lado a outro da cidade, da Zona Oeste até Ponta Negra, bairro da Zona Sul. Durante seis anos, das seis da manhã às nove da noite, moradores e turistas seriam atendidos por Josy, sempre aprazível. Até que chegasse para recebê-los, porém, muito de sua energia se despendia um tanto antes e um pouco depois que seu expediente. Como quem não quer reclamar do emprego, Josy diz que adorava a convivência com outras pessoas que o trabalho lhe colocava, mas detestava acordar às 4 da manhã e já ir *amassada*, caindo em cochilos, no meio de tantos outros trabalhadores, nos dois transportes coletivos a cada trajeto. Na volta, a mesma peleja. Ela vinha abrir a panificadora e os demais passageiros vinham limpar e cozinhar nos hotéis, bares e restaurantes da mesma região. Forçada a dividir pouco espaço durante itinerários demorados, Josy já sentia-se cansada antes de vestir seu uniforme.

Da orla, onde ficava a parada de ônibus, até a loja, caminhava pelas ruas do conjunto de classe média. Ao amanhecer, nessa parte do bairro não encontraria quase ninguém transitando, a não ser as mulheres que fizessem o mesmo percurso, em missão parecida com a sua – cuidadoras, empregadas domésticas... As pessoas que precisavam estar de pé a essa hora não residem por ali. *O caminho era esquisito*. Pouco barulho, poucas pessoas, o clima de quietude nessas ruas não trazia paz. Enquanto fazia esse trajeto a pé, sentia medo deste quadro desabitado que se colocava na área antes das 7 da manhã, contando como, se aproveitando da situação, um homem passou a circular na Praça do Disco, à espera dessas trabalhadoras, para se exhibir e se masturbar na frente delas. *Eu sempre achei um bairro bonito, mas tinha medo... e como vinha muito cedo, tive vez que saí sozinha, correndo. Outra vez com uma menina, gritando na rua. Ele apareceu, veio na nossa frente, porque a gente já sabia dessa história, esse carinha que andava de bicicleta nesse horário com as coisas dele de fora*. Pouco tempo depois, desgastada pelas viagens de ônibus e sob o medo de viver uma violência sexual na rua, deu um jeito, com

uma colega de trabalho, para se deslocar de carro e de moto. As duas passaram a usar o dinheiro de seus vales-transportes pra rachar a gasolina.

Nesta época, da equipe da panificadora, todo o conjunto de balconistas era de mulheres. As muitas tarefas do expediente iam se acumulando e se misturando com as filas de clientes. Pesar queijo, receber abastecedores, trocar algum produto, anotar alguma compra na conta. Seus colegas homens estavam todos empregados somente na produção de alimentos ou na função de entregas – nunca na limpeza ou atendimento –, embora lembrasse alegremente que essa sua amiga, com quem ia até o trabalho, costumava *se meter em tudo*: atendia, mas também ia deixar galão de água, assava pão com os meninos... Para as mulheres, ficavam as funções de abastecer, organizar e servir.

Quando chegava um cliente que não falava português, Josy entrava no jogo das mímicas, passando de prateleira em prateleira, até que conseguissem encontrar o que precisava. *Quando sei alguma coisa, gosto de passar, compartilhar com as pessoas!* Sua agilidade e paciência ajudaram a desenhá-la numa imagem carinhosa, mas de muita responsabilidade, se tornando referência para as funcionárias e de confiança pro patrão, de modo que, sozinha, acabava fazendo a mais do que previa o seu posto, como ajustar preços de mercadorias e treinar as novatas. Parecia “balconista-mãe” das meninas no trabalho.

E, em casa, carregava também seus desafios para cuidar da própria família. Na vinda de seu primeiro filho, chorou muito quando a licença-maternidade terminou e não havia com quem deixar seu o bebê. Mesmo que na época não tivesse o apoio de mulheres mais próximas, foram figuras femininas as que estavam na tarefa de cuidar do seu menino. Eram muito jovens, adolescentes de próprio bairro, das quais ela não sentiu cooperação. Josy ganhava pouco e elas ganhavam menos ainda, até que, depois de alguns meses, a sogra – com quem já dividia o mesmo teto – assumiu a tarefa, demandando de Josy relevar algumas intrigas e desafetos que

ambas nutriam, uma pela outra. Hoje, desempregado, é o esposo quem ajuda a cuidar da filha mais nova quando fica em casa.

De olhar contente, Josy diz que gostava de atender, como se fosse também chance de construir amizades no dia a dia. Lidava com algumas exigências chatas dos clientes sobre como servir ao seu gosto, lembrando que a conduta instruída a funcionários é oficialmente a de deixar o cliente falar, sem desassistí-lo ou “explodir” junto com ele. Tão comum em tantas histórias de mulheres, também ouvia cantadas dos clientes que moravam por perto da panificadora: *Vamos sair pra jantar?* Na visão de Josy, esses homens *confundiam* seu acolhimento e seus sorrisos com liberdade pra dar em cima dela. *Assim... pra não ter confusão, me fazia simplesmente de doida, e assim eles ficavam na deles. “Ah, deixe de história!... eu sou casada!”* ... *Que às vezes acontece de cliente distorcer uma situação pra prejudicar funcionário.* Josy me explicava rindo.

*Eu levava tudo na brincadeira!*, com exceção da vez em que uma cliente desceu do carro e começou a falar mal dela para as outras balconistas ouvirem... Josy estava atendendo um homem, que vinha era esposo dessa cliente e, na ocasião, ela interpretou entre os dois uma cena de flerte. Pelo visto, não eram só os homens que percebiam sua simpatia como sensualidade ofertada ou como sexualização. *Eu rebati na hora: “Me respeite. Sou casada! Não conheço você e não sei nem quem é seu marido!”*. De tudo o que relatava, esse caso – e o medo de assaltos, que a fez se impor ao patrão sua recusa de operar o caixa – parecem ter sido os únicos momentos em que não sorria pros problemas. *Eu me saía de boa.* E sorria contando sua história. Fora isso, nada haveria de fazer se não levar *na brincadeira*.

### 4.3 Novata na cidade grande

Decidi fazer contato com Ana pela proximidade e por ter ativo o vínculo de balconista, no intuito de conseguir mais uma aliada no campo. Há muitos anos somos conhecidas. Ana veio de Monteiro, Paraíba, cidade em que visitei muitos parentes. Atualmente, trabalha na antiga conveniência onde fui empregada e conhece amigas minhas que também foram balconistas. Mandeí uma mensagem pela rede social, apresentando o andamento da minha pesquisa e a importância de sua conversa como participante. Sem rodeios, como sempre foi, Ana disse que podia me receber em sua casa, de manhã, algumas horas antes do seu turno começar. Reside numa das principais ruas de Ponta Negra, região que já conhecia e mais fácil de acessar pois é rota de algumas linhas de ônibus.

Há quase um ano morando em Natal, a jovem de dezoito anos me conta que sempre quis morar aqui. *Porque lá eu não via nenhum futuro, como diz minha.* Com a oportunidade de ser apoiada por familiares aqui estabelecidos, veio acompanhada da mãe, e ainda com 17 anos começou a acompanhá-los no trabalho. Tentar sua vida adulta na capital potiguar seria, nos seus planos, ter mais chances de crescimento profissional. Antes disso, já havia trabalhado com a mãe, que era dona de uma pequena lanchonete no interior. Preparava as comidas e sua mãe anotava os pedidos e acertava os pagamentos, porque receber pessoas nunca foi do feitio de Ana...

Aqui, se instalou num pequeno *kitnet*. Ana já conhecia o bairro, pois sua família aproveitava qualquer chance de ver o mar nas férias. Gosta dele e precisou falar como a praia, no entanto, estava em péssimo estado... *Um lixo! Já conheci melhor...* O bairro ainda lhe agrada, por ser mais movimentado, embora que, de modo geral, agora como moradora da cidade, achou as pessoas muito grossas. Não encontrou aqui o costume de responderem “bom dia”, como na sua cidade ainda se faz. Mesmo com o sol quente de meio dia, Ana vai a pé até à conveniência,

localizada em Capim Macio. À noite, quando a rua do trabalho já está inóspita, consegue carona para voltar.

No período em que nos encontramos, ela estava cogitando se mudar para outra rua, mas, já com desânimo, acreditava que não ia poder arcar com algo mais caro – e melhor – do que sua morada atual. Estava descontente, as paredes cheias de mofo e os móveis muito velhos lhe pioravam a rinite, todos pertencentes à proprietária, que nunca foi acolhedora. Como poderia contar somente o seu salário mínimo, achava melhor esperar para ver o que seria de sua escala de trabalho, de estudo e condição financeira no ano vindouro. Permanecendo ali, economizaria também dinheiro não gasto em passagens.

O sonho de se tornar nutricionista se colocou no horizonte de sua rotina. Solteira e sem filhos, Ana tentava se habituar a uma vida solitária, na qual a boa alimentação e os estudos ainda falhavam contra o sono e o cansaço dos dias trabalhados. Para todas as suas atividades de atender, limpar, operar o caixa e abastecer toda a loja, contava apenas com o seu patrão, que não tinha mais condições que remunerar uma equipe maior que uma balconista por turno. No começo, ainda teve ajuda de duas balconistas experientes para pegar o jeito nas tarefas. Notava que elas sofriam com os assédios de alguns clientes enquanto trabalhavam, mas assume que não sentia ou pensava muito sobre aquilo, porque acha que para algumas coisas era preciso passar na pele pra ver como é. A recomendação das colegas era, no geral, *não dar a mínima... até porque não tem muito o que fazer*. Até tinha uma delas que respondia às ofensas prontamente, mas Ana diz que ainda não tinha coragem de fazer igual, por medo de ser alvo de algo em retaliação, com uma violência física.

Apesar do rosto apático e da voz que pouco modulava de tom, Ana começou a expressar seus novos desafios que o cotidiano de trabalho lhe colocou. Atender foi se tornando um ato cada vez mais ambíguo, porque ao passo que se desafiava a entender melhor sobre como conversar e conhecer natalenses, tentando fugir de antigo costume de evitar pessoas, também

se via atingida por muitas discriminações. Ana foi de uma jovem tímida, que morava com mãe e avós, para a uma balconista que residia sozinha, numa capital, e agora precisava esboçar *sorrisinhos*, na tentativa de fazer os fregueses confiarem no esforço que colocava ali, diariamente. Para ela, a história de que “o cliente tem sempre razão” é muito mais um modo de não perder a freguesia, porque perdê-la é perder “descontos” com o patrão, coisas que amenizam as relações de trabalho: *Vai ser uma venda a menos, né? E tudo tem seu preço...*

Irritava o fato de sua palavra não ter voto de confiança. Poderia explicar a mesma coisa que ainda assim a razão estaria sempre com o cliente. Essas situações ocorriam principalmente com mulheres, que poderiam se dirigir de modo muito autoritário à Ana, mas que ficavam “mansas” quando era o seu chefe quem falava. *Teve uma que disse que eu falava demais. Perguntou se eu era novata ali, eu disse que não, e ela falou “é que você fala muito”, tudo isso porque mostrei pra ela o preço de um produto que ela não enxergou e disse que não tinha.* Em outra ocasião, foi chamada de “pretinha” por outra cliente, branca, de aproximadamente 40 anos, que compra regularmente na loja. Ao contar para seu chefe, ele questionou se não havia sido em “tom de brincadeira”: *Expliquei pra ela que o pão era por autosserviço e ela disse “ah, não, coloca o meu pão, pretinha!”.* *Fiquei só calada, mas isso não é brincadeira, não dei nenhuma liberdade pra ela fazer isso comigo.*

Apesar de saber que essas eram situações absurdas, acabou se tornando comum para Ana simplesmente não saber como agir. Com os homens, sua aparência muito jovem, seu sotaque e até marca de biquíni perto do pescoço já viraram pretextos para começar o *enxerimento*, sempre perguntando se ela é novata, embora já esteja ali, diariamente, há sete meses. Poucos dias antes do nosso encontro, ela havia recusado passar seu número de telefone a um cliente, dizendo ser lésbica. Ana é bissexual, mas pensou nessa “desculpa” como estratégia para lidar com as constantes visitas deste freguês, que já vinha lhe perturbando durante um mês inteiro, sempre bêbado. No outro dia, ele voltou à loja e perguntou se era realmente verdade o

que tinha lhe dito. Ana não entende como muitos desses homens, na faixa dos 40 anos, casados e com esposas muito bonitas insistem em cantá-la. Seu patrão até decidiu colar um aviso na loja, comunicando uma lei contra o assédio, para que suas funcionárias mostrassem toda vez que alguma pessoa estivesse passando dos limites e, se necessário fosse, devia chamar a polícia.

Ana, responde, abatida, que o jeito é “paciência”. Encontrou nos colegas de trabalho e nas clientes idosas bons vínculos, que amenizam o cotidiano: *Elas são gentis. Eu achei que não existia pessoas assim, mas... elas são tipo minha vó, engraçadas. Ficam querendo conversar.* Mas, a insensibilidade de alguns clientes tem sido tão grande, que lhe faltam palavras, e deixa as pessoas partirem, calada, pra não experimentar o mínimo de ódio possível. Durante sua experiência, já passou por um assalto à loja, vivendo ao mesmo tempo do medo da violência à insensibilidade de muitos clientes, que não queriam deixar de ser atendidos por sua colega que, depois da abordagem à mão armada, saiu chorando do caixa. Ana teve que assumir a operação do caixa, mesmo com medo, porque não queriam esperar. Na sua perspectiva, essas pessoas pelo visto não se importam, não entendem o lado das outras, e ela tem aprendido o silêncio para se relacionar com esses natalenses.

#### **4.4 Insubmissas respostas de Jó**

Cheguei ao seu contato por intermédio de Ana. Ambas já dividiram expedientes em Capim Macio, embora Jó, com mais anos de trabalho, tivesse trabalhado também em Ponta Negra, de onde não éramos estranhas. Me apresentei como formada em psicologia, que estava estudando o cotidiano de mulheres trabalhadoras. Gostaria de ouvir o que tinha a dizer, pois Jó foi lembrada como essas mulheres rápidas na resposta. Acredito que ser da psicologia, por outro lado, atraiu Jó ao meu encontro, dizendo que às vezes precisava de um momento assim, pra conversar.

Depois de algumas chamadas perdidas, Jó veio em minha direção, se desculpando pelo “sumiço”. Neste dia, tirou o horário de almoço mais tarde que o previsto, pela falta de uma colega. Assim que pode, veio correndo do trabalho até o *shopping* próximo, onde combinamos nosso local de entrevista. Explicou que muitas vezes dava o celular para o filho ficar jogando e, assim, acabava não respondendo instantaneamente as mensagens endereçadas a ela e, por isso, não pôde me avisar do atraso.

Jó não teve outra profissão que não fosse a de balconista. Começou atuando no próprio bairro, o Guarapes, assim que fez dezoito anos; depois, teve experiência nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio. Ainda precisando concluir o ensino médio, Jó revela que gostaria de se especializar na área de confeitaria, para ter mais chance de trabalhar na produção, que lhe interessa muito mais do que a função de atendimento. Essa atividade sempre foi problemática. Certa vez, ainda no seu bairro, uma cliente voltou com um litro de leite quente, ameaçando jogá-lo em Jó porque o produto estava azedo. *Teve um tempo que eu até cheguei a discutir com cliente. Por não aceitar. Porque, tipo assim, a pessoa chegava pra mim e compra 1 litro de leite. O litro de leite eu recebo ele fechado, eu não posso abrir o leite e mostrar pro cliente que o leite tá bom. Cliente chega em casa, ferve o litro de leite, o leite azeda, a cliente vem chegar e querer jogar na minha cara.* Hoje, com 31 anos, ela conta que desde aquela época não admitia carregar a culpa ou ser insultada por coisas que estavam na responsabilidade de outros.

Com o passar dos anos – e a mudança de trabalho pra outra parte da cidade –, começou a se incomodar muito mais com as “investidas” que recebia dos homens durante o expediente. Se antes era *muito menina*, agora *já tinha corpo*, o que mudava as perturbações que sofria da clientela, lhe trazendo desmotivação – até hoje – em trabalhar todos os dias sob o olhar de quem está prestes a comentar a beleza das suas pernas, ainda mais quando a farda da empresa inclui usar uma calça *legging*... No seu entendimento, ao mesmo tempo em que a simpatia das balconistas “segura” o freguês, a margem pros assédios a cada uma delas aumenta. *Sei lá, na*

*minha mente deve ser machismo, sabe? Eu tô no balcão, tenho que servir, a pessoa tem o direito de olhar pra mim dos pés à cabeça? E me cantar? Não tem.*

A sua conhecida postura em devolver tudo o que ouvia lhe custou muitas reclamações aos superiores, o que acabou colaborando com uma de suas demissões. Por mais que “elogios” e resignação sempre tivessem feito parte daquilo que uma mulher parece aguentar de todo o mundo, o protocolo de nunca retrucar não fazia sentido para as vivências de Jó, que chegou até a ser perseguida por um cliente: uma vez, quando precisou correr de mãos que tentavam apalpá-la entre os corredores e, depois de um tempo, enquanto saía do trabalho, na rua da panificadora, onde ele decidiu “esperar” seu horário terminar. Assíduo, Jó tinha que encará-lo todos os dias, e o máximo em que pôde ser “poupada” pela gestão após reclamar da situação foi ser substituída por um colega nos momentos em que o assediador chegava para ser atendido.

Apesar de sempre ter sido contundente em sua própria defesa, com um desfecho desses, da indignação, passou ao medo sobre como reagir a humilhações do tipo. Também nunca conseguiu discutir com os superiores o seu desejo de mudar de cargo, porque o “mata-mata” do mundo do trabalho lhe mostrou também os riscos sobre cada coisa que se fala. Nos jogos de interesses das empresas, às vezes é melhor ficar com o que se tem. *Aqui é assim: se você conversa com o patrão, é porque você é babão... se tá lá dentro conversando muito, é como se tivesse entregando alguém...* Com esses “causos”, foi “aprendendo” um pouco a guardar parte das respostas que manifestavam toda sua revelia.

Depois de mais madura e um pouco mais contida – mas nunca submissa –, num desses dias Jó recomendou a uma cliente que fosse a um bar, pois ali, na conveniência, ela não tinha que ficar – no meio do malabarismo entre limpar, passar compras e atender – tendo que lhe repor latinhas de cerveja como se estivessem num rodízio. *Até pedir pra eu tirar uma foto com o cachorro dela, ela pediu! E eu disse “se levante e tire uma selfie!”*.

A clientela de Capim Macio era a mais difícil de lidar na categoria dos “pedidos sem noção”. Ali, entre grandes prédios, onde as ruas são para carros e nos comércios se vendem produtos muito mais caros, os “nativos” reproduziam uma impaciência que ela não compreendia. Coisas como o sistema lento da nota fiscal ou a ordem de atendimento preferencial, muito maiores que o poder de decisão de Jó na empresa, acabavam sobrando pra ela nos horários de pico. *Consegue esperar dez, vinte minutos numa fila de banco e aqui na padaria não espera dois minutos? Chegam a xingar e eu não sou obrigada a ouvir xingamento... Por isso que eu respondo! Se me tratar bem, eu vou lhe tratar bem; se você vier com sete pedras, eu vou jogar oito.* Ela preferia receber os clientes de Ponta Negra, *onde é tratada como gente* e onde havia menos relações de favoritismos entre os moradores e as balconistas.

Por um tempo, teve a experiência de trabalhar enquanto morava na região, ainda que na parte periférica do bairro, a Vila. Lembrou com satisfação de como desfrutava da tranquilidade do lugar e como, no mercado onde foi empregada, encontrou suporte nas relações cotidianas. *Valia a pena acordar pra trabalhar, tanto pela equipe quanto os coordenadores. Faltei não sei quantos dias por causa da minha gestação, passei cinco meses afastada pela perícia e, quando voltei, pedi minha demissão e eles me deram minhas contas como se tivessem me demitido. Só saí de lá por causa do meu filho.*

Durante a gestação, Jó estava empregada e sofria de dores fortes. Depois da licença maternidade, não tinha com quem contar para cuidar do bebê. Com a causa do problema – um grande cisto – foram removidos também ovários e trompas e, pra piorar, depois dos 4 meses de vida seu menininho ficou doente, o que a fez se mudar de volta pra Zona Oeste, para ter apoio da família, especialmente de sua mãe, com quem divide os cuidados da criança até hoje, nos horários em que ele não está na escola.

Fora da empresa, por transitar às pressas pela cidade, Jó conta que lhe atingem bem menos os olhares e dizeres sobre o seu corpo, até porque já anda de *cara fechada* – uma pessoa muito diferente do que precisa mostrar no trabalho. Para chegar à loja, aproveita caronas de carro com o marido, que tenta a vida como *uber*. *Eu não ando muito... se eu tô andando na rua, tipo, eu passo por você, eu lhe conheço, mas eu não vejo você, porque eu tô focada no que eu tenho que fazer. Então eu esqueço de tudo.* Escolhe as roupas e vai com pressa em função de não ter que ouvir o que não quer – e responder – na rua. Por isso, diz que nos seus tempos de “folga” – depois de lavar a roupa e de menino pra cuidar –, sempre gostou de ficar em casa, *na minha...* e por isso se acha “estranha”. Mas estranho é esse mundo que, não a respeitando como mulher, tornou menos desejável sua vontade de circular e encontrar outros.

## **5. Análises dos dados**

A partir das narrativas das quatro mulheres é possível discutir de que modos as mulheres racializadas e pobres experimentam o sofrimento ético-político, considerando as diversas problematizações sobre direito à cidade, interseccionalidade, afetações e modos de enfrentamento que costumam seu cotidiano. A seguir, serão desenvolvidas discussões em torno dos cinco eixos de análises elencados como transversais às narrativas. Essas categorias temáticas não se esgotam individualmente, sendo comum que um mesmo elemento também embase outras reflexões.

### **5.1 Questões relacionadas ao trabalho**

As narrativas e dados sociodemográficos das quatro participantes revelam que a inserção no tipo de função como balconista se deu durante a juventude, sem a exigência de formação específica. Pelos relatos, as equipes dos estabelecimentos desse ramo são compostas majoritariamente por mulheres, que costumam limpar, atender, servir, operar o caixa e organizar produtos. Além disso, algumas histórias trouxeram a existência do desvio de função, bem como de relações competitivas entre colegas, elementos atribuídos ao avanço do capitalismo, que exige cada vez mais a individualização de perspectivas de vida, um descolamento das identidades profissionais e a flexibilidade para entregar mais resultados, com poucas seguranças (Antunes, 2018).

O crescimento do desemprego, as dificuldades materiais para acessar um curso superior e as impossibilidades para conciliar trabalho, casa e estudo se colocam como nebulosos os desejos de ascensão profissional das meninas, uma vez que a negociação de horários nem sempre é possível e a prioridade acaba sendo se manter para atender necessidade imediatas.

A atividade do atendimento trouxe suas ambivalências: ao passo que parte das entrevistadas não manifestou prazer na tarefa, outras contaram do gosto pela rotina, que lhes permitia fazer amizades e conhecer pessoas novas. Destaca-se o trabalho emocional implícito à prática real da função, uma vez que as demandas dos clientes devem ser preferencialmente acolhidas com simpatia e temperança em casos de ofensas, observando-se o peso dos estereótipos de gênero na caracterização profissional de cargos em que há a expectativa de resignação para atuar (Abreu, Hirata & Rosa, 2016).

O cansaço pela variedade de tarefas, as demandas em horário de pico e o assédio foram narrados como elementos do cotidiano por todas as mulheres. O campo de trabalho pode ser discutido pelo tema da precarização, não somente pelo público sem mão de obra qualificada de mulheres, que serão mal remuneradas, como também pelas dificuldades impostas às realizações de atividades em grandes estabelecimentos com equipe reduzida. Pensando as questões do gênero, que também serão discutidas nos eixos seguintes, a objetificação das funcionárias – que compõe muitas vezes um elemento atrativo à cadeia do lucro – parece operar no cotidiano e nas demandas de que alguns clientes se sentem no direito de ser satisfeitos, relacionando-se à convivência com o assédio sexual, que também é fator de precarização (Diniz, 2014).

Na questão do assédio vista nas narrativas e melhor discutidas a seguir, vale comentar a importância de caracterizar essas situações a partir das relações racistas, machistas e classistas que estruturam diversos posicionamentos no mercado de trabalho e na circulação urbana, no sentido de que esta categoria deixe de ser empregada como asséptica, em que não se esmiúça como e por que alguns sujeitos assediam outros, para além de justificativas individualizantes acerca de poderes exercidos entre um mais forte e um mais fraco ou que se dá, no trabalho, especificamente no objetivo de forçar produtividade dos funcionários (Andrade & Assis, 2018).

Além disso, a exigência pela satisfação imediata não é só dos clientes homens, mas de muitas mulheres que parecem reproduzir a lógica do trabalho servil, embora que fora do

ambiente doméstico. Trata-se de uma mentalidade das elites, patrimonial, que inferioriza o trabalho não qualificado, exercendo sobre aqueles/as que o exercem supostos direitos de mando. Sueli Carneiro observa essa relação como continuidade da subjetivação que constitui a família “tradicional” brasileira na relação com seu “apêndice indispensável”, a empregada, da qual se espera “passividade, lealdade e gratidão” (Carneiro, 2015, p. 9). A respeito deste imperativo, Gonçalves Filho acrescenta a tensão cotidiana colocada para a classe trabalhadora pobre: “O operário é marcado pela contínua necessidade de não desagradar. Deve responder às palavras brutais sem sinais de mau humor, até mesmo com deferência quando se trata do patrão – um superior nunca está errado.” (1998, p. 49).

Mesmo que esses sejam elementos estruturais, que escapam ao controle de gestores, entende-se, pelas histórias, que a cultura mantida nestes tipos de comércio é o acolhimento total aos fregueses, de modo que se sintam isentos de se relacionar com qualquer conduta respeitosa, pois estão na condição de pagantes. Este tipo de desfecho naturaliza a falácia de que a troca de bens (atendimento x dinheiro) “cobre” qualquer vontade do cliente – uma posição facilmente mal interpretada com o que se entende, no senso comum, por sujeito de direitos na sociedade que mercantiliza tudo (Casalino, 2019).

Uma exceção se observa na narrativa de Ana, quando comenta da iniciativa organizacional que o gerente tem na afixação da lei para resguardar o atendimento das balconistas de situações abusivas. Não é possível avaliar que o movimento se deu exclusivamente em função do bem-estar das funcionárias, mas é importante lembrar que, sendo um comércio de família, a atitude institucional possa vir na direção de uma preservação de costume e valores usualmente cultivados no espaço privado, como formas de controle.

A maioria das participantes auferem os principais rendimentos do seu próprio trabalho para renda familiar e, ainda assim, informam a sobrecarga de tarefas, com as obrigações fora de casa e também dentro dela, principalmente as de cuidado com a família, com os filhos, com

a casa. A feminização global tem progredido, constituindo parte do novo precariado, em que se mostraram insuficientes as reivindicações por igualdade salarial, enquanto as oportunidades de ascensão se deram de modo reduzido, àquelas já mais posicionadas ao trabalho intelectual (Standing, 2013). No caso das narrativas, observa-se que até no acesso ao mercado de trabalho não especializado, as mulheres com filhos necessitam que outra mulher (da família ou contratada) assuma o cuidado das crianças. Ou seja, a independência financeira de uma mãe está diretamente relacionada à dependência do trabalho doméstico ou cuidador de outra mulher. É interessante ressaltar que a conquista de espaços de trabalho, portanto, nem sempre foi novidade para parcela das mulheres, que já trabalhavam muito sem reconhecimento, além do fato de que essa abertura se restringe aos cargos com maior rotatividade e menor remuneração.

## 5.2 Questões de poder, gênero, raça e classe

As situações discutidas neste eixo se referem, principalmente, às configurações de casos de assédio moral e sexual entre clientes e funcionárias. Não somente os conteúdos racistas, machistas e classistas foram frequentes como também leva-se em consideração as identidade dos sujeitos envolvidos nessas cenas, em que uma aparente “brincadeira” ou “elogio” configuravam tentativas de subalternização, já que as cores, vozes, sotaques, cabelos e fardas não são nem neutros, nem a-históricos.

As principais situações ocorriam ora pela herança de uma virilidade masculina patriarcal na qual o prazer da mulher não tem relevância, ora pelo estabelecimento de uma *Outridade*, conceito proposto por Grada Kilomba (2019) no estudo das relações entre sujeitos negros e sujeitos brancos, em que uma alteridade não se sustenta e, seguindo a crítica dos autores decoloniais, supõe-se operante a constituição “outra” de “outra”, fazendo visíveis as distâncias entre pessoas de raças diferentes e, neste estudo, entre mulheres diferentes, que se utilizam de preconceitos de classe e formas autoritárias para dar cabo ao recalçamento das próprias virtudes

ruins, projetadas no *outro*. Em ambos os casos, trata-se de tentativas de posse, adereçada pelos sistemas de subordinação gênero, raça e classe e dissimuladas pelas relações de trabalho em que as balconistas, em algum momento, têm no seu trabalho prescrito a sujeição ilimitada, embora encontrem suas formas de desassujeitamentos.

As dificuldades de relacionamento com os clientes homens no cotidiano eram os repetidos *alisados*, convites insistentes, perseguições e assédios físicos, quase sempre de fregueses assíduos e moradores do entorno. Pela narrativa da participante mais retinta, Gil, a raça toma dimensões maiores, tanto no que diz respeito aos assédios – que sempre chamam de “morena” – como nos modos em que se davam flertes e envolvimento entre turistas gringos e funcionárias que eram suas colegas.

A mulher negra, nesta problematização, será alvo de duas principais representações: a hiperssexualizada e a enraivecida. A sexualização da mulher negra em contexto natalense reúne um itinerário imaginativo das disposições dos corpos “mulatos” como principais alvos de prazer sexual, tendo em vista as numerosas narrativas voltadas ao exterior do Brasil, cujo combo de atrações eram nossas praias, sambas e mulheres (Araújo et. al., 2016).

O segundo processo é a construção da imagem de “mulher negra barraqueira”, seja após rebatimento de alguma pergunta, seja por uma recusa incisiva a alguma investida sofrida no expediente. Como uma das formas de punição diante do exercício de poder da balconista em defesa própria, é comum que alguns clientes acusem-nas, à gerencia, de ofertar um péssimo atendimento, ou ainda de simplesmente adjetivá-las “brabas”, como foi com Gil.

Nesta discussão, Shirley Tate desenvolve a crítica sobre essa face acoplada às identidades de mulheres negras que, ao notarem e manifestarem sua contrariedade aos modos em que estão sendo prejudicadas numa situação, passam a ser vistas como desequilibradas ou “imparciais demais”, porque é o estatuto de neutralidade e sanidade, atribuído ao sujeito padrão,

que deve ser mantido invicto de qualquer cobrança por reparação ou autocrítica. Assim, redefine a “raiva” sentida pela mulher negra como “dor psicológica institucional, pode ser também produtiva e agenciadora, quando percebemos que ela está enraizada em respostas às injustiças racistas” (Tate, 2018, p.184).

Por outro lado, as participantes da pesquisa explicam que não podem “abusar” na frequência de respostas e manifestações aos clientes, por mais equivocados que se mostrem, pois a possibilidade de retaliação é presente e reforça as expectativas de passividade e subserviência das trabalhadoras, como expressão de um não direito implícito de nomear seus problemas (Pereira, 2015).

Há, ainda, outros modos de exercício do poder entre as trabalhadoras que se colocam para os avanços do coletivo de funcionários. O caso de Gil novamente retoma esse exercício, tanto pelas melhorias que conseguiu aprovar, durante sua coordenação, que facilitavam a vida de seus colegas balconistas como também a defesa do amigo gay que passava pelo constrangimento homofóbico. Ambas situações poderiam permanecer inertes, caso tomassem as posições hierárquicas (a dona do estabelecimento e os clientes) como absolutas e confundidas com o próprio poder, sendo esperados os desfechos abusivos. Entretanto, a coragem e a solidariedade revelaram que o poder, como escreve Foucault (1979), não é concedido a nenhum sujeito, e sim exercido sobre as ações do outro, podendo servir à liberdade ou ao assujeitamento, pois se comporta como feixe de relações. Pela sua história, este parece um entendimento familiar às posturas de Gil ao negociar com o mundo.

### **5.3 Os usos e percepções sobre a circulação e convivência nos/entre bairros**

Tanto para Ana, que veio de outro estado, como para as demais balconistas, migrar em função do emprego se deu por necessidade econômica e de realização profissional. Para

trabalhar na Zona Sul, precisam, a maioria delas, mobilizar redes e recursos para continuar “dando conta” das múltiplas tarefas domésticas e de criação de filhos, que são principalmente, as creches e mulheres da família.

Neste processo de deslocamento, assim como no cotidiano de trabalho, fica evidente a oposição de duas formas de viver a cidade segundo Marcondes (2017). Trata-se da dificuldade que as mulheres têm de, no atual modelo urbano, se relacionarem por meio de uma convivência, e não uma circulação, nos espaços, pois, apesar de estarem atuantes em praticamente todas as atividades, são comumente retidas a um “não-lugar”, que as desumaniza. Do mesmo modo, observa-se obstáculos no direito à cidade quando o caso do balconista gay suscita a discriminação sexual como fator de adoecimento, de omissão da identidade pessoal por mais possibilidades de se empregar, além do subsequente isolamento social diante do medo e ocorrências de agressões que acometem a comunidade LGBT (Frota, 2017).

Um dado do efeito dessas migrações cotidianas e a maior ou menor possibilidade de conviver e circular é o fato de três participantes acharem a Zona Sul perigosa, sendo que são residentes de regiões entre as mais violentas<sup>19</sup> e estigmatizadas pelo grau de periculosidade avaliado por confrontos com a polícia, atividade de tráfico e homicídios (Observatório da Violência do Rio Grande do Norte – OBVIO, 2018). Certamente, há modos distintos em que as ameaças se comportam para cada população desses bairros, mas é importante ressaltar que a Zona Sul, para essas mulheres, que não são vistas, nem cumprimentadas, não representa ambiente seguro.

Todas as participantes apelam para os meios de locomoção privados, pela urgência da segurança, pelo cansaço e pela economia do tempo. Até mesmo Ana, que mora próximo de onde trabalha, não arrisca voltar para casa a pé, pois o bairro de Capim Macio, que já se

---

<sup>19</sup> Os bairros de Mãe-Luiza e Guarapes.

apresenta vazio durante o dia, fica mais esquisito e perigoso à noite, revelando-se um território preferível aos que tem carro e moram em apartamentos. Por outro lado, Ponta Negra, que é mais movimentada, também foi território de risco para Josy, dessa vez pelo horário matutino, um itinerário que ela se via sem escolha a não ser trilhar a pé pelas ruas desertas, para garantir a permanência no emprego. Neste caso, não ser vista é, de certo modo, estar exposta a violências que não serão notadas, como acontecia com o sujeito que a perseguiu na bicicleta.

Além disso, a presença de uma forte atividade de prostituição nos dois bairros (Silva, 2019a), da qual participam tanto homens estrangeiros como locais, são levantados como influencias da “má fama” na região, o que contribuiria para a incidência de assédios durante o expediente e a escolha de condutas pessoais para evitar confusão com uma mulher exposta, “oferecida” (Silva, 2019b). Lamentavelmente, isso revela as possibilidades cada vez mais individuais e monetizadas que se colocam para que os sujeitos, especialmente as minorias, tenham como acessar minimamente a cidade, pagando por segurança, respeito e/ou acessibilidade. Por outro lado, o que resta é não viver a cidade, ou vivê-la no seu mínimo possível, como é o caso de Jó, que prefere nem sair à rua e acaba escolhendo antecipar-se em sua indumentária de modo a não ser incomodada por assédios em via pública. O efeito máximo disso é o abandono dos espaços públicos, quando os corpos – geralmente os mais importunados – se cansam se representar uma política de ocupação ao mesmo tempo que são alvos de violências.

Nas narrativas, Ponta Negra e Capim Macio são locais de trabalho e de lazer. Todas mencionam a beleza e/ou os prazeres característicos de Ponta Negra, enquanto que o bairro de Capim Macio é referenciado como mais esquisito ou menos amigável, considerando que as interações com os clientes lá parecem mais problemáticas e que a ordenação das ruas e edificações esvazia as calçadas do bairro. Ana traz uma observação curiosa sobre as senhoras serem o recorte, dentro da freguesia, que fazem exceção ao modos em que é destrutada enquanto

atende e que podem remeter a uma diferença na sociabilidade por faixa etária, sendo, neste caso, as pessoas mais velhas aquelas que puderam conhecer a cidade em outra situação, em que cumprimentos, escutas e conversas são indisciplinas às últimas dinâmicas despersonalizadas que o mercado impõe no urbano (Gonçalves Filho, 1998).

A respeito da postura que muitos moradores da Zona Sul têm ao frequentarem os estabelecimentos nas narrativas, destaco as colocações de Certeau (1996), no que diz respeito a uma projeção de expectativas e modos de relacionamentos pessoais e privados sobre o espaço. No bairro, a relação entre “prática” e identidade confere um lugar ao sujeito nas relações sociais escritas no ambiente, sobre o qual os comportamentos seguem uma certa prescrição. Essa relação de convivência confere reconhecimentos e recompensas àqueles que fazem parte do bairro.

Se considerada a classe social e a disseminação hegemônica de uma perspectiva patriarcal e classista nos modos de ocupação que perpassam a construção das atitudes de muitos desses clientes, muito se compreende acerca da expectativa que têm de, diariamente, saírem, consumirem e, de acordo com as normas que fazem daquele mais um espaço sob seu domínio, objetificar as trabalhadoras que encontram ali, sem que se manifestem contrárias ou que eles sejam responsabilizados pela comunidade a uma outra atitude. Estão perto de sua casa, estão em *seu* bairro... por que não, em seu espaço?! Quando Gil supõe que um espaço de trabalho com assédios é principalmente um espaço voltado ao conforto e sofisticação de outras pessoas, parece evidente que o preço da conveniência da classe média é pago pelas trabalhadoras.

Sobre isso, Ávila (2016) acrescenta que a expectativa de uma servilidade é cultivada no país desde a formação colonial, isso porque uma perspectiva de domínio branco, burguês e patriarcal configura as performances masculinas reproduzidas pela classe média nos espaços. A intolerância observada nas narrativas advém dos efeitos de uma forte crise política e econômica, que prefere recair no discurso de ódio aos pobres e minorias sociais para não encarar

o enfraquecimento de uma autoestima amedrontada pelo desemprego e frustrações financeiras das famílias pequeno-burguesas da região, e acaba produzindo elementos de dominação para as experiências de trabalho das participantes (Souza, 2018).

#### **5.4 Como se expressam os afetos que configuram o sofrimento ético-político**

Diante das situações injuriantes que narraram, as participantes experimentaram raiva, vontade de ir embora, tristeza, medo, falta de reconhecimento, revolta, apatia, indiferença, indignação. Esses são sentimentos e emoções que lhe ocorrem não somente quando sofrem individualmente algum tipo de mau encontro, daquele “que se serve das paixões tristes, da tristeza mesma para firmar seu poder ou se separar do que pode” (Fuganti, s/d), mas também quando testemunhavam a humilhação ou dificuldade de algum de seus colegas ou até mesmo clientes.

Além disso, é importante ressaltar que as afetações não se cessam após os momentos em que respondem a alguma crise, mas podem se combinar e terem efeitos de memória ou ainda ligados a uma ideia de futuro, o que não é difícil de elocubrar, uma vez que, como trabalhadoras, o que não falta é a oferta de estímulos estressantes. A preocupação com os filhos e as contas de casa, por exemplo, e a flexibilização no mundo do trabalho que atinge os esposos de algumas participantes já montam cenário sensível ao bem-estar e afetos no cotidiano dessas mulheres. O choro de Josy quando se preocupou com quem deixar seu primeiro bebê após o término da licença e o medo de Jó ao continuar convivendo com as visitas do cliente que a perseguiu, por exemplo, podem contribuir para que sintam uma afetação por tempo estendido ou em mais de uma ocasião (Sawaia & Magiolino, 2016).

Situações de racismo explícito, a necessidade de sujeição esporádica às regras institucionais, violências de gênero graves e traumas da violência urbana foram cenas narradas que, seja pela violação em si, seja pela impossibilidade de pedir ajuda, no acolhimento de uma

dor, remetem à construção de uma subalternidade nas relações. Estão sujeitas à hipersexualização dos seus corpos, como se observa nos relatos de Gil e Ana (autodeclaradas negras e as mais retintas entre as entrevistadas) principalmente, em que feminino e cor contextualizavam suas relações dentro do imaginário quente “que oferecia aos seus senhores uma quebra da frigidez dedicada à mulher “branca”” (Silva, 2019b, p. 324). Mikelly Gomes da Silva, em estudo sobre as relações eróticas e afetivas entre nativos e turistas na praia de Pipa (litoral sul do estado), e apoiada na obra de Laura Moutinho, ressalta o caráter das relações “heterocrômicas”, nas quais “a miscigenação, sensualidade e o sexo “inter-racial” são compreendidos como quesitos que marcam a especificidade brasileira”. Como objeto influenciado pelos mitos do erotismo e da mestiçagem, a sexualidade das balconistas, em ambiente tropical como o deste estudo, estaria envolvido na produção de subalternizações, pois para além de predileções estéticas, ainda é central o desejo masculino, que se aventuram ou que assediam em respostas aos impulsos sexuais que lhes seriam “naturais”.

As balconistas não teriam direito, assim, enquanto “devir minoritário no interior da economia discursiva dominante” (Pereira, 2015, p.50), a reclamar qualquer que seja a opinião, necessidade ou afeto naquele contexto. Grada Kilomba observa como o desejo de silenciamento urge nos projetos e subjetividades dominantes, mas alerta que não são passivos os corpos negros que vivem uma experiência de não pertencimento. Na narrativa de Ana, há um momento em que uma cliente lhe diz que ela “fala demais”, como que em advertência por se colocar numa situação em que, aparentemente, deveria apenas escutar. Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir” (Kilomba, 2019, p.41).

A indignação, na perspectiva de Espinosa, é afetação que nasce da tristeza do outro. Na narrativa de Ana, embora afirme que não compreendia muito bem o perrengue de suas colegas quando eram assediadas, em um dado momento conta as dificuldades que uma delas teve após um assalto à loja. A compreensão da história de sua colega, possibilitava pelo cotidiano,

produziu no momento de grande intolerância dos clientes um acolhimento e a reprodução de práticas cooperativas no espaço. As mudanças, segundo Lordon (2015), não partem de uma grande ruptura, mas das afecções que vão ocorrendo no cotidiano. Entretanto, na tentativa de uma emancipação, é necessário que os sujeitos conheçam as causas de seus afetos, produzindo uma reflexão sobre eles que vá além do aparente, senão, para Espinosa, podem agir em direção à própria servidão.

Compartilhar da dor é o reconhecimento de que aquilo de que sofre o outro deve ser a causa de todos (Sawaia, 1999; Butler, 2018), e não de uma manifestação intransponível por alguma concepção individualista de sujeito e cura. A capacidade de se afetar está ligada a capacidade de afetar os outros, como se percebe nas senhoras que sempre querem puxar assunto com Ana, que conta animada das lembranças que essa afetação lhe traz de sua avó, produzindo alegria. Nas narrativas, é possível perceber uma unidade de respostas mais ou menos constante para cada participante, a partir dos modos como lhe é possível responder às dificuldades do trabalho agora e como têm se afetado:

Alguns, por resignação ou por persistência, suportam afecções entristecedoras que chacoalhariam outros bem antes, em direção à fuga ou à rebelião. Existem, no entanto, afecções que submetem muita gente a seus limites, e transformam, então, uma divergência individual em movimento coletivo. (Lordon, 2015, p.80).

Assim, podem ser considerados também modos de afetação tristes quando o cansaço, insatisfação e a falta de palavras e outras reações com o cotidiano, que não promete melhorar, exige que “ignorem” os insultos ou relevem as manias dos clientes, um modo de afetação que se contagia, sobretudo porque essa “dicas” paliativas são compartilhadas entre funcionárias mais experientes e novatas.

## 5.5 Os modos de enfrentamento

São diversos os modos de enfrentamento narrados pelas mulheres e ocorrem em vários níveis. Foram observados as resistências mais particulares e os processos coletivos de ajuda mútua. A partir da vivência cotidiana, as equipes ajudavam-se na lida com as tarefas e também na substituição para atendimento de clientes específicos/as, que por algum motivo, tratavam mal mais a uns funcionários do que outros. Além disso, a cooperação dentro dos círculos familiares e de amigos se mostraram de grande suporte na lida cotidiana, o que acaba sendo também efeito de modos de vida com menos encontros solidários, por como o espaço público tem transformado necessidades e aquisições cada vez mais em moeda (Gonçalves Filho, 1998).

De modos mais específicos, a narrativa de Gil é muito marcada pela objetividade e pelo apego ao profissionalismo, munindo-se com aquilo que é seu trabalho prescrito para poder dar continuidade às tarefas caso algum cliente tentasse algo desagradável. Josy frequentemente sorri quando conta sua história, alegando muitas vezes sentir indiferença diante das cantadas que recebia na época. Resignação talvez fosse a marca da sua narrativa. Ana, ainda aprendendo a lidar com essas relações profissionais, tem se utilizado do silêncio para deixar passar situações sem maior desgaste. Jó é aquela conhecida pela reatividade instantânea.

Além disso, pode-se destacar as próprias afetações alegres como modo de transformação (Sawaia & Magiolino, 2016) e de resistir diante de rotinas tão duras. A história de Gil traz como seus agenciamentos afetavam a si e à coletividade, uma vez que, ocupando a gerência, “fabricou novas regras” (Ibrahim & Vilhena, 2014), efetuando mudanças na estruturação do trabalho e, sempre que podia, intervinha para que humilhações e cantadas não pudessem continuar. Sentindo-se reconhecida, Gil extraía forças para continuar trabalhando e orgulhava-se das medidas implementadas que ajudaram seus colegas.

As balconistas também revelam a necessidade de outras práticas no exercício do enfrentamento, mais especificamente de uma autodisciplina para se manter empregada, o que pode implicar numa afetação sem o “devido destino”, em que um cliente poderá ser muito grosso e nem sempre elas poderão rebater essa forma de tratamento. O silêncio aparece assim, como um controle do corpo, como estudou Volpato (2000) dentre os modos de resistências de trabalhadores do sistema bancário, ora como submissão, ora como resistência. É importante lembrar que os elementos de enfrentamento – silêncio, insubmissão, seriedade, paciência, cooperação, cordialidade – não necessariamente têm o mesmo sentido em todas as situações. Por exemplo, Ana e Josy, narram situações em que levam muitos gritos de clientes e cada uma compreende o recolhimento de um modo: Josy dá espaço para que o freguês não se sinta incomodado e Ana tem se utilizado dele com ironia (expressa no seu rosto) para se livrar da briga o quanto antes.

Havia momentos, entretanto, em que as participantes recorriam a argumentações problemáticas afim de buscar uma proteção ou privacidade mais rapidamente. É o caso de Josy, Gil e Jó que, ao serem importunadas por homens, alegavam imediatamente que eram casadas. Ana, por outro lado, respondeu para um cliente que é lésbica. Não se trata de julgar o uso dessas frases para efeito de preservação, afinal ainda funcionam e o sistema ainda pode ser muito violento com as mulheres que se recusam. A própria Jó, em alguns momentos, reconhece a força da mentalidade masculina para explicar situações que impactam na sua vida. Mas, em geral, diante dos assédios sexuais, trataram-se de estratégias, no que elabora Certeau (1996), no sentido de serem criados escapes que não “mudam” as regras do jogo.

Com as contribuições sobre sexualidade dos estudos foucaultianos, esses são movimentos que revelam uma não emancipação dessas mulheres, pois precisam recorrer à regulação de sistemas que reforçam o machismo, afinal o desejo delas não está sendo

explicitado, e sim algum impeditivo à satisfação do homem que se coloca, ora regulador, que é o domínio de outro homem através da instituição do família, ora estranho, através da contrariedade que é o modelo lésbico de sexualidade em oposição ao padrão heterossexual como “normalidade” do Ocidente (Perrot, 2005).

Estes cinco eixos de análises foram elaborados a partir de questões que atravessavam as entrevistas e compunham as narrativas e caracterização das participantes. Nota-se que a discussão de subalternidade perpassa uma diversidade de situações para além do trabalho formal, ao mesmo tempo em que as questões da empregabilidade feminina e as desigualdades de gênero, raça e classe, juntas, moldam modos de ocupar espaços diferentes da cidade. As identidades e tarefas impostas a esses lugares simbólicos, no entanto, são frequentemente questionadas, negadas e contrariadas pelas respostas possíveis que as articulações pessoais e grupais permitem às mulheres que contaram suas histórias.

Apesar do horizonte embasado de uma histórica superexploração e pincelado pela conjuntura reacionária que compete com os lampejos de emancipação em disputa nos últimos anos no Brasil – observados, por exemplo, nas próprias falas que identificam explicitamente o machismo e o racismo como atitudes erradas a não serem aceitas pelas mulheres –, as balconistas respondem que não só *podem*, como *devem falar*. Evidentemente, falar implica não só responder ao freguês abusado ou conseguir, raramente, exigir melhores condições de trabalho na relação diária com patrões, com outros cidadãos, com familiares... antes de tudo, é narrar.

E narraram. Trouxeram suas marcas, preferências, famílias, sonhos e limitações, de modo singular, mas também narraram um “comum”. Narraram, sobretudo, uma Natal e um modo de pensar a cidade que vislumbra o mais organicamente possível como tantos eixos e estruturas e saídas se entrelaçam dia após dia na dimensão de sujeitos silenciados, como as

mulheres, que experimentam com tantos detalhes o fruto da intolerância e da desigualdade que são essência dos projetos de ruas e vidas. Elas são também a chave para evidenciar, com suas contribuições, caminhos de superação críticos, nos quais a tristeza não é mera insatisfação particular, mas bússola do que exprime, de modo complexo e às vezes invisível, em cada uma, a necessidade de desconstruir as injustiças em suas amarrações mais basilares e produzir, pela alegria – que é sempre para todos –, outros lugares.

## 6. Considerações finais

O processo de escrita desta pesquisa foi ineditamente um processo de conhecimento, muito mais artesanal do que um dia eu já tive a oportunidade de tentar. Me espalhei – até demais –, duvidei e, mais importante, não me furtei de nenhuma experiência da vida com a fantasia de que não me ajudaria a compreender esse processo de construção. A militância, as análises de implicação, a reescrita, os cortes, as visitas às mulheres da minha família.

É preciso mais do que crítica, mais do que uma constatação de que fomos exploradas e humilhadas para afetação transformar a realidade, ou, não só de “boas ideias” que consegue se superar as tristezas de uma experiência dramática: é necessário outra que a supere em intensidade e valor, contagiando um sujeito, para contagiar outros (Clot, 2015). A dissertação fez desse processo. Poder falar, poder ser ouvida, poder ouvir. Viajar para engajar discussões sobre a realidade política do país, produzir para construir uma Psicologia crítica, militar na construção de um feminismo e de um movimento negro no RN. Pode contribuir para o cuidado e para formação de outras pessoas: foram muito processos juntos, diversos e continuados, e credito a todos que agradei no início do trabalho a minha possibilidade de mover cuidado diante de tantas feridas.

Os elementos de uma territorialização colonial e escravagista e as perspectivas burguesa, racista e patriarcal impostas pelos europeus e atenuadas no imperialismo capitalista que hoje vivemos nos ajudam a compreender as dificuldades hodiernas enfrentadas pelas mulheres, a invisibilidade desses processos enquanto problemáticos nos discursos hegemônicos e as histórias oficiais e como esses valores e ideologias nos formam como cidadãos, em certa tendência “naturalizando” a violência (Santos, 2019). A precariedade laboral, as múltiplas

jornadas de trabalho, o medo de violências e as dificuldades na mobilidade urbana atentam para a permanência de retrocessos quanto aos direitos das mulheres.

Observei a manifestação explícita de discriminação de raça, violência de gênero e tentativas de silenciamento nas relações com os nativos da Zona Sul natalense. Os bairros comportavam, para elas, uma multiplicidade de usos, mas não as condições adequadas para que se vivesse, ali, relações de convivência (Marcondes, 2017). Destacam-se como elementos que dizem respeito à dimensão ético-política a reprodução de situação de humilhação social, de sexualização das mulheres negras e de relações cooperativas entre trabalhadores e trabalhadoras.

Os assédios descritos por essas mulheres chocam, por mais naturalizados que tenham se tornado no senso comum (Ministério Público do Trabalho, 2017), e representam riscos à saúde (Diniz, 2014). Uma pesquisa realizada entre mulheres brasileiras revelou que 37,1% das respondentes, predominantemente jovens (tem entre 16 e 24 anos), sofreram este tipo de violência no espaço público e no local de trabalho, tendo as mulheres negras superados as brancas no percentual dos casos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). É urgente a necessidade de processos formativos para uma cultura de direitos humanos em que este tipo de prática não integre mais parte das subjetivações, expandindo as campanhas no campo do trabalho para os espaços escolares, familiares, comunitários e de saúde, uma vez que se perpetua numa variedade de lugares e interações cotidianas.

Quanto ao percurso metodológico, a união entre teorias feministas, a construção de narrativas e uma perspectiva crítica sobre o sofrimento me permitiu refletir academicamente sobre situações que se reproduzem nas dimensões mais cotidianas de grupos que não costumam ser ouvidos. As relações dessas mulheres com os bairros, cravadas de suas questões identitárias, considerando também o sentido existencial, revelou um conjunto de vulnerabilidades e

resistências (Macerata, Soares e Ramos, 2014) em que está implicada a alteridade e a transformação coletiva.

Emociono-me com a postura resistente das participantes, recusando bravamente as reduções que lhes impunham, reafirmando que dignidade não é objeto de meritocracia, mas uma conquista humana para todos os sujeitos. Ainda assim, serão duros os embates que vêm em contrapartida à insubordinação, não à toa, pois um fluxo que busca romper com as históricas formulações preconceituosas e estigmatizadas sobre o corpo da mulher negra, que as circunscrevem em determinados lugares sociais na dinâmica urbana, gera surpresa, incômodo e hostilidade nas relações (Franco, Francisco & Tavares, 2017).

As cidades, que nasceram antes do capitalismo, mas foram transformadas com ele, se fazem, então, lugar de reprodução da força de trabalho e de conflitos sociais, em que se precisam fazer visíveis as intersecções de gênero, raça, classe e território para se compreender as afetações que compartilham os subalternos diante das desigualdades socioespaciais no Brasil (Maiolino & Mancebo, 2005; Casimiro, 2017; Maricato, 2015).

Enfrenta-se um período político de desvelamento dos ideais fascistas no Brasil. A declaração do atual presidente sobre ser inaceitável um “turismo gay” no Brasil, mas estarmos de portas abertas para que venham fazer sexo com nossas mulheres<sup>20</sup> particularmente me chamou a atenção, pelos tantos atravessamentos com este estudo e pela sintomática e assustadora facada sobre como, mais do que nunca, o Estado despreza a dor, a diferença e o suor do povo. Com a destruição institucional de potentes aparatos de transformação social (educação, assistência social, saúde, cultura), a “saída da crise” tem custado e custará muito às margens. Felizmente, acreditamos também na resistência que nasce das respostas fortes de

---

<sup>20</sup> Redação Pragmatismo (2019, abr.). ““Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade”, diz Bolsonaro” Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>>.

mulheres “brabas” (ou embrabecidas) e, assim, considero indispensável o esforço pela produção de mais narrativas, a partir das quais se conte mais Brasil, mais Nordeste, mais insubmissão, até que a cidade tenha lugar pra nós, lugar pra afetos.

## 7. Referências

- Abreu, A.; Hirata, H.; Lombardi, M. (2016). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo.
- Aguiar, K & Lima, S. (2012). Observar. In Fonseca, T., Nascimento, M. & Maraschin, C. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. (pp. 161-164). Porto Alegre: Sulina.
- Almeida, K. (2016). *Urbanização e modos de vida: a problemática da determinação social da saúde na cidade*. (Dissertação de mestrado). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.
- Alverga, A. (2011). *Arranjos urbanos e subjetivos contemporâneos na invenção de territórios turísticos*. Tese de doutorado em Psicologia. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Andrade, C. & Assis, S. (2018). Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Rev. bras. saúde ocup*, São Paulo , v. 43, e11. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572018000100402&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572018000100402&lng=en&nrm=iso)>.
- Antunes R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Apartamento 702. (2015, março). *12 motivos que explicam por que é inaceitável demolir o Hotel Reis Magos*. <<https://apartamento702.com.br/12-motivos-que-explicam-por-que-e-inaceitavel-demolir-o-hotel-reis-magos/>>.
- Araújo, D. (2009). Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006). *Tese de doutorado*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Araújo, M., Freitas, H., Gomes, J., & Brito, M. (2016). O turismo potiguar que chegou a perder 100 mil desembarques! *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(3), 594-614. <https://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i3.954>
- Ávila, M. (2016). O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. Em Abreu, A.; Hirata, H.; Lombardi, M. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*, pp. 137-148. São Paulo: Boitempo.
- Baptista, L. (1999). *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus.

- Barreira, I. (2013). *A cidade como narrativa*. Lisboa: ICS.
- Barros, J., Furtado, M., Costa, A., Marinho, G. & Silva, F. (2013). Sazonalidade do vento na cidade de Natal/RN pela distribuição de Weibull. *Sociedade e Território*, Natal, v. 25, nº 2, Edição Especial, pp. 78-92. (2013).
- Barros, R. & Passos, E. (2015). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. pp. 172-200. Porto Alegre: Sulina.
- Becker, H. (1993). Observação social e estudos de casos sociais. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Belloni, L. (2017, junho). *Alunos fazem festa com tema 'se nada der certo' e se fantasiam de faxineiro, ambulante e cozinheiro*. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/alunos-fazem-festa-com-tema-se-nada-der-certo-e-se-fantasiam-de-faxineiro-ambulante-e-cozinheiro/>>.
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*/ 7.ed. Obras escolhidas, v.1. São Paulo: Brasiliense.
- Bernardino-Costa, J. (2015). *Saberes subalternos e decoloniais: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Bezerra, M., Correa, A., Mendonça, A., & Clementino, M. (2013). Formação, sustentação ou implosão de uma bolha imobiliária? A dinâmica de preços no mercado de imóveis de Natal no período 2005-2010. *Economia e Sociedade*, 22(1), 167-196. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182013000100006>.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Brito, A. (2005). Consórcio Social da Juventude de São Paulo: tecendo considerações sobre as escolhas e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho das juventudes. *Imaginário*, 11(11), 161-187. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-666X2005000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200008&lng=pt&tlng=pt).
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Canavêz, F. (2015). Entre Freud e Foucault: a resistência como afirmação de si. *Psicologia Clínica*, 27(1), 225-244. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-56652015000100013>.
- Caniato, A. (2008). Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*; 20 (1): 16-32.
- Carneiro, S. (2015). Apresentação. In Bernardino-Costa, J. (Org) *Saberes subalternos e decoloniais: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. pp.7-12. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Casalino, V. (2019). O capital como sujeito e o sujeito de direito. *Revista Direito e Práxis*, 10(4), 2879-2922. Epub November 25, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/45691>
- Casimiro, L. (2017). As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XIX. In Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. (pp. 7-11). São Paulo: IBDU.
- Castelo Branco, G. (2001). As resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 24(1), 237-248. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732001000100016>
- Cerqueira, J. (2017). Mulheres que atravessam a cidade. In: Koetz, V, Marques, H. & Cerqueira, J. (Org.). *Direito à Cidade: uma visão por gênero*. São Paulo, IBDU.
- Certeau, M. (1996). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Ministério do Trabalho. Em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>.
- Clot, Y. (2017). A interfuncionalidade dos afetos, das emoções e dos sentimentos: o poder de ser afetado e o poder de agir. Em L. Banks-Leite, A. Smolka e D. dos Anjos (Orgs.), *Diálogos na perspectiva histórico-cultural* (pp. 87-112). Campinas: Mercado de Letras.
- Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL. (2011). *Espaços Íbero-Americanos: A uma nova arquitetura de Estado para o desenvolvimento*. Santiago, Nações Unidas.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa; métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed/Bookman.

- Cunha, R. & Silva, K. (2011). Apropriação territorial das praias e o uso do espaço público pelos hotéis da Via Costeira-Natal/RN. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia. v. 12, n. 38jun/pp. 29-40.
- Dalcastagnè, R. (2014). Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, (44), 289-302. <https://dx.doi.org/10.1590/2316-40184413>.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2018, novembro). Angela Davis: *A potência de Sojourner Truth*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/26/angela-davis-a-potencia-de-sojourner-truth/>>.
- Deslandes, S., Neto, O., Gomes, R. & Minayo, M. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Diniz, M. (2014). *Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte*. 335 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DOCOMOMO BRASIL. (2019, agosto). *Patrimônio em risco – Hotel Internacional Reis Magos – Natal RN*. Disponível em: <[http://docomomo.org.br/uncategorized/patrimonio-em-risco-hotel-internacional-reis-magos-natal-rn/?fbclid=IwAR3UW3m5YfMSCcsVndNwCsItKGhNYCelzG8-9j9zqxq5omRGJ7X\\_0er9YsQ8](http://docomomo.org.br/uncategorized/patrimonio-em-risco-hotel-internacional-reis-magos-natal-rn/?fbclid=IwAR3UW3m5YfMSCcsVndNwCsItKGhNYCelzG8-9j9zqxq5omRGJ7X_0er9YsQ8)>.
- Dutra, E. (2002). A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia* (Natal), 7(2), 371-378. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200018>.
- Evaristo, C. (2016). *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê.
- Farias, T., & Diniz, R. (2018). Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 281-294. Recuperado em 25 de abril de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Ferraço, C., Soares, M. & Alves, N. (2017). *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil*. *Pedagogía y Saberes* No. 46, pp. 7-17.

- Ferraz, I. (Direção). (2019). *A cidade africana* [Programa vídeo]. Disponível a partir de <https://sesctv.org.br/programas-e-series/acidadenobrasil/?mediaId=4f07fd6f40041982e65bd7bf664f5dff>.
- Ferreirinha, I., & Raitz, T. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 367-383. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Franco, M., Francisco, M. & Tavares, R. (2017). Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. pp.10-14. In: *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU.
- Frota, H. (2017). O Direito à Cidade (ainda) é hétero e cis. In: Koetz, V, Marques, H. & Cerqueira, J. (Org.). *Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual* - São Paulo: IBDU.
- Fuganti, L. (s/d). A ética como potência e a moral como servidão.
- Gagnebin, J. (2012). Apagar os rastros, recolher os restos. In: Sedlmayer, S. e Ginzburg, J. *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. (pp.27-38). Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Gomes, E. (2017). *A escrita de Conceição Evaristo como possibilidade de um novo olhar para o sujeito feminino negro*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Juiz de Fora – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Gonçalves Filho, J. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>.
- Gonzaga, T. (2011). *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et. al. (Org.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Hays, D. & Singh, A. (2012). Qualitative Research Paradigms and Traditions. In D. G. Hays & A. A. Singh (Orgs.), *Qualitative inquiry in clinical and educacional settings* (pp. 32 - 66). London: The Guilford Press.
- Hirata, H. (2010). Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia, In Brasil - Presidência da República (Secretaria de

- Políticas para as Mulheres). *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, (pp. 45-49).
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Ibrahim, E. & Vilhena, J. (2014). Manicômio Judiciário: é Possível ao Louco-Criminoso resistir?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 879-893. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-370001542013>.
- Íñiguez-Rueda, L. & Oliveira, J. (2017). La movilidad de las mujeres en la zona sur de São Paulo (Brasil). Identificación de los problemas y soluciones desde su punto de vista. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 7(1), 9-29. [http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/iniguez\\_pessoa](http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/iniguez_pessoa).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. (2018). *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.
- \_\_\_\_\_. (2019). Atlas da violência 2019. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Jovchelovitch, S, & Bauer, M. (2003). Entrevista narrativa. In: Bauer, M. W.; Gaskell, G. (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 90-113) Tradução Pedrinho A. Guareschi. 2.ed. Petrópolis: Vozes.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Lauriano, W. (2015). Gentrificação da cidade modernista: Brasília. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 155-178. <https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3307>
- Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. Brasil: Editora Ática S.A. [1968]
- \_\_\_\_\_. (2006). *A produção do espaço*. Paris, Éditions Anthropos.
- \_\_\_\_\_. (2013). Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79), 123-132. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300009>.
- Leite, J. & Dimenstein, M. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 269-278. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200007>.
- Lemos, L., Harkot, M. & Santoro, P. (2017). Mulheres de bicicleta em São Paulo: da “cidade imoral” para a “cidade conquistada”. In: Koetz, V, Marques, H. & Cerqueira, J. (Org.). *Direito à Cidade: uma visão por gênero*. São Paulo, IBDU.

- Lopes Júnior, E. (2000). *A construção da cidade do prazer: Natal*. Natal, EDUFRRN.
- Lordon, F. (2015). *A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões*. Campinas, Papyrus.
- Lourau, R. (2004). *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. Altoé, S. (org.) São Paulo: HUCITEC.
- Macedo, M., Oliveira, A., Araujo, T., Gonçalves, L., Gomes, G. & Batista, I. (2018). Inserção da mulher no mercado de trabalho. Em Brasil, D. et al (org.) *Autonomia econômica das mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho*. (pp. 13-61). Natal: Editora Caule De Papiro.
- Macerata, I., Soares, J., & Ramos, J. (2014). Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(Suppl. 1), 919-930. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>.
- Maciel, A. & Lima, Z. (2014). Uso e ocupação de Ponta Negra, Natal/RN: uma análise multitemporal. *Sociedade e Território*, Natal, v. 26, nº 2, p. 127 - 147, jul./dez.
- Magnani, J. (1997). O velho e bom caderno de campo. *Revista Sexta Feira*, n. 1, p. 8-12, mai.
- Maiolino, A. & Mancebo, D. (2005). Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 14-20. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200003>.
- Marcondes, G. (2019). Podcast “Pela Cidade”: Episódio 1. *LabCidade e SESC no seminário Cidade, Gênero e Interseccionalidade*. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/podcast-pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidade-1-glaucia-marcondes/>>.
- Marcondes, M. (2017). Sobre cidade, não-lugar e sexualidade das mulheres. In: *Direito à Cidade: uma visão por gênero*, pp.88-93).São Paulo: IBDU.
- Maringoni, G. (2011). O destino dos negros após a Abolição. *Desafios Do desenvolvimento*, v. 70, nº 8.
- Marques, H. (2017). A luta das mulheres nunca matou ninguém. o machismo mata todos os dias. In: *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. (pp.48-55). São Paulo: IBDU.
- Mascaro, A. (2017). Direitos Humanos: Uma Crítica Marxista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (101), 109-137. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-109137/101>

- Matos, M. & Borelli, A. (2012). Espaço feminino no mercado produtivo. In Pinsky, C. & Joana, P (Orgs.), *Nova história das mulheres* (pp. 126-147). São Paulo: Editora Contexto.
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. Athenea Digital. *Revista de Pensamiento e Investigación Social*, vol. 14, núm. 1, enero-abril, pp. 221-236.
- Ministério Público do Trabalho. (2017). *Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas*. Brasília, Procuradoria Geral do Trabalho.
- Miura, P. O. & Sawaia, B. B. (2013). Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 331-341.
- Nóbrega, C & Daflon, R. (2013, novembro). *David Harvey: “Urbanização incompleta é estratégia do capital”*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/26691/>>.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador, Editora Devires.
- Novaes, T. (2016, dezembro). *Natal: noiva do sol, amante da prostituição*. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-noiva-do-sol-amante-da-prostituicao/238278>>.
- Observatório da Violência do Rio Grande do Norte – OBVIO (2018). Obvium: os 5 meses iniciais de 2018. *Revista de Crimeanálise de OBVIO*, ano ii, ed 20.
- Oliveira, D. (2000). *Globalização e Racismo no Brasil: Estratégias políticas de combate ao racismo na sociedade capitalista contemporânea*. São Paulo, União de Negros pela Igualdade.
- Oliveira, M. & Pereira, M. (2015). *Subalternidades em perspectiva: limites, ausências e devires*. Salvador: UDUFBA.
- Oliveira, R. (2014). (ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 2, n. 4.
- Padilha, V. (2014). Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá. *Caderno CRH*, 27(71), 329-346.
- Pais, J., Lacerda, M., & Oliveira, V. (2017). Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, (64), 301-313. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.50119>.

- Paiva, I., Oliveira, I., & Valença, D. (2018). Marxismo e psicologia: aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo. *Revista Direito e Práxis*, 9(3), 1794-1811. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36627/26076>.
- Paulon, S. M. (2005). A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25.
- Pereira, M. (2015). O que fazemos com a subalternidade? In: OLIVEIRA, M; PEREIRA, M. (Orgs.), *Subalternidade em perspectiva: limites, ausências e devires*. pp. 39-58. Salvador: EDUFBA.
- Perrot, M. (2005). As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, Edusc.
- Pinheiro, J. (2020, janeiro). *Projeto para área do Hotel Reis Magos depende do novo Plano Diretor*. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/projeto-para-a-rea-do-hotel-reis-magos-depende-do-novo-plano-diretor/469125>>.
- Pinheiro, V. (2017). O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. In: Koetz, V, Marques, H. e Cerqueira, J. (Org.). *Direito à Cidade: uma visão por gênero*. São Paulo, IBDU.
- Priore, M. (2019). Histórias da gente brasileira, Volume 4 – República: Testemunhos (1951-2000). Editora Leya.
- Queiroz, I., & Prado, M.. (2018). Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista. *Psicologia USP*, 29(2), 226-235. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170102>.
- Queiroz, T. (2010). A Produção do espaço urbano de Natal/RN: Algumas considerações sobre as políticas públicas. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, v.2, n.4, p.2-16, jul.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO.
- Rago, M. (2001). Trabalho feminino e sexualidade. In: Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2004). Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In Venturi, G., Recaman, M. & Oliveira, S. (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 31-42). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- Reina, M., & Comarú, F. (2015). Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 419-440. <https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3406>.
- Resolução nº466. (2012, 12 de dezembro). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Resolução nº510. (2016, 07 de abril). Dispõe das normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Ribeiro, A. & Prazeres, L. (2015). A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. *Temáticas*, Campinas, 23, (45/46): 25-52, fev./dez.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52.
- Rosa, A., Medeiros, C., & Valadão Júnior, V. (2012). Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(2), 393-410.
- Sanson, C. (2019, outubro). *Proposta de verticalização da orla de Natal atende aos interesses do mercado imobiliário*. Entrevista especial com Ion de Andrade. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593563-proposta-de-verticalizacao-da-orla-de-natal-atende-aos-interesses-do-mercado-imobiliario-entrevista-especial-com-ion-de-andrade>>.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2009). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2019). Apresentação da coleção “Quebrando as correntes”. In: Manoel, J; Fazzio, G. (org). *Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista*. 1 ed., pp. 10-14. São Paulo: Autonomia Literária.
- Sawaia, B. & Magiolino, L. (2016). As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão em perspectiva. Em L. Banks-Leite, A. Smolka e D. dos Anjos (Orgs.), *Diálogos na perspectiva histórico-cultural* (pp. 61-86). Campinas: Mercado de Letras.

- Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B., Albuquerque, R. & Busarello, F. (2018). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural.
- Schlindwein, V. (2013). Histórias de vida marcadas por humilhação, assédio moral e adoecimento no trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25 (2), 430-439.
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB. (2008). *Conheça melhor seu bairro: Ponta Negra*. Natal, Prefeitura Municipal de Natal.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Conheça melhor seu bairro: Capim Macio*. Prefeitura Municipal de Natal, 23pp.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Conheça melhor seu bairro: Ponta Negra*. Prefeitura Municipal de Natal, 22pp.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Conheça melhor seu bairro: Potengi*. Prefeitura Municipal de Natal, 22pp.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Anuário Natal 2016*. Prefeitura Municipal de Natal. 292p.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Anuário Natal 2017-2018*. Prefeitura Municipal de Natal. 570p.
- Silva, A. (2019a). Experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo. Dissertação de mestrado. Natal, Universidade Federal do rio Grande do Norte.
- Silva, D. & Carvalho, D. (2010). A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, nº 1, pp. 08-23.
- Silva, M. (2019b). A cor do desejo e as interseções entre gênero e classe em contexto de turismo sexual na praia de Pipa/RN. In: Bento, B. (Org.) *Sexualidades, gênero e violência: estudos sociológicos*. pp. 305-339, Natal: EDUFRN.
- Silva, S. & Rodriguez, J. (2019). Para que serve ser uma pessoa no Direito? Diálogos no campo crítico. *Revista Direito e Práxis*, 10(4), 2968-3023. Epub November 25, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/45693>
- Siqueira, G. (2014). Cidade Nova ou cidade das lágrimas? a construção do terceiro bairro oficial de Natal no início do século XX. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014, p. 63-84.
- Souto, K. (2015). *Assédio moral no comércio varejista*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes.

- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e suas ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro, Estação Brasil.
- Spink, P. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(spe), 70-77. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].
- Standing, G. (2013). O Precariado – A Nova Classe Perigosa. São Paulo: Autêntica.
- Tate, S. (2018). Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades Do Reino Unido. In Bernandino-Costa, J., Maldonado-Torres, N; Grosfóguel, R. (Orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, pp. 183-202. Belo Horizonte: Editora Autentica.
- Tribuna do Norte. (2020, janeiro). *Defesa Civil atende 60 ocorrências em Natal e reforça efetivo devido às chuvas em Natal*. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/defesa-civil-atende-60-ocorra-ncias-e-refora-a-efetivo-devido-a-s-chuvas-em-natal/469162>>.
- Trigueiro, E; Dantas, G; Nascimento, J; Lima, L; Pereira, M.; Veloso, M; Vieira, N. (2014). *O Hotel Internacional Reis Magos e sua importância histórica, simbólica e arquitetônica*. Natal, s.n., [parecer técnico entregue ao Ministério Público Estadual-RN]
- Valente, F. (2017, junho). *Dia do “se nada der certo” acende debate sobre meritocracia e privilégio*. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/06/dia-do-se-nada-der-certo-acende-debate-sobre-meritocracia-e-privilegio/>>.
- \_\_\_\_\_. (2018, março). *Itaú culpa cliente por estupro e não reembolsa saque feito após abuso*. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/03/01/itau-culpa-cliente-por-estupro-e-nao-reembolsa-saque-feito-apos-abuso/>. Acesso em 18 jul 2019.
- Véras, M. (2012). A Produção da Alteridade na Metrópole: Desigualdade, Segregação e Diferença em São Paulo. Em Dantas, S. (org.). *Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais*. (pp.59-84). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- Vieira, A. (2001). Do Conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 599-608. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000300015>.
- Volpato, P. (2000). Controle e subjetividade: revisitando as `máquinas' de vigiar e digitar. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Edição Esp. Temática, pp. 13-28.

- Weschenfelder, V. & Fabris, E. (2019). Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), e54025. Epub September 23, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n354025>.
- Zanella, A. (2012). Olhar. In Fonseca, T., Nascimento, M. & Maraschin, C. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. (pp. 169-172). Porto Alegre: Sulina.

## Apêndice A: Roteiro de entrevista narrativa com questionário sociodemográfico

<b>QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO</b>		
Nome:		
Raça/cor:	Orientação sexual:	Religião:
Idade: _____ (em anos)	Estado civil:	
Escolaridade:		
Estuda atualmente?		
Onde reside?		
Reside com outras pessoas?	Quantas?	Quem?
Filhos?	Como se organiza(m) para cuidados dos filhos?	
Renda familiar mensal do núcleo:		
Empresa em que trabalha:		
Bairro:		
No emprego atual há quantos anos?		
Meio de transporte casa-trabalho-casa:		
Categoria assinada na CTPS:		
Remuneração bruta: _____ (em reais)		
Expediente semanal: _____ (em horas) Tipo de jornada:		
Outra atividade com fins financeiros?		
Tinha/tem outros planos de carreira?		

(CONTINUA)

**QUESTÕES PARA ENTREVISTA NARRATIVA****EIXO 1) Trajetória no emprego**

Com que idade começou a trabalhar fora de casa?

Como chegou ao atual emprego/neste estabelecimento?

Outras experiências de trabalho? Mesma categoria ou funções diferentes?

**EIXO 2) Cotidiano de trabalho**

Como é seu dia a dia de casa até chegar ao trabalho?

Como é sair do seu bairro para trabalhar neste bairro “x”?

O que você faz sendo balconista?

Do que mais gosta neste cotidiano? Do que não gosta?

Você percebe que tem forma(s) de lidar/evitar/contornar dificuldades neste dia a dia? Se sim, como é/são?

**EIXO 3) Relações, poder e resistência**

Conte de sua experiência nas relações que tem na padaria onde trabalha. Com quem mais convive? Que pessoas passam por aqui?

Como é o bairro “x”? Como você se sente nele?

Como é atender os clientes no seu emprego em bairro “x”?

## **Apêndice B: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **Esclarecimentos**

Este é um convite para você participar da pesquisa de mestrado “Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciarias da Zona Sul de Natal-RN”, que tem como pesquisadora responsável Monique Pfeifer Rodrigues da Silva, sob orientação da Prof. Dra. Maria Teresa Nobre Lisboa Pereira.

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar como a discriminação e a violência no cotidiano de trabalho mulheres podem causar sofrimento. A importância deste projeto está em conhecer alguns tipos de violência, principalmente as que atingem as mulheres (física, verbal, sexual e/ou moral), conhecidas por violência de gênero, e como podem, entre outras consequências para a vida das mulheres, causar adoecimento psíquico e dificultar as relações no espaço de trabalho. Neste projeto, escolhemos pesquisar a realidade de trabalhadoras que atuam em estabelecimentos de conveniência e alimentação, porque entendemos que, apesar da situação formal de emprego, há um grupo de mulheres no atual mercado de trabalho que sofre com condições específicas de relações de trabalho abusivas, baixa remuneração e sobrecarga de tarefas no expediente.

Caso você decida participar, é preciso responder a uma entrevista (gravada em áudio) e a um questionário sociodemográfico, ambos elaborados pela autora da pesquisa. O questionário será usado para registrar as características socioeconômicas de cada trabalhadora participante (como idade, renda familiar, tempo de trabalho e outras questões interessantes pro estudo) e também para analisar junto com dados de outros estudos a realidade das mulheres no mundo do trabalho no Brasil. As entrevistas serão destinadas a ouvir a trajetória da participante como trabalhadora e seu cotidiano na função de balconistas. Para participar, será necessário reservar um tempo para encontro presencial com a pesquisadora, com previsão de cerca de 1 (uma) hora e meia de duração da entrevista, em local e horário a agendar com a participante de acordo com sua disponibilidade.

(CONTINUA)

No momento da entrevista também há espaço pra tirar dúvidas sobre sua participação nesta pesquisa e é necessário assinar os documentos que oficializam sua participação neste estudo, que são os Termo de Autorização para gravação da voz e este próprio documento, o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (impressos e rubricados em duas vias, sendo 01 delas pertencente a você).

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos, pois as respostas à entrevista e ao questionário terão seus dados guardados e analisados com sigilo e o respeito às condições de privacidade das trabalhadoras participantes. Isso quer dizer que as informações e histórias coletadas só vão ser mostrados pela pesquisadora nos meios adequados, como congressos e revistas científicas, e que essa divulgação não vai identificar ou revelar, em nenhum momento, participantes ou local de trabalho. Entendemos que o momento da entrevista, por abordar a vida da participante e seu trabalho, pode eventualmente mobilizar questões emocionais e dúvidas sobre seus direitos, e para isso a pesquisadora responsável e a participante também usarão o tempo necessário para dar pausas, escuta de suporte e encaminhamentos importantes e necessários. Lembramos que é sempre possível se recusar ou ainda desistir em qualquer etapa da contribuição na pesquisa, pedindo para retirar as informações de sua contribuição dos dados desta pesquisa, o que é um direito da participante, sem prejuízo algum. Você também tem garantido o direito de acessar os resultados dessa pesquisa em qualquer momento. Os dados que você irá nos fornecer serão guardados pela pesquisadora responsável em local seguro e por um período de 5 anos.

Como benefícios da pesquisa, é possível apontar dois: a oportunidade de falar de sua história, dilemas e outras questões sobre o seu dia a dia de trabalho e relações que ocorrem nele. O segundo tem a ver com a repercussão coletiva, pois sua participação colabora para entender combater as injustiças que fazem parte de realidades das mulheres em seu trabalho.

Caso você tenha algum gasto material com sua participação nesta pesquisa (como alimentação e transporte) estará assegurado o seu direito ao reembolso pela pesquisadora, nos termos da lei.

Se você sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você será indenizada.

(CONTINUA)

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para Monique Pfeifer Rodrigues da Silva, residente na rua Baía das Canárias, n 2261, no bairro de Ponta Negra (Natal-RN), número (84) 9 9857-3864 (celular) e e-mail: niq.pfeifer@hotmail.com.

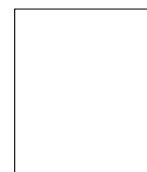
Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa – UFRN que avalia a ética das pesquisas antes que elas comecem e fornece proteção aos participantes das mesmas – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos telefones (84) 3215-3135 / (84) 9.9193-6266, através do e-mail cepufrn@reitoria.ufrn.br Você ainda pode ir pessoalmente à sede do CEP, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Av. Senador Salgado Filho, s/n. Campus Central, Lagoa Nova. Natal/RN.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável Monique Pfeifer Rodrigues da Silva.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciais da Zona Sul de Natal-RN”, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

**Natal (RN), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.**



Impressão  
datiloscópica do  
participante

---

**Assinatura da participante da pesquisa**

(CONTINUA)

**Declaração da pesquisadora responsável**

Como pesquisadora responsável pelo estudo “Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciarias da Zona Sul de Natal-RN”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados à participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade da mesma.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

**Natal (RN),** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

**Assinatura da pesquisadora responsável**

## Apêndice C: Termo de Autorização para Gravação de voz

Eu, \_\_\_\_\_, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciais da Zona Sul de Natal-RN” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Monique Pfeifer Rodrigues da Silva a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora da pesquisa Monique Pfeifer Rodrigues da Silva, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

**Assinatura do participante da pesquisa**

---

**Assinatura da pesquisadora responsável**

<p><b>ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.</b></p>
--

### Apêndice C: Tabela de sintetização de dados sobre participantes

	<b>GIL</b>	<b>JOSY</b>	<b>ANA</b>	<b>JÓ</b>
<b>Onde aconteceu a entrevista?</b>	Residência	Shopping	Residência	Shopping
<b>Quando</b>	Maio, 2019	Maio, 2019	Agosto, 2019	Agosto, 2019
<b>Contato</b>	Indicação de um colega da universidade	Relações pré-estabelecidas com o campo	Relações pré-estabelecidas com o campo	Relações pré-estabelecidas com o campo
<b>Idade</b>	26	39	18	31
<b>Cor</b>	Negra	Amarela	Negra	Parda
<b>Orientação Sexual</b>	Heterossexual	Heterossexual	Bissexual	Heterossexual
<b>Escolaridade</b>	Técnico em Análises clínicas	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio incompleto
<b>Religião</b>	Cristã neopentecostal	Cristã católica	Acredita que existe um ser maior mas não se considera religiosa	Cristã católica (não-praticante)
<b>Estado Civil</b>	Casada	Casada	Solteira	<i>Amancebada</i>
<b>Reside com</b>	Esposo e 01 filho	Esposo, sogra e 02 filhos	Sozinha	Esposo e 01 filho
<b>Região</b>	Zona leste	Zona oeste	Zona sul	Zona oeste
<b>Companheir@?</b>	Cumin	Desempregado/ Ambulante	-	Uber
<b>Dependentes?</b>	01 filho	02 filhos	-	01 filho
<b>Renda da família</b>	1500 R\$	2250 R\$	1 salário mínimo	1 salário mínimo
<b>Onde trabalha/trabalhou</b>	<i>Delicatessen</i> em Ponta Negra	Padaria em Ponta Negra	Conveniência em Capim Macio	Padaria em Ponta Negra e Capim Macio
<b>Tempo De Experiência</b>	5 anos [maioridade]	6 anos [aos 20 anos]	7 meses [inicio de maioridade]	5 anos [aos 20 anos]
<b>Deslocamento</b>	Ônibus (uma linha) e Moto (com esposo).	Ônibus (duas linhas-integração). Carro e moto com colega de trabalho que é do mesmo bairro.	A pé/carona de carro com primo (gerente)	Ônibus antigamente. Hoje, carro (esposo).
<b>O que faz/fazia</b>	- Op caixa; - Limpeza; - Pedidos a fornecedor; - Abastecimento; - Atender e servir; - Manipular alimentos. * Período de gerencia.	- Op caixa; - Limpeza; - Pedidos a fornecedor; - Abastecimento; - Atender e servir; - Compras; - Treinamento. - Alteração de preços no sistema.	- Op caixa; - Limpeza; - Abastecimento; - Atender e servir; - Validade de produtos;	- Op caixa; - Limpeza; - Abastecimento; - Atender e servir; - Organização.

<b>Tipo de regime</b>	Diário, 1 folga por semana	Escala 12hx36h	Diário, 1 folga por semana	Diário e, atualmente, 12hx36h
<b>O que mais gostava</b>	- Sensação de reconhecimento e autonomia; - Oportunidade de ouvir e falar.	- Convivência com outras pessoas.	- Aprender a lidar com pessoas.	- Equipe.
<b>Maior dificuldade</b>	- Correria com pedidos e abastecimento.	- Correria com horário de pico (filas enormes); - Deslocamento da parada de ônibus até estabelecimento; - Medo de violência sexual.	- Lidar com pessoas.	- Relação com funcionários da empresa.
<b>Redes e apoios?</b>	- Esposo; - Creche pública do bairro; - Cunhada; - Sobrinho.	- Mãe; - Sogra; - Esposo.  * Muita dificuldade na primeira maternidade.	- Primos.	- Mãe. - Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do bairro.  * Muita dificuldade na gestação e saúde me vida no puerpério.
<b>Desejo De Carreira / Especialização Profissional</b>	Graduação na área biomédica	Se formar e atuar como nutricionista	Se formar e atuar como nutricionista	Fazer curso para se especializar na mesma área: confeitaria
<b>Ocupação atual</b>	Desempregada (trabalhos temporários)	Vendedora Shopping	Balconista Conveniência	Balconista Padaria